

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* – MESTRADO EM
SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS

THAYANE ELLEN MACHADO DA SILVA

RESTAURAÇÃO CONSERVADORA NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O
PROJETO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO BRASIL

FOZ DO IGUAÇU - PR

2021

THAYANE ELLEN MACHADO DA SILVA

**RESTAURAÇÃO CONSERVADORA NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O
PROJETO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE Campus Foz do Iguaçu, para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, área de concentração Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de Pesquisa: Trabalho, Política e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvana Aparecida de Souza

FOZ DO IGUAÇU - PR

2021

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Silva, Thayane Ellen Machado da
Restauração conservadora na educação: um estudo sobre o projeto das escolas cívico-militares no Brasil / Thayane Ellen Machado da Silva; orientadora Silvana Aparecida de Souza. -- Foz do Iguaçu, 2021.
136 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Foz do Iguaçu) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2021.

1. Escolas Cívico-militares. 2. Militarização . 3. Educação . I. Souza, Silvana Aparecida de , orient. II. Título.

THAYANE ELLEN MACHADO DA SILVA

**RESTAURAÇÃO CONSERVADORA NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O
PROJETO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de Pesquisa: Trabalho, Política e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Silvana Aparecida de Souza - UNIOESTE
Orientadora

Prof. Dr. Fernando José Martins – UNIOESTE
Membro Efetivo (da Instituição)

Prof.^a Dra. Francis Mary Guimaraes Nogueira - UNIOESTE
Membro efetivo (convidado)

Prof.^a Dra. Silvia Cristina Yannoulas - UNB
Membro efetivo (convidado)

Foz do Iguaçu, 29 de novembro de 2021.

À minha amada mãe, eterna em minhas lembranças.

Ao meu esposo Marcos, por todo o apoio e amor.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela vida e pelo cuidado por mim em todo o tempo.

À minha querida orientadora professora Silvana Aparecida de Souza por todo o aprendizado, pela paciência e por ter me ajudado a construir esse trabalho com seus exímios ensinamentos, sabedoria e afeto.

Aos professores Dra. Francis Mary Guimaraes Nogueira, Dra. Silvia Cristina Yannoulas e Dr. Fernando José Martins por terem aceitado participar da banca de dissertação e, principalmente, pelas enriquecedoras contribuições para a realização do trabalho final.

Aos professores do programa e aos colegas de turma, em especial à Fernanda Ribeiro e Raquel Keller pela amizade, parceria e anseios que compartilhamos.

Às professoras da escola Cândido Portinari, colegas de profissão e amigas pela força e apoio diário.

Ao meu amado esposo Marcos que foi meu maior apoiador e companheiro, por todo amor e carinho.

Ao meu pai, Eziquel Espindola da Silva por sempre ter me incentivado a buscar conhecimento.

À minha irmã, Jhenefer Machado por se alegrar e comemorar minhas conquistas comigo.

Aos meus sobrinhos Isaac e Helena e ao meu irmão Paulo por me lembrarem todos os dias de lutar incansavelmente por uma educação e um mundo melhor.

RESUMO

Nos últimos anos, a educação pública brasileira tem enfrentado vários retrocessos por conta de disputas ideológicas voltadas a atender aos interesses da agenda neoconservadora por meio de mudanças instituídas, principalmente, pelo governo federal. Neste trabalho será tratado especificamente sobre o Programa Nacional de Escolas Cívico-militares, programa federal criado em 2019 por meio do Decreto nº 10.004/2019, que consiste na militarização das escolas públicas de todo o país, estaduais e municipais, mediante a participação dos militares das Forças Armadas ou policiais e bombeiros militares na gestão escolar em forma de parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Defesa. A defesa para a criação das escolas cívico-militares foi a alegação da melhoria da qualidade do ensino e o aumento da nota nas avaliações em larga escala por meio de um ensino que prioriza a rígida disciplina militar. No entanto, este modelo de escola militarizada pode ser considerado uma forma de restauração conservadora na educação, na união do neoconservadorismo e do neoliberalismo pelo interesse em transformar a escola pública em uma escola que atenda aos interesses do capital. Portanto, a fim de compreender as questões didáticas e pedagógicas, mas também compreender a contextualização do processo de ideologização conservadora na educação, o texto foi dividido para inicialmente compreender sobre o contexto histórico de ampliação do pensamento militarizado na sociedade, para então conhecer o processo de criação das escolas militarizadas e posteriormente analisar a constitucionalidade e a ideologia das escolas cívico-militares enquanto uma escola cujas características são muito distantes de uma escola como consta na Constituição Brasileira de 1988, na LDB e no ECA. Para a realização dessa pesquisa, de caráter qualitativo, foi feita pesquisa bibliográfica em textos científicos e análise dos documentos. Constatou-se ao fim da pesquisa que a escola cívico-militar é o resultado dos interesses neoconservadores em instituir uma escola que atenda as necessidades do capital, isto é, que ensine a obedecer, esvaziada de conteúdos críticos e que faça o papel de propagar a ideologia conservadora na sociedade.

Palavras-chave: Escolas Cívico-militares; militarização; educação.

ABSTRACT

In recent years, Brazilian public education has faced several setbacks due to ideological disputes aimed at serving the interests of the neoconservative agenda through changes instituted mainly by the federal government. This paper will specifically address the National Program of Civic-military Schools, a federal program created in 2019 through Decree No. 10,004/2019, which consists of the militarization of public schools across the country, state and municipal, through the participation of military personnel from the Armed Forces or military police officers and firefighters in school management in the form of a partnership between the Ministry of Education and the Ministry of Defense. The defense for the creation of civic-military schools was the claim of improvement in the quality of education and the increase of scores in large-scale evaluations through an education that prioritizes strict military discipline. However, this militarized school model can be considered a form of conservative updating in education, in the union of neoconservatism and neoliberalism for the interest in transforming the public school into a school that meets the interests of capital. Therefore, in order to understand didactic and pedagogical issues, but also to understand the contextualization of the process of conservative ideology in education, the text was divided to initially understand the historical context of the expansion of militarized thinking in society, to then know the process of creating militarized schools and subsequently analyze the constitutionality and ideology of civic-military schools as a school whose characteristics are very different from a school as stated in the Brazilian Constitution of 1988, the LDB and the ECA. In order to carry out this qualitative research, a bibliographical survey of scientific texts and document analysis was carried out. It was verified at the end of the research that the civic-military school is the result of neoconservative interests in instituting a school that meets the needs of the capital, that is, that teaches to obey, emptied of critical content, and that plays the role of propagating conservative ideology in society.

Keywords: Civic-military schools; militarization; education.

RESUMEN

En los últimos años, la educación pública brasileña ha enfrentado varios reveses debido a disputas ideológicas destinadas a satisfacer los intereses de la agenda neoconservadora a través de cambios instituidos, principalmente, por el gobierno federal. Este trabajo abordará específicamente el Programa Nacional de Escuelas Cívico-Militares, un programa federal creado en 2019 a través del Decreto n° 10.004/19, que consiste en la militarización de las escuelas públicas de todo el país, estatales y municipales, mediante la participación de militares de las Fuerzas Armadas o policías militares y bomberos en la gestión escolar en forma de alianza entre el Ministerio de Educación y el Ministerio de Defensa. La defensa de la creación de escuelas cívico-militares fue el reclamo de mejorar la calidad de la enseñanza y elevar la nota en las evaluaciones de gran escala a través de una enseñanza que prioriza la rígida disciplina militar. Sin embargo, este modelo de escuela militarizada puede considerarse una forma de restauración conservadora en la educación, en la unión del neoconservadurismo y el neoliberalismo por el interés de transformar la escuela pública en una escuela que responda a los intereses del capital. Por lo tanto, para comprender las cuestiones didácticas y pedagógicas, pero también para comprender la contextualización del proceso de ideologización conservadora en la educación, el texto se dividió para comprender inicialmente el contexto histórico de la expansión del pensamiento militarizado en la sociedad, y luego conocer el proceso de creación de las escuelas militarizadas y luego analizar la constitucionalidad y la ideología de las escuelas cívico-militares como una escuela cuyas características son muy distantes de una escuela como está establecido en la Constitución brasileña de 1988, en la LDB y en lo ECA. Para llevar a cabo esta investigación cualitativa se realizó investigación bibliográfica en textos científicos y análisis de documentos. Se encontró al final de la investigación que la escuela cívico-militar es el resultado de intereses neoconservadores en establecer una escuela que responda a las necesidades del capital, es decir, que enseñe a obedecer, vaciada de contenido crítico y que juegue el papel de propagar la ideología conservadora en la sociedad.

Palabras llave: Escuelas Cívico-Militares; militarización; educación.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - TABELA DE SOLDOS	62
Tabela 2 - TABELA DO ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR.....	64
Tabela 3 - TABELA DE ADICIONAL DE HABILITAÇÃO	67
Tabela 4 - TABELA DE AJUDA DE CUSTO	68

LISTA DE ABREVIATURAS

AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAQ	Custo Aluno-Qualidade
CAQi	Custo Aluno-Qualidade inicial
CBC	Companhia Brasileira de Cartuchos
CBE	Conferência Brasileira de Educação
CEDICE	Centro de Divulgación del conocimiento Económico pela Libertad
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CMB	Colégio Militar de Brasília
CMBEL	Colégio Militar de Belém
CMBH	Colégio Militar de Belo Horizonte
CMC	Colégio Militar de Curitiba
CMCG	Colégio Militar de Campo Grande
CMF	Colégio Militar de Fortaleza
CMJF	Colégio Militar de Juiz de Fora
CMM	Colégio Militar de Manaus
CMPA	Colégio Militar de Porto Alegre
CMR	Colégio Militar de Recife
CMRJ	Colégio Militar do Rio de Janeiro
CMS	Colégio Militar de Salvador
CMSM	Colégio Militar de Santa Maria
CMSP	Colégio Militar de São Paulo
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COM	Colégio da Polícia Militar
CPMG	Colégio da Polícia Militar de Goiás
CRB	Comprovação dos requisitos biográficos

CSPCCO	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
DEPA	Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECIM	Escolas Cívico-militares
EI	Exame Intelectual
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EME	Estado-Maior do Exército
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPL	Estudantes pela Liberdade
EsPCEx	Escola Preparatória de Cadetes do Exército
EUA	Estados Unidos da América
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
ICP	Índice de Crescimento Parlamentar
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IEE	Institutos de Estudos Empresariais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero
MBL	Movimento Brasil Livre
MEC	Ministério da Educação
MESP	Movimento Escola Sem Partido
MPL	Movimento Passe Livre
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação

PDS	Partido Democrático Social
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PECIM	Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares
PESP	Programa Escola Sem Partido
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	<i>Programme for International Student Assessment</i>
PM	Polícia Militar
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTTC	Prestação de Tarefa por Tempo Certo
RMO	Revisão Médica e Odontológica
ROL	Revoltados On-line
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SCMB	Sistema Colégio Militar do Brasil
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SECIM	Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SFL	Students for Liberty
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
USAID	United States Agency for International Development

Sumário

INTRODUÇÃO	14
1. MILITARIZAÇÃO DA SOCIEDADE	22
1.1 Militarismo pós 1985.....	23
1.2 Processo de militarização no Brasil a partir de 2013	29
1.2.1 Golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016.....	45
1.3 Contexto político atual (2018-2021).....	52
1.3.1 Mandato de Jair Bolsonaro e militares no poder.....	53
2. HISTORICIDADE DO ENSINO MILITAR.....	71
2.1 Colégios Militares	72
2.2 Escolas Militarizadas.....	75
2.3 Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.....	81
2.3.1 Escolas Cívico-militares do Paraná	89
3. MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS.....	92
3.1 Constitucionalidade das escolas militarizadas	93
3.2 Neoconservadorismo nas escolas Cívico-militares	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS.....	123

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o intuito de trazer para discussão as novas políticas na área da educação que vem sendo aplicadas no país pelo atual governo federal. Essas políticas educacionais possuem características que se aproximam de pautas neoconservadoras¹, que é um movimento em ascensão na sociedade nos últimos anos, cujas manifestações apontam para a exacerbação do cumprimento de objetivos ligados à agenda neoliberal² no que diz respeito à economia, ao mesmo tempo em que amplia valores morais e conservadores no que diz respeito à escolarização e mesmo à educação em geral.

Como o neoconservadorismo não acontece da mesma forma e nem possui as mesmas características nos diferentes países e tempo histórico em que se apresenta, neste trabalho trataremos do neoconservadorismo mediante o contexto político brasileiro e sua relação com o neoliberalismo. Embora o contexto brasileiro tenha algumas nuances que o diferem dos outros países, é possível assemelhar o contexto político brasileiro com o contexto estadunidense concernente a onda conservadora que se apresentou nas eleições de 2016 nos Estados Unidos da América (EUA) e o discurso de liberdade individual e moralidade que, segundo Wendy Brown “visam reassegurar a hegemonia branca, masculina e cristã, e não apenas expandir o poder do capital” (BROWN, 2019, p. 20). No Brasil, além de características econômicas claramente subservientes aos interesses dos EUA, é possível citar alguns elementos que representem a relação do neoconservadorismo com o neoliberalismo nos últimos anos, como as reformas envolvendo a privatização de empresas estatais, a desresponsabilização do Estado na garantia de direitos sociais e, sobretudo, o aumento de bancadas conservadoras no Congresso (CORSETTI, 2019). Essas características neoconservadoras e neoliberais ganharam amplitude e visibilidade na política brasileira nos

¹ De acordo com Yannoulas *et al* (2021), “Apesar das influências políticas do neoconservadorismo serem apenas evidentes nos anos 1980, suas raízes datam nos anos 1930, quando seus principais representantes americanos apresentaram uma “terceira via” após desilusão tanto pela esquerda intelectual, quanto pelo liberalismo democrático. Desenvolveram assim um ceticismo em relação ao poder do Estado de resolver as demandas sociais (crítica à socialdemocracia) e, a partir dos anos 60/70, se posicionaram contrários às revoluções culturais que estariam em desencontro com os valores tradicionais da religião e da família, se desvinculando da vertente liberal-democrata (YANNOULAS *et al*, 2021, p. 69).

² Ainda segundo Yannoulas *et al* (2021), “No contexto brasileiro, o neoliberalismo costuma associar-se com políticas que apoiam uma ampla liberalização da economia, do comércio em geral, da redução dos impostos e do gasto público com políticas sociais. O neoliberalismo propõe que se deixe nas mãos de particulares ou de empresas privadas o maior número de atividades econômicas possíveis. Igualmente propõe uma limitação do papel ativador do Estado na economia com a privatização de empresas públicas e a redução do tamanho do Estado. O neoliberalismo também propõe a flexibilização laboral, as reformas da previdência, a eliminação de restrições e regulações à atividade econômica e a abertura de fronteiras para mercadorias, capitais e fluxos financeiros” (YANNOULAS *et al*, 2021, p. 69).

últimos anos e trouxeram consequências para a educação mediante propostas e programas do atual governo federal para a alegada crise na educação pública brasileira.

Em acordo com essa problemática, o objeto a ser analisado é a implementação do ensino inspirado em colégios militares das Forças Armadas por meio do Programa Nacional de Escolas Cívico-militares. Este programa visa a presença de militares no interior de escolas públicas civis com educação disciplinadora, com objetivo, alegadamente, de aumentar a qualidade do ensino no Brasil por meio da disciplina militar. No entanto, este modelo de escola civil com a presença de policiais militares, não é recente no Brasil, mas foi iniciado na década de 1990 em Goiás e expandida para os demais estados do Brasil nos últimos anos. A defesa para a implantação desse modelo de escola, alegada por alguns governadores, é de aumento da segurança dos alunos e da qualidade no ensino decorrente de uma gestão comprometida com a imposição do respeito à hierarquia, rígida disciplina e obediência aos superiores (MENDONÇA, 2019, p.2). Para o atual presidente da república, as escolas com atuação de militares é uma alternativa para as dificuldades encontradas na educação, pois, “estão à frente em grande parte das demais”, porque “ainda impõem hierarquia e autoridade aos alunos” (DOLZAN, 2018).

O presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro, logo no início de janeiro de 2019 criou, mediante o Decreto Federal nº 9.665 de 2 de janeiro de 2019, uma subsecretaria vinculada à Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), intitulada de Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (SECIM), para fomentar, promover e acompanhar as escolas que aderirem à gestão militar (BRASIL, 2019). Em julho de 2019, o Ministério da Educação apresentou o documento denominado “Compromisso Nacional pela Educação Básica”³, o qual propôs a implementação de 108 escolas cívico-militares em todos os estados do Brasil (posteriormente ampliado para 216 escolas), em caráter de parceria do Ministério da Educação com o Ministério da Defesa. O documento ainda apresentou o objetivo de tornar o Brasil uma referência na área da educação na América Latina até 2030 por meio do programa de articulação e fortalecimento da Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Dois meses depois, em setembro de 2019, o governo federal instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), a partir do Decreto nº 10.004 de 5 de setembro de 2019⁴, propondo a transferência da gestão de 54 escolas estaduais ou municipais

³ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/11.07.2019_PPT-Cafe-da-manha-EB-converted.pdf.

⁴ Disponível em: http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/decreto_n10004_de_5_de_setembro_de_2019_dou_pecim.pdf.

em todo o país para as Forças Armadas e Polícia Militar em 2020, com a meta de aumentar para 216 escolas cívico-militares (ECIM) até 2023, a fim de que os militares atuem no apoio à gestão escolar e à gestão educacional dessas instituições.

A implementação desse modelo de escola pelo Ministério da Educação em todos os estados exige maiores discussões sobre o papel da escola pública no Brasil e os impactos desta reforma na formação dos estudantes brasileiros. Muitos pesquisadores e profissionais da educação preocupados com a educação brasileira, popular e democrática, vem debatendo e fazendo contribuições importantíssimas sobre o processo de repasse de gestão de colégios públicos aos militares, muitos dos quais cito neste trabalho. Contudo, as produções existentes localizam-se majoritariamente no estado de Goiás, por ser o primeiro estado a ter colégios cuja gestão foi transferida à polícia militar e por ser o estado com maior número de colégios neste modelo de ensino, fazendo-se necessário neste momento aumentar o número de estudos sobre esse processo, tanto do ponto de vista pedagógico quanto no aspecto político e ideológico.

O meu interesse por esse tema ocorreu por conta da minha atuação profissional como educadora no Ensino Fundamental I em escola pública desde 2014. Mas principalmente, por conta da minha formação docente na universidade pública: minha formação em Pedagogia e posteriormente em Direitos Humanos na América Latina me possibilitaram identificar princípios e direitos fundamentais desrespeitados por meio de uma educação não democrática e autoritária. Portanto, partindo de uma formação crítica na área da educação e dos direitos humanos, a compreensão sobre o contexto atual de aumento das escolas no Brasil cuja gestão é militar me instigou a fazer uma pesquisa bibliográfica sobre o processo de criação e expansão dessas escolas, a fim de conseguir analisar o novo programa de escolas cívico-militares e, de início, apontar se a presença de militares e a ideologia militar implementadas nas escolas cívico-militares é resultado de um movimento maior: do neoconservadorismo, mediante a militarização das instituições públicas e da sociedade.

Este movimento de militarização das instituições de ensino públicas, que está acontecendo com o apoio da maioria da população, não iniciou com o atual governo federal, mas vem sendo construída há tempos com a disseminação do sentimento de insegurança, o anseio de proteção pelos aparatos de segurança do Estado, e os ataques a escola pública como se esta fosse a responsável pelos problemas de violência e a falta de qualidade da educação.

A pesquisa sobre o Programa Nacional de Escolas Cívico-militares, escolas militares do Exército Brasileiro e escolas estaduais com gestões militarizadas foi desenvolvida por meio de estudo e análise de dados extraídos de livros, artigos, pesquisas desenvolvidas em

dissertações e teses, além dos dados contidos nos documentos oficiais do governo federal sobre as Escolas Cívico-militares, isto é, por meio de pesquisa documental e bibliográfica. O tema foi delimitado inicialmente privilegiando o estado de Goiás por ser o primeiro estado com colégios públicos administrados por militares. As pesquisas sobre o tema aconteceram durante o ano de 2020 e 2021 com produções de autores como (ALVES; FERREIRA, 2020), (ALVES; TOSCHI; FERREIRA, 2018), (FERREIRA, 2018), (BELLE, 2011), (CASTRO, 2016), (BARBOSA, 2021), (CRUZ, 2017). Todos pesquisadores de Goiás ou Brasília envolvidos em estudos sobre a militarização das escolas de Goiás e que apresentaram os resultados de suas pesquisas na universidade por meio de artigos, dissertações ou teses.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi o método materialista histórico-dialético, uma vez que, não é possível fazer análises que remetem somente a aspectos e fatos ligados diretamente ao objeto de estudo, pois, não explicaria todas as múltiplas determinações sobre a realidade da educação no Brasil nos últimos anos. Portanto, o estudo foi direcionado a analisar a criação do programa de escolas cívico-militares a partir do contexto geral e sua relação com a agenda neoconservadora para a educação. Pois, a educação não é uma instituição isolada na sociedade, antes representa os interesses da classe hegemônica⁵, mas também é espaço possível de emancipação, de política e de poder. A educação é determinante em algumas questões da realidade e é determinada pelas mesmas questões. Para tanto, me debrucei também a entender os caminhos que tomou a política e a educação no Brasil para chegarmos a esse momento de aprofundamento do neoconservadorismo e projetos antidemocráticos do governo federal nas instituições públicas civis de ensino. De acordo com Michael W. Apple,

A viragem para a direita – aquilo que alguns denominei *restauração conservadora* (Apple, 1993; 1996) – tem sido o resultado do conflito vitorioso levado a cabo pela direita para construir uma abrangente aliança consensual. Em parte, esta nova aliança tem tido muito sucesso, porque conseguiu vencer o domínio do senso comum, isto é, conseguiu projetar, de modo criativo, diferentes tendências e compromissos sociais, organizando-os sob a sua autoridade geral em questões relacionadas com o bem social, a cultura, a economia e, como veremos, com a educação. O seu objetivo, na política educacional e social, é aquilo que se denomina *modernização conservadora* (Dale, 1989b) (APPLE, 2002, p. 57).

O autor Michael W. Apple cita no texto o termo modernização conservadora como um novo conservadorismo que é apresentado nesse momento. Porém, como se percebe, existem mais expressões para essa mesma ideia: neoconservadorismo, restauração conservadora e

⁵ Neste trabalho o conceito de classes seguirá o conceito de luta de classes de Karl Marx e Friedrich Engels. Isto é, classe dominante e classe dominada enquanto classes antagônicas. Nas palavras de Marx e Engels: “Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, chefe de corporação e assalariado; resumindo, opressor e oprimido estiveram em constante oposição um ao outro, mantiveram sem interrupção uma luta por vezes, por vezes aberta [...]” (MARX; ENGELS, 1998, p. 9).

modernização conservadora. Todos esses termos significam a mesma coisa: que há uma nova investida conservadora no momento atual, isto é, uma investida internacional de segmentos que trabalham incessantemente na defesa da acumulação ampliada do capital, com características alegadamente moralistas e contra corrupção, na busca da regressão de direitos sociais já conquistados pela sociedade. Os fundamentos usados nessa defesa é no retorno de uma sociedade pautada no moralismo cristão e no patriarcado, que retome as tradições e padrões culturais e tradicionais da família cristã ocidental, ligada a lógica da propriedade privada e que nega políticas de proteção social e de diversidade. Portanto, é necessário analisar os interesses políticos e ideológicos para além desse apelo romântico ao passado e o discurso de defesa da moral e da família, e, para isso usaremos no texto o termo “restauração conservadora”.

Essa restauração conservadora pode ser explicada como a união dos compromissos da extrema direita⁶ visando a ascensão da política antidemocrática por meio da união de duas orientações: o livre mercado defendido pelo neoliberalismo e os valores morais tradicionais defendidos pelo neoconservadorismo. Embora os movimentos sejam diferentes um do outro, neoliberais e neoconservadores se unem no propósito de fortalecimento do capitalismo. De acordo com a cientista política Wendy Brown,

Embora com algumas características formais sobrepostas, argumentei, essas racionalidades têm efeitos convergentes na geração de uma cidadania antidemocrática que “não ama e não quer nem liberdade política nem igualdade social [...] não espera nem verdade nem responsabilidade na governança e nas ações do Estado” e “não se aflige com concentrações exorbitantes de poder econômico e político [...] nem com formulações antidemocráticas sobre o propósito nacional no país ou no exterior”. Embora emanem de diferentes fontes e visem diferentes propósitos, as duas racionalidades se misturaram para produzir forças obscuras de desdemocratização. (BROWN, 2019, p. 111-112).

As representações da extrema direita, mediante a restauração conservadora, ganharam poder não só no Brasil, mas em diversos países do mundo, com movimentos e agendas visando a ascensão da política antidemocrática. No entanto, neste texto procuramos discutir

⁶ Para tratar aqui da diferenciação entre direita e esquerda e fazer distinção entre partidos e ideologias, usarei os conceitos elencados por Bobbio (1995), em que distingue a direita da esquerda a partir de critérios com base na postura que os homens assumem diante da ideia de igualdade. Segundo Bobbio (1995) “quando se atribui à esquerda uma maior sensibilidade para diminuir as desigualdades não se deseja dizer que ela pretende eliminar todas as desigualdades ou que a direita pretende conservá-las todas, mas no máximo que a primeira é mais igualitária e a segunda é mais inegalitária. [...] O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que o indignam, e que gostaria de fazer desaparecer, são sociais e, enquanto tal, elimináveis; o inegalitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal, inelimináveis” (BOBBIO, 1995, p. 103-105). A afirmação da direita pela desigualdade natural dos homens nada mais é que a busca pelo ocultamento aos desprivilegiados de seus privilégios injustos e desiguais a fim de conservar e manter a ordem e a hierarquia, ambas necessárias aos seus interesses.

sobre o contexto brasileiro e a investida conservadora na educação na busca da “desdemocratização” da escola pública (BROWN, 2019, p. 112).

O interesse consensual pela reforma da educação advinda dos conservadores e neoliberais, nada mais é que o interesse pelo desmonte do caráter crítico da escola pública, de sua natureza democrática e universal. Embora os dois movimentos tenham fundamentos diferentes, a união dos interesses converge na busca de transformar a escola pública em uma escola que atenda a ideologia do capital. A união das questões econômicas estruturantes do neoliberalismo com os pontos de controle comportamental, moralistas e fundamentalistas do neoconservadorismo é o centro do projeto de retrocesso posto em prática atualmente pela direita no Brasil. E é isso que se pretende nesse trabalho: analisar esses projetos e programas educacionais em andamento que são apenas uma política brasileira específica de reforma de um modelo de organização educacional, ou o que Apple (2002) denomina de “restauração conservadora”, isto é, são projetos que fazem parte de um contexto de dominação burguesa mediante hegemonização das ideologias da classe dominante por meio do ensino.

Portanto, para a melhor compreensão deste processo de constituição da atual conjuntura e o aumento das forças conservadoras e neoliberais no Brasil, a divisão do texto será feita da seguinte forma:

No primeiro capítulo, por meio de estudos e reflexões de autores sobre a trajetória da direita no contexto político, pesquisei sobre o período pós ditadura militar no Brasil (1985) e o esquecimento como legado deixado na sociedade pelos militares que não foram julgados pelos seus crimes. Esse primeiro estudo teve o intuito de analisar a militarização latente na sociedade, e, sua possível relação com o crescimento da onda conservadora a partir das manifestações de junho de 2013 e as posteriores mobilizações de grupos de direita, conservadores e fundamentalistas, que culminou nos ataques aos governos de esquerda e, posteriormente, ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, sendo substituída por Michel Temer, que iniciou o projeto de desmonte do Estado democrático de Direito e no esgarçamento das relações democráticas da sociedade brasileira.

Na sequência do capítulo procurei demonstrar o atual contexto político a partir da adesão da sociedade aos discursos autoritários e moralistas dos candidatos nas últimas eleições, estaduais e municipais, vários destes candidatos, inclusive, pertencentes à área de segurança pública. Além de, contextualizar o mandato presidencial de Jair Bolsonaro e suas medidas nas áreas sociais, mas, sobretudo, suas reformas e melhorias na área militar, não só medidas econômicas, mas também na inserção de um número expressivo de militares nos cargos do governo. Como este governo ainda está no poder e vários dos acontecimentos foram

historicamente recentes, alguns textos citados no trabalho não são documentos e textos acadêmicos, mas são citações a partir de fontes jornalísticas e entrevistas, pesquisadas a partir de buscas nas páginas eletrônicas que tratam dos temas citados neste trabalho.

No segundo capítulo procurei explicar o novo modelo de escola cívico-militar proposta pelo governo de Jair Bolsonaro a partir do Decreto nº 10.004, de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional de Escolas Cívico-militares, a Portaria nº 2.015, de novembro de 2019, que regulamenta a criação do programa e demais informações sobre o projeto do governo federal disponibilizadas no endereço eletrônico do Ministério da Educação. Contudo, para compreender o processo de implementação dessas escolas e possíveis implicações que possa gerar, não só aos estudantes matriculados e profissionais da educação atuantes nestas escolas, mas nas políticas educacionais, abordarei a implementação e expansão das escolas transferidas aos militares estaduais existentes em alguns estados do Brasil há algum tempo. Este estudo foi feito a partir de trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação e artigos acadêmicos publicados por pesquisadores do estado de Goiás sobre o processo de implementação das escolas da polícia militar de Goiás e a contextualização deste novo modelo de escola com a política daquele governo estadual. As buscas foram feitas inicialmente por palavras-chave como “militarização de escolas de educação básica” e “escolas militarizadas no Brasil”, tendo como procedimento o levantamento bibliográfico por meio de artigos, dissertações, teses e legislações que regulamentam a gestão militarizada das escolas. No entanto, as pesquisas ficaram centralizadas nos trabalhos sobre o estado de Goiás por ser o primeiro estado a transferir a gestão de escolas da educação básica da rede pública aos militares, portanto, sobre o qual já há mais produção acadêmica acumulada. Além de ser o estado em que os estudantes protagonizaram importantes ocupações estudantis contra a terceirização das escolas e transferência das gestões das escolas públicas para os militares.

Para que o leitor possa fazer a diferenciação entre as escolas militares do Exército, as escolas públicas estaduais que foram transferidas aos militares, e as escolas cívico-militares do novo programa do governo federal, separei o capítulo em três partes, nas quais cada subtítulo explicita as características e diferenças de cada um dos modelos, que, embora se pareçam na nomenclatura, são muito diferentes no custeio, metodologia e objetivo de ensino. É importante entender essa diferença por conta das divulgações do governo federal sobre o programa de escolas cívico-militares que induz à similaridade do modelo cívico-militar com o modelo militar do exército.

Por último, a partir da compreensão de como serão geridas as escolas cívico-militares, efetuei a análise dos documentos que orientam os entes federativos que participam do

programa: Regulamento das Escolas Cívico-militares, Projeto Político Pedagógico e Normas de Conduta e Atitudes, entre outros documentos, que juntos integram o Manual das Escolas Cívico-militares⁷. Nestes documentos encontram-se as normas a serem seguidas pelos alunos, profissionais da escola, profissionais da gestão escolar e responsáveis dos alunos, além de, o Projeto Político Pedagógico que instituirá as propostas pedagógicas de todas as instituições do Brasil que aderirem ao programa de escolas cívico-militares.

Partindo desse estudo, no terceiro capítulo analisei textos que tratam da constitucionalidade de aspectos das escolas cívico-militares e a imposição de uma educação voltada para a disciplina, juntamente com os documentos do Programa Nacional de Escolas Cívico-militares com o intuito de, por meio de uma perspectiva pedagógica e política, compreender se este modelo de escola faz parte de um projeto maior de articulação do conservadorismo e do neoliberalismo na educação e na sociedade, que inclusive inicia um rompimento ou pelo menos desrespeito e desconsideração em relação à ordem constitucional vigente no Brasil, estabelecida em 1988 com a redemocratização, e garantida por aquela que ficou conhecida como Constituição Cidadã. Uma das discussões centrais acerca da constitucionalidade desse projeto é sobre a aplicação da gestão democrática pela escola cívico-militar e a necessidade de sua efetivação como um princípio do ensino público no Brasil definido pela Constituição Federal e pela Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

⁷ O Manual das Escolas Cívico-militares é composto por: Regulamento das Ecim; Projeto Político Pedagógico; Projeto Valores; Normas de Apoio Pedagógico; Normas de Avaliação Educacional; Normas de Psicopedagogia Escolar; Normas de Supervisão Escolar; Normas de Gestão Administrativa; Normas de Conduta e Atitudes; Normas de Uso de Uniforme e de Apresentação Pessoal dos Alunos e Cartilha para os Responsáveis.

1. MILITARIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Neste capítulo, serão tratadas as características do atual momento político no Brasil decorrente de um projeto do governo federal em prol de uma administração e uma gestão cada vez mais militarizada, considerando que atualmente várias das instituições e órgãos da administração pública estão nas mãos de militares das Forças Armadas, além de inúmeros militares estarem em cargos no planalto e no congresso em cargos de deputados federais e estaduais. Entretanto, para que possamos entender o momento político atual e compreender o processo de construção deste novo modo de organização na escola e conjuntura no Brasil, tentei fazer uma leitura da redemocratização no Brasil em 1985 e fazer um recorte temporal de 2013 até o atual momento, mais precisamente a partir das manifestações de junho de 2013⁸, a fim de relacionar os múltiplos acontecimentos nas ruas e nos movimentos com a retomada do poder político pela extrema-direita. Pois, foi neste período que a população começou a se organizar em movimentos mais conservadores, ocupando as ruas, demonstrando várias demandas decorrentes do desgaste de uma experiência política de características mais à esquerda, que já vinha acontecendo há algum tempo, e, mesmo com inúmeras contradições nos protestos, conseguiu mudar o contexto político ao longo dos anos colocando a extrema direita e, conseqüentemente, os militares no poder. É claro que essa escalada militar nas nossas instituições não foi repentina, ela é resultado do processo de militarização da sociedade nos últimos anos, mediante o fortalecimento da extrema direita e seus pensamentos contrários aos governos populares que governaram o país nas últimas gestões, promovendo uma ideologia liberal conservadora na sociedade. De acordo com Löwy,

O elemento mais preocupante da extrema-direita conservadora no Brasil, [...] é o apelo aos militares. O chamado a uma intervenção militar, o saudosismo da ditadura militar, é sem dúvida o aspecto mais sinistro e perigoso da recente agitação de rua conservadora no Brasil, ativamente promovido pelo PIG, o Partido da Imprensa Golpista (LÖWY, 2015, p. 663).

Esse crescimento dos ideais conservadores na sociedade e o aumento da representação da extrema direita na política se deve à atuação destes setores nas mídias convencionais, redes sociais e recentes manifestações de massa, que ao lançarem o discurso de movimento sem partido, cooptaram uma maioria insatisfeita com o contexto político e partidário e os transformaram em anti-partidários de esquerda. Todo este movimento não só gerou impactos

⁸ Embora a pesquisa trate das manifestações de junho de 2013 em todo o território brasileiro, as reflexões dos autores trazidas aqui focarão especialmente nos protestos ocorridos em São Paulo, pois, foi onde deu início aos atos que se espalharam às demais cidades e onde reuniu o maior número de manifestantes.

na política brasileira, mas sobretudo, gerou transformações culturais na sociedade criando mudanças ideológicas e trazendo à tona discussões sobre o retorno dos militares ao poder, algo que estava latente em uma parte da sociedade desde que os militares deixaram o poder em 1985, mas que ficou explícito, principalmente, após as manifestações de 2013 e durante o processo eleitoral de 2018 quando uma parcela dos manifestantes pediu intervenção militar no Brasil e militares no poder.

O golpe de Estado que sucedeu as manifestações de 2013 não foi nos mesmos moldes do golpe militar que aconteceu no Brasil em 1964, em que os militares, após destituírem o presidente eleito, instauraram uma ditadura militar no país. Em 2016, a presidente democraticamente eleita foi destituída por um processo político, alegadamente lícito, pautado em leituras da Constituição pelo judiciário. No entanto, tanto em 1964 quanto em 2016, os golpes aconteceram a fim de concretizar um processo de que atendessem aos interesses do capital e dar continuidade ao projeto de implementação de políticas liberais no país por meio da extrema-direita no poder. Por conta dessas relações e da história que vemos se repetindo no Brasil, neste primeiro capítulo foi feita uma análise do período que nos trouxe até o momento político presente.

1.1 Militarismo pós 1985

O regime militar deixou muitos legados na história do Brasil pós redemocratização, além da violência e do autoritarismo, o legado que perpetuou foi o do esquecimento. A ditadura militar que havia começado em 1964 chegou a seu fim em 1985 de forma gradual e conciliatória, que possibilitou que os militares saíssem do poder sem serem responsabilizados, sem que a ditadura fosse derrubada ou que houvesse profundas mudanças sociais e políticas, pois, houve uma transição para a democracia. O processo de transição da ditadura para a democracia aconteceu sem muitas alterações na natureza de classe do poder político, pois, não houve derrubada do regime ditatorial nem a ascensão dos movimentos populares. Isto é, embora a pressão popular e a organização dos movimentos sociais tenha sido extremamente importante para a ruptura do regime militar, quem determinou o caminho a ser seguido na transição da ditadura para a democracia foram os militares com o intuito de autopreservação. Os acontecimentos neste período de abertura democrática, como a eleição, anistia e promulgação da constituição, foram importantes para a transformação do regime militar em

regime democrático. No entanto, devido a participação dos militares nesse processo, permaneceu na redemocratização o caráter conservador da ditadura (CODATO, 2005).

A transição para a democracia pode ser, segundo Codato, de duas formas: “(i) ou há uma “transferência de poder” dos militares para os políticos *aliados* ao regime; (ii) ou há uma “submissão” (negociada) dos militares aos políticos da *oposição moderada* ao regime” (O’DONNELL & SCHMITTER, 1988 *apud* CODATO, 2005, p. 92, grifo do texto). No Brasil aconteceu um pouco dos dois formatos, uma vez que, durante a transição da ditadura para a democracia os militares conservaram posições que lhes permitiam ter poder de decisão em temas institucionais ou constitucionais, mesmo após o final da ditadura. Além de que, o primeiro governo civil após a redemocratização foi formado tanto por representantes do regime militar quanto por opositores do regime. Isto é, Tancredo Neves, que foi eleito em 1985 por meio de uma eleição indireta, fazia parte do PMDB, o principal partido de oposição ao regime militar, e sua candidatura era em coligação com a Frente Liberal, partido de dissidentes do PDS, que era o partido de apoio ao regime militar. Tancredo Neves adoeceu e não assumiu a presidência, e em seu lugar tomou posse José Sarney, ex-líder do partido de apoio à ditadura. Por este motivo é possível dizer que não houve mudança político-ideológica efetiva na redemocratização do Estado. Segundo Codato,

a longevidade da tríade Arena-PDS-PFL na cena política não nos deixa esquecer que não houve uma verdadeira substituição dos grupos ligados a ditadura, mas uma reacomodação no universo das elites, tendo as Forças Armadas passado para o fundo do palco, sem, contudo perder suas prerrogativas, como o poder de veto, por exemplo (CODATO, 2005, p. 99).

O governo de José Sarney (1985-1990) foi a representação do controle dessa transição conciliatória e pactual conforme pregava a Aliança Democrática⁹. As eleições e o pluripartidarismo em seu governo mostravam que havia um modelo democrático em vigência, porém, parte do processo de decisão das mudanças políticas estava nas mãos das Forças Armadas, além de que, os direitos políticos dos militares ainda estavam mantidos. Outro elemento, fundamentalmente importante, para a ruptura do período ditatorial é o rompimento com os princípios autoritários da ditadura nas instituições. No entanto, esse princípio permaneceu mesmo pós redemocratização por meio da manutenção da lei e da ordem no país por meio das Forças Armadas assegurado pela Constituição Federal de 1988. Isto é, “não

⁹ A Aliança Democrática foi uma coligação entre o PMDB (principal partido de oposição ao Regime Militar) e os dissidentes do PDS (partido de apoio ao Regime Militar) que formavam a Frente Liberal. A coligação foi lançada em agosto de 1984.

houve propriamente uma ruptura com o autoritarismo, mas uma transformação – lenta, segura e gradual – da forma de governo” (CODATO, 2005, p. 100; SEIXAS, 2019).

Isto representa que, mesmo em um processo de abertura democrática, a eleição pode não trazer grandes mudanças no campo ideológico, pois, ela pode representar a mudança de regime, mas o poder ainda continuar centralizado no poder executivo, sem participação autônoma da sociedade, ou ainda a participação dos militares no controle de instituições mesmo à distância, o que não significa plena democratização do sistema político (CODATO, 2005).

É importante ressaltar que a democracia no modo de produção capitalista não é uma democracia efetiva em que todas as classes participam igualmente, pois, esse tipo de democracia não é viável para o capital financeiro. Segundo Löwy, quando reformas democráticas atrapalham a implementação de políticas liberais, a hegemonia burguesa toma medidas de exceção, como o golpe, por exemplo (LÖWY, 2016), ou recorrem ao aparelho militar no controle do governo para o cumprimento de medidas extremas a fim de preservar sua dominação econômica. Portanto, é evidente que essa mesma hegemonia burguesa não aceitaria uma ruptura da ditadura para a democracia de forma efetiva. Florestan Fernandes, ao se referir a “Nova República”, aponta que uma aliança liberal na redemocratização do país foi um retrocesso, principalmente para a classe que foi oprimida durante todo o período ditatorial. Segundo ele,

O Brasil passou rapidamente da situação histórica de um país no qual parecia que tudo pode acontecer para outro no qual prevalece um apodrecimento conjuntural. A ordem ilegal forjada pela ditadura não foi estilhaçada. Ao contrário, está sendo brilhantemente conduzida a um impasse artificial, pela colaboração dos principais talentos políticos do governo do PMDB e do PDS. Desse impasse, um acordo de cavalheiros permitirá – se não houver riscos aos interesses burgueses e se se calarem os “radicalismos” – repescar a transição gradual, pacífica e segura que esteve no cronograma político-militar dos dois últimos governos. É fabuloso! (FERNANDES, 1986, p. 163).

Os acordos que visaram uma transição pacífica foi com o intuito de não haver a chance de se formarem movimentos de contestação a ditadura, uma vez que, eliminada a censura, liberados os presos políticos e a promulgada da lei de anistia, os militares acreditaram que não haveria motivos para a organização de movimentos radicais de oposição. Além de que, os acordos pacíficos protegeram os militares de serem responsabilizados por seus crimes de violação de direitos humanos. A Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, denominada Lei de Anistia foi promulgada a fim de reverter as punições aos cidadãos brasileiros que foram considerados criminosos pelo regime militar entre 1961 e 1979. No

entanto, a mesma lei foi usada também pelo Estado para perdoar os que violaram os direitos humanos nesse período. Segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV),

Ao promover a denominada “abertura lenta, gradual e segura”, o regime militar vinculou a anistia aos militantes políticos à anistia aos crimes cometidos pelos agentes da repressão. A greve de fome realizada por presos políticos entre 22 de julho e 22 de agosto de 1979 não foi capaz de evitar a aprovação do projeto de lei encaminhado pelo governo e a edição da Lei no 6.683, de 28 de agosto de 1979, denominada Lei de Anistia. Esta conferiu o benefício da anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos a estes, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da administração direta e indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos servidores dos poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes, punidos com fundamento em atos institucionais e complementares. A anistia permitiu a liberdade de centenas de militantes que cumpriam pena em todo o país, bem como o retorno ao solo brasileiro daqueles que se viram compelidos ao exílio (BRASIL, 2014, p.24).

Com os crimes da ditadura, como desaparecimentos e mortes de militantes de oposição, sendo denunciados como crimes do poder estatal, e cada vez mais a pressão por investigação crescendo, o Executivo militar tomou a iniciativa de elaborar a lei de anistia, porém, a discussão sobre a construção da lei permaneceu nos limites estabelecidos pelo Regime Militar, sem a participação popular, com o intuito de pacificação e conciliação dos militares com a sociedade. Deste modo, os crimes dos governos ditadores também entraram na lei, por conta de interpretação jurídica, absolvendo assim os militares em nome de uma pacificação no país. Isto é, além da aliança liberal em nome da segurança da elite econômica, houve também uma aliança para a absolvição dos militares que cometeram crimes durante o período militar com o objetivo de esquecimento do passado e não de esclarecimento da verdade. Essa absolvição permanece até o atual momento, uma vez que os militares que cometeram crimes na ditadura nunca foram penalizados.

Os registros dos fatos e os esclarecimentos sobre as violações de direitos humanos praticadas pelos militares só aconteceu muito tempo depois após o fim da ditadura por meio de muita luta de familiares das vítimas e movimentos sociais quem buscavam e ainda buscam a verdade sobre aquele período. A criação de comissões a fim de revelar essas violações de direitos humanos durante a ditadura aconteceu somente em 2011 após recomendação do Plano Nacional de Direitos Humanos 3¹⁰, instituído em 2009, que recomendou a criação de uma

¹⁰ O Plano Nacional de Direitos Humanos 3 é um documento instituído pelo Decreto nº 7.037 de 21 de dezembro de 2009 e atualizado pelo Decreto nº 7.177 de 12 de maio de 2010. O primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos foi construído em 1996, e, em 2002 depois de atualizado, foi lançado o PNDH-2, ambos falavam sobre a atuação do Estado no âmbito dos Direitos Humanos. Entretanto, foi só na terceira versão, a partir de uma participação democrática, que o documento adicionou diretrizes de reconhecimento da memória e da verdade como dever do Estado e como um Direito Humano. Este documento foi construído a partir de Conferências da sociedade civil que aconteciam desde 2003.

Comissão Nacional da Verdade. Após essa recomendação, foi instituído um ato presidencial pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva¹¹ no dia 13 de janeiro de 2010 para a criação de grupos de trabalho para elaborar o projeto de lei para a criação da CNV, e, em 18 de novembro de 2011 foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff¹² a lei 12.528 que criou a Comissão Nacional da Verdade, a fim de esclarecer as graves violações de Direitos Humanos praticadas no período de 1946 a 1985.

Durante os dois anos e meio de trabalho, de 2012 a 2014, a comissão nacional da verdade se dedicou a investigação de documentos, ministérios e secretarias do governo; criação de ouvidoria para recebimento de colaborações; constituição de um núcleo pericial para elucidar as circunstâncias e local das mortes de vítimas da ação repressora do Estado; promoção de audiências públicas, no intuito de ouvir relatos de vítimas e testemunhas e coletas de testemunhos e depoimentos de agentes de repressão. Além desses trabalhos, a CNV teve acessos a processos de outras comissões para somar com as informações obtidas, como a Comissão de Anistia criada pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002¹³, que regulamenta o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a fim de reparar moral e materialmente as vítimas de violações de direitos humanos cometidos entre 1946 e 1988. Além de atuar em colaboração com a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), criada pela Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995¹⁴, que está vinculada à Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República. O trabalho dessa comissão, que está relatado na publicação cujo título é “Direito à memória e à verdade, de 2007, contribuiu para que a CNV tivesse acesso aos arquivos e materiais sistematizados sobre as vítimas de atos de exceção pelo Estado e incorporar no Relatório Nacional da Verdade, publicado em dezembro de 2014 (BRASIL, 2014).

O Relatório Nacional da Verdade foi extremamente importante para o esclarecimento e o conhecimento das violações de Direitos Humanos sofridas pelas vítimas durante a ditadura, além de apontar e nomear os violadores responsáveis pelos crimes. No entanto, essa foi somente um eixo de reparação das vítimas que é obrigação do Estado. Existem medidas que o Estado precisa cumprir em situação de transição de uma ditadura para uma democracia

¹¹ Ex-presidente do Brasil eleito pelo Partido dos Trabalhadores em 2003 e reeleito em 2006. Político, ex-sindicalista e ex-metalúrgico. Liderança de greves de operários no ABC Paulista durante a Ditadura Militar.

¹² Ex-presidenta do Brasil eleita pelo Partido dos Trabalhadores em 2010 e reeleita em 2014, tendo sofrido um golpe em 2016 pela direita brasileira. Foi a primeira mulher presidenta do Brasil, é economista e política, ex-secretária da Fazenda do Governo Municipal de Porto Alegre, ex-secretária de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul, ex-ministra de Minas e Energia e da Casa Civil. Militante e ex-presença política na Ditadura Militar.

¹³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110559.htm.

¹⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19140compilada.htm.

a fim de superar uma herança cultural de violência e violações de Direitos Humanos. Essas medidas são chamadas de Justiça de Transição e são compreendidas como objetivos a serem alcançados a fim de fortalecer o Estado democrático e garantir que essas violações não voltem a ocorrer. De acordo com Marlon Alberto Weichert, a Justiça de Transição é dividida em três objetivos: Justiça, que é a responsabilização judicial dos autores de crimes como violação de Direitos Humanos; Memória, que consiste em resgatar toda a informação, documentos e arquivos de determinado período a fim de transmitir a sociedade, de forma que se torne algo a ser lembrado após gerações; e Verdade, que é a investigação e a revelação do que realmente aconteceu no período em que o Estado usou de violência e repressão contra a população (WEICHERT, 2014). No Brasil, houve a revelação da verdade por meio da Comissão Nacional da Verdade, porém, não houve a responsabilização judicial dos autores de violações de Direitos Humanos cometidas durante o Regime Militar, nem houve esforço por parte do Estado em promover a memória da ditadura e resgate histórico daquele período. Ao invés disso, promoveu o esquecimento dos crimes cometidos durante a ditadura militar e o perdão aos autores dos crimes.

Além do não cumprimento efetivo da Justiça de Transição, a conciliação feita pelos militares no processo de transição democrática, permitiu que suas funções permanecessem praticamente intactas comparando com a Constituição de 1967¹⁵, promulgada pelos militares. Na Constituição Federal promulgada em 1988, o artigo Art. 142 diz que “as Forças Armadas, [...] organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (BRASIL, 1988). A Constituição Federal de 1988 foi muito importante na garantia e avanços dos direitos fundamentais após um período de autoritarismo. No entanto, em alguns pontos houve a permanência das mesmas leis e regra de autonomia dos anos autoritários no que diz respeito às Forças Armadas com a defesa da garantia da lei e da ordem. Isto é, “a cultura política autoritária, que sempre imputou papel de contenção social às forças militares” (MATHIAS, 2014, p.129) disfarçada de lei da segurança e da ordem.

Até mesmo nas gestões do Partido dos Trabalhadores, de tendência mais progressista, não houve grandes mudanças no controle e atuação das Forças Armadas. No Ministério da Defesa as Forças Armadas seguiram em postos de comando durante toda a gestão Lula/Dilma. Embora os ministros da defesa da gestão do PT tenham sido todos civis, isso não foi um fator importante para a submissão das forças armadas, que sempre tiveram autonomia do poder

¹⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm.

militar. Pois, nenhum dos ministros que esteve à frente da pasta tomou decisões contrárias as preferências das forças armadas ou permaneceu no posto ao enfrentar contestações militares.

No entanto, os militares não só ocuparam cargos no Ministério da Defesa durante a gestão Lula/Dilma, como o número de militares na pasta aumentou. De acordo com Cortinhas e Vitelli (2020), de 2003 a 2016 aumentou 60% no número de posições no Ministério da Defesa (de 818 para 1309), contudo, os cargos destinados prioritariamente aos civis também foi ocupado por militares, isto é, “O aumento no número de cargos civis foi de 42,1%, enquanto a elevação dos cargos militares foi de 77,5%” (p. 204), sendo a maioria nos postos de liderança. Durante todo o período em média de 2/3 dos postos mais importantes da pasta foram ocupados por militares. Além de que, foi nesse período que se aumentou o número de gratificações militares nas alterações que ocorreram no Ministério da Defesa. De acordo com os autores, a falta do controle civil sobre as Forças Armadas entre outros fatores, contribuíram para que os militares não fossem afastados definitivamente da política brasileira (CORTINHAS; VITELLI, 2020).

No entanto, nos últimos anos, os militares não só ocuparam a pasta do Ministério da Defesa e outros cargos que compreendem à segurança pública, mas também outros inúmeros espaços políticos que deveriam ser ocupados por civis. Diante disso, o estudo nos próximos subtítulos é direcionado a analisar o aumento significativo da atuação dos militares na política brasileira nos últimos anos e de que maneira esse movimento de militarização vem acontecendo na sociedade.

1.2 Processo de militarização no Brasil a partir de 2013

No Brasil, as mobilizações e manifestações de protestos sempre foi característica e tradição da esquerda, principalmente depois das manifestações contra o regime militar para a redemocratização no Brasil em que houve o movimento Diretas Já¹⁶, e vários protestos a partir daí pela garantia de direitos sociais, de moradia, trabalhistas etc. No entanto, nos últimos anos a direita tem ocupado as ruas com suas demandas e eventos dando novas

¹⁶ “Diretas Já” foi um movimento político social ocorrido em 1984 que reivindicava eleições diretas para a presidência da República. A proposta de emenda constitucional para tornar direta a eleição presidencial foi apresentada por Dante de Oliveira, deputado federal pelo PMDB de Mato Grosso. O movimento começou com um comício de 300 mil pessoas em São Paulo e pouco a pouco mobilizou centenas de milhares de pessoas pelo Brasil chegando a comícios com um milhão e meio de manifestantes, unindo várias forças da sociedade civil, movimentos populares e lideranças partidárias. Como a votação era no Congresso Nacional dominado pela ditadura, houve um acordo entre parlamentares que eram contra a Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que mudava a Constituição e permitia a eleição de presidente da República. O acordo era para que deixassem o Plenário a fim de não dar quórum e a emenda ser rejeitada (SEIXAS, 2018, p. 88-89).

características à política brasileira. O marco dessas manifestações aconteceu em junho de 2013, em que houve uma onda de protestos por todo o país e cerca de 1 milhão de pessoas, a maioria jovens, em aproximadamente 120 cidades do país, saíram às ruas inicialmente contra o aumento da tarifa do transporte coletivo, mas que depois se ampliou em diversas demandas e palavras de ordem sobre outras áreas do setor público. Estas manifestações, embora sem liderança, foram convocadas por grupos on-line, principalmente o Movimento Passe Livre (MPL)¹⁷, que se organizaram e conseguiram mobilizar milhares de pessoas por meio das redes sociais, porém, não se denominavam pertencentes a coletivos ou organizações. Segundo Gohn (2016),

Desde logo registre-se encontrar eixos identitários ou unidade nos coletivos das manifestações é impossível pois são blocos diferenciados internamente. São fragmentados. A referência é o presente. A permanência é circunstancial. São similares aos instant mob, ações combinadas nas redes sociais para promover uma ação específica no tempo e no espaço, impactar um coletivo e se dissolver (GOHN, 2016, p. 134).

Ainda que o foco inicial dos protestos era o aumento da passagem do transporte coletivo, conforme o número de pessoas e o número de passeatas foi aumentando, as demandas e as identidades foram ficando cada vez mais fragmentadas e heterogêneas até mudarem o foco inicial para a pauta da governabilidade do partido na presidência, que era, justamente, o mesmo partido da prefeitura de São Paulo¹⁸ onde se iniciou os protestos. Segundo Tatagiba *et al* (2015), “a primeira passeata contra o aumento dos transportes ocorreu no dia 6 de junho e contou com duas mil pessoas. No dia seguinte, os protestos reuniram cinco mil pessoas. No dia 11, 10 mil pessoas e no dia 13, sete mil pessoas” (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 200). Logo depois do ato do dia 18 de junho, os governos municipal e estadual baixaram as tarifas dos transportes e mesmo assim os protestos continuaram, pois, devido à grande repressão e detenção dos manifestantes nos protestos, o movimento se expandiu pelo país por meio da internet e o tema que mais apareceu nas redes sociais e nos atos seguintes foi sobre governabilidade e corrupção. Segundo a pesquisa Datafolha, no protesto do dia 20 de junho, metade dos entrevistados citou a corrupção como principal preocupação e somente 32% citaram a redução da tarifa do transporte¹⁹. As palavras de ordem “‘Fora Dilma’, ‘Fora PT’, ‘O povo acordou, o povo decidiu ou para a roubalheira ou

¹⁷ Segundo a página eletrônica do MPL, o Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por transporte público gratuito. O MPL foi criado em janeiro de 2005 em Porto Alegre e já atuou na Revolta do Buzu em Salvador em 2003 e nas Revoltas da Catraca em Florianópolis em 2004 e 2005.

¹⁸ Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores (PT) foi prefeito de São Paulo de 2013 a 2016.

¹⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1299344-corrupcao-e-principal-motivacao-de-manifestantes-em-sp-diz-datafolha.shtml?mobile>. Acesso em: 17 de setembro de 2020.

paramos o Brasil” demonstraram a hostilidade pelo PT ao associarem apartidarismo, característica inicial do movimento, com antipetismo (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 199).

Esta ressignificação do foco dos protestos, que inicialmente era contra aumento da passagem do transporte coletivo em São Paulo, aconteceu porque ao ir para as ruas muitas pessoas se depararam com muitas outras demandas necessárias à vivência cotidiana, não somente a mobilidade urbana, mas tudo que se relaciona com as necessidades coletivas das pessoas que moram na cidade: transporte, moradia, saneamento, alimentação, ou seja, direitos essenciais à pessoa humana que nem sempre são garantidos pelo Estado, e este foi o momento de manifestarem suas indignações. A politização dessas pautas levou à consequente discussão da reforma política, a crítica aos financiamentos de campanhas e vários outros temas políticos que interferem direta e indiretamente na vida das pessoas, levando às discussões político partidárias, uma vez que, as demandas existentes são, realmente, responsabilidade dos partidos políticos governantes (MARICATO, 2013). Mas, esta mudança aconteceu, sobretudo, pela transformação do conceito de partidário do movimento, pelo sentimento antipartidário de descontentamento a representação política no poder e uma consequente crítica aos partidos de esquerda, mais especificamente ao Partido dos Trabalhadores (PT) e a presidenta Dilma Rousseff²⁰, pois, embora os protestos fossem organizados através das redes sociais por manifestantes majoritariamente jovens, a cobertura dos atos, os temas e interação com a maioria da população eram “produzidos pelos monopólios da comunicação” que por meio de suas pautas e noticiários apoiou os manifestantes “cidadãos de bem” vestidos de verde e amarelo, em sua maioria pertencentes a classe média²¹, que protestavam contra o governo (SECCO, 2013, p. 90).

É importante lembrar que os principais veículos de comunicação brasileiros têm editoriais predominantemente de direita e sempre se posicionaram contra os partidos de esquerda, mas sobretudo, contra os movimentos sociais populares, criminalizando e

²⁰ Dilma Vana Rousseff (1947) economista e política brasileira. 36ª presidenta do Brasil eleita democraticamente em 2011 e 2015 pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

²¹ Em seu texto “A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo”, Marilena Chauí descreve a classe média como uma classe que está “fora do núcleo econômico definidor do capitalismo” e também fora do “núcleo do poder político”, isto é, “ela não detém o poder do Estado (que pertence a classe dominante) nem o poder social da classe trabalhadora organizada”. De acordo com a autora, a classe média possui um sonho e um pesadelo: “seu sonho é tornar-se parte da classe dominante; seu pesadelo tornar-se proletária. Para que o sonho se realize e o pesadelo não se concretize, é preciso ordem e segurança. Isso torna a classe média ideologicamente conservadora e reacionária, e seu papel social e político é assegurar a hegemonia ideológica da classe dominante” (CHAUÍ, 2016, p. 19-20).

caluniando principalmente movimentos que lutam pelo direito à terra e moradia²². No entanto, nas manifestações de junho de 2013 a mídia apoiou os movimentos de protesto. Isto é, os mesmos veículos de comunicação que que criminalizavam os movimentos sociais populares e sindicais até 2013, a partir desta data começaram a legitimar os movimentos de protesto e darem espaço e voz a esses manifestantes contrários ao governo federal, corroborando com os discursos de indignação das camadas médias e altas da sociedade.

Essa mesma mídia, desde muito tempo, tem participado da construção e na formação da imagem pública de políticos e da política de acordo com seus interesses, econômicos e ideológicos. Um exemplo claro disso é a participação dos oligopólios de mídia no golpe de 1964 contra o presidente João Goulart²³ com a justificativa de “defesa da democracia”, “contra a corrupção e a subversão”, criando uma expressiva campanha de desestabilização do governo coordenados pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), ambos financiados por “interesses empresariais nacionais e estrangeiros”. Isto é, vários jornais, rádios e emissoras de televisão do país, como os Diários Associados, Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo, Rádio Eldorado de São Paulo, TV Record, TV Paulista, Correio do Povo (RS), Organizações Globo e outros, se colocaram a serviço do IPES a favor do golpe militar de 1964 por seus interesses conservadores (LIMA, 2015, p. 94-95). Outro fator importante para a consolidação daquele projeto antidemocrático foi a criação da Rede da Democracia, que segundo Lima (2015),

foi uma cadeia de emissoras de rádio idealizada pelo então deputado federal (à época, do extinto Partido Social Democrático) e vice-presidente dos Diários Associados, João Calmon (1916-1999), criada em outubro de 1963, comandada pelas rádios Tupi, Globo e Jornal do Brasil e retransmitida por centenas de emissoras em todo o país. Diariamente, políticos, empresários, militares, jornalistas, intelectuais, sindicalistas, estudantes “articulados com partidos e entidades de oposição (IPES e IBAD)” faziam campanha aberta contra o governo e se constituíam em espaço de articulação discursiva na conspiração que se formava para

²² Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/os-25-anos-do-mst-invasoes-badernas-e-desafio-a-lei/>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/05/mst-fara-jornadas-de-ocupacao-de-terras-de-empresas-falidas-apos-pandemia.shtml>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/crimes-do-mst-seguem-impunes-ano-apos-ano/>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

Disponível em: <https://jovempan.com.br/arquivo/joice-hasselmann/mst-e-uma-entidade-ilegal-que-pratica-crimes-em-serie.html>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,contra-o-mst-a-lei,70002221091>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

²³ Na madrugada do dia 31 de março de 1964 os generais Carlos Luiz Guedes, em Belo Horizonte e Olímpio Mourão Filho, em Juiz de Fora colocaram suas tropas na rua deflagrando um golpe no Brasil destituindo o presidente João Goulart para impor uma ditadura. O golpe financiado pelos Estados Unidos da América (EUA) objetivava acabar com a política de João Goulart e seu projeto de aplicação das Reformas de Base, que basicamente eram reformas democratizantes e nacionalistas a favor dos direitos dos brasileiros. Os golpistas, interessados em impor uma política econômica pautada na desigualdade, tiveram apoio da classe média brasileira conservadora, e interessada em manter seus privilégios, conseguindo então acabar com a democracia e instaurar uma ditadura no Brasil que durou até 1985 (NETTO, 2014; SEIXAS, 2018).

derrubada de Goulart, até as vésperas do 1º de abril. Os pronunciamentos veiculados na “rede” eram, em seguida, publicados nos respectivos jornais dos grupos empresariais de mídia (LIMA, 2015, p. 97).

Da mesma forma em que a mídia passava a imagem de legítima representante da opinião do público em geral e foi extremamente responsável pela concretização e sustentação do golpe em 1964, disseminando informações para a derrubada de João Goulart, nos últimos anos ela tem cumprido o mesmo papel. Isto é, durante os ciclos de protestos de 2013, a mídia brasileira assumiu o papel de ser a porta-voz da elite e da classe-média conservadora e contra os partidos de esquerda. Além de que, atualmente a maioria do grupo de grandes empresas de mídia no Brasil são as mesmas empresas que apoiaram direta ou indiretamente o golpe militar de 1964 e igualmente se mantêm na defesa do liberalismo e da propriedade privada, ou seja, na defesa da direita no poder. Além das mídias convencionais cobrirem e noticiarem os protestos, as redes sociais foram extremamente importantes na disseminação dessas notícias, uma vez que a internet e principalmente as páginas do Facebook foram instrumento de mobilização, não só para convocar os atos, mas também para divulgar os acontecimentos, possibilitando a ampla participação da sociedade de diversas maneiras: compartilhando, divulgando e seguindo as páginas que tratavam do assunto. Segundo Silveira (2015), das páginas que se declaravam ligadas ao pensamento de esquerda, as que se destacaram foram: Movimento Passe Livre e Mídia Ninja. Em contrapartida, inúmeras outras páginas vinculadas ao pensamento de direita ganharam cada vez mais espaço e seguidores ao compartilharem reportagens de revistas como a revista Veja, notícias de jornais como O Estado de S. Paulo, O Globo, Folha de S. Paulo, e outros meios de comunicação convencionais que de uma forma ou de outra conseguiram chegar à maioria das pessoas. (SILVEIRA, 2015, p. 222-223).

O resultado desta intervenção midiática na vida da população se mostrou bem claro durante os atos pelas mensagens e as manifestações nos protestos. Segundo Chauí (2013),

Em lugar de lutar por uma reforma política, boa parte dos manifestantes recusa a legitimidade do partido político como instituição republicana e democrática. Assim, sob esse aspecto, apesar do uso das redes sociais e da crítica aos meios de comunicação, a maioria dos manifestantes aderiu à mensagem ideológica difundida anos a fio pelos meios de comunicação de que os partidos são corruptos por essência. Como se sabe, essa posição dos meios de comunicação tem a finalidade de lhes conferir o monopólio das funções do espaço público, como se não fossem empresas capitalistas movidas por interesses privados. Dessa maneira, a recusa dos meios de comunicação e as críticas a eles endereçadas pelos manifestantes não impediram que grande parte deles aderisse à perspectiva da classe média conservadora difundida pela mídia a respeito da ética (CHAUÍ, 2013).

Esta mobilização da mídia afirmando a todo momento que a política é corrupta e sem ética por essência ao longo dos anos, fez as pessoas acreditarem que é necessário lutar contra

todos os partidos do país, pois, consideram os partidos políticos como a causa da corrupção e da crise política e não como uma instituição legítima em uma democracia necessária para todo o tipo de organização, metas e diretrizes no governo. Essa aspiração por governos sem mediações institucionais é uma característica da classe média que se posiciona incisivamente contra os partidos políticos ao afirmar nas ruas que “meu partido é meu país”, fazendo cada vez mais figuras políticas alegadamente “contra partidos” se elegerem e governarem autoritariamente e de forma antidemocrática (CHAUÍ, 2013).

A consequência da ativa participação da mídia na formação desses conceitos no imaginário da população foi a eleição do ano seguinte aos movimentos de 2013: em 2014 houve novos protestos convocados pela direita e desta vez no contexto de extrema polarização entre dois partidos de oposição na eleição para a presidência: PT e PSDB. Antes das eleições aconteceram três grandes atos em São Paulo e demais cidades com a finalidade de apoiar o candidato Aécio Neves, e em todos eles os manifestantes não só demonstraram clara oposição ao Partido dos Trabalhadores, mas também relacionaram a corrupção diretamente ao PT com as seguintes palavras de ordem: “Fora PT”, “Fora Dilma”, “Fora Corruptos”. Antes das eleições, estes protestos foram convocados pela organização “Vem pra rua” e após as eleições outras organizações que cresceram através das redes sociais convocaram as manifestações, mas desta vez também a favor do impeachment: o Revoltados Online (ROL), que pedia a volta da ditadura militar em seus discursos; o Vem Pra Rua, de Rogério Chequer, ligado à Aécio Neves; e o Movimento Brasil Livre (MBL), que inicialmente foi descrito como espontâneo e liderado por um estudante de economia de 19 anos que saiu da internet para protestar nas ruas, mas que na verdade, era um movimento gerado por uma rede de fundações estadunidenses de direita ligadas a empresários do setor petrolífero (AMARAL, 2016).

Após especulações de que o MBL era patrocinado pelos irmãos Koch, empresários estadunidenses de direita, do setor petrolífero, que estavam interessados em se apossar do Pré-Sal, a agência de jornalismo investigativo “Agência Pública” investigou a origem do MBL e comprovou que o Movimento Brasil Livre foi gerado pela Atlas Network, da qual fazem parte onze organizações ligadas aos irmãos Koch. Essas fundações além de manterem financeiramente a Atlas Network, ainda custeiam cursos, em parceria da Atlas com fundações liberais, para formação de lideranças de estudantes em toda a América Latina e na Europa Oriental. O Brasil faz parte da Students for Liberty (SFL), uma organização estudantil internacional, desde 2012. Essa organização é mantida e instruída pelas fundações dos irmãos Koch e pela Atlas Network. De acordo com Marina Amaral,

os rapazes da Estudantes pela Liberdade (EPL), já tinham uma estratégia definida para participar dos protestos, como revelou à Pública o publicitário mineiro Juliano

Torres, diretor-executivo da organização. Impedida de participar das manifestações pela legislação dos Estados Unidos (que proíbe a atuação política das fundações americanas) e sem querer perder o bonde da história, a EPL resolveu assumir um nome fantasia, “uma marca para a gente se vender nas manifestações”, como explicou Torres na entrevista. A “marca” era o Movimento Brasil Livre – e Kim Kataguiri, o escolhido para estrelar a campanha do MBL nas ruas (AMARAL, 2016, p. 51).

Embora Kim Kataguiri²⁴ não houvesse feito os cursos de formação de liderança promovidos pela Atlas Network, ele foi escolhido para representar o MBL por meio da sua capacidade de atrair os jovens de classe média nas redes sociais.

Assim como no Brasil que tem fundações ligadas à Atlas como: o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), o Instituto Millenium e o Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista, ligado ao Opus Dei, que participam de fóruns, eventos e movimentos neoliberais, em outros países da América Latina também existem fundações financiadas pela Atlas Network. A guatemalteca Glória Alvarez²⁵ que esteve no Brasil em 2015, no palanque do movimento “Vem pra Rua” em uma das manifestações em São Paulo, teve suas viagens pela América Latina patrocinadas “por fundações da rede Atlas do Chile à Venezuela, onde a Cedice²⁶ [...] e o Instituto Cato, ligado aos Koch, financiam a oposição aos chavistas²⁷ desde 1999” (AMARAL, 2016, p. 52). Além do Brasil, outros países da América Latina tiveram interferência dos Estados Unidos da América na política de seus países, até mesmo na destituição de presidentes como é o caso da Bolívia em que foi “sugerido” ao presidente eleito Evo Morales, pelas Forças Armadas, para que renunciasse à presidência em prol de uma alegada pacificação no país. O golpe civil, militar e político contra Evo Morales, que em seu mandato garantiu o fortalecimento de políticas públicas no combate à desigualdade social e a

²⁴ Atualmente Kim Kataguiri é deputado federal pelo DEM.

²⁵ Ativista liberal guatemalteca conhecida por defender o libertarismo e criticar governos populistas na América Latina.

²⁶ Centro de Divulgación del Conocimiento Económico para la Libertad (CEDICE Libertad) é uma associação civil privada fundada em 1984 em Caracas, Venezuela, com o objetivo de divulgar o pensamento econômico liberal.

²⁷ Chavismo é a ideologia baseada nas ideias e estilo de governo associados com o ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que governou o país entre 1999 e 2013. De acordo com Walmrath e Moraes, “Chávez assumiu o governo em 1999, auge do neoliberalismo. Naquele momento, as chamadas liberalizações estavam sendo implementadas em todo o mundo. Sua governança foi a primeira a romper com o Consenso de Washington em toda a América Latina, quando outros afirmavam que era impossível lutar contra as forças do mercado. Do ponto de vista do capitalismo de Estado, baseado em uma interpretação tipicamente social-democrata, a governança política de Chávez foi exemplar. Garantiu uma forte intervenção estatal na economia. Reestatizou várias empresas. Construiu novas estatais. Ampliou direitos sociais. Incrementou significativamente os direitos trabalhistas. Forneceu créditos para os micros e pequenos empresários. Democratizou decisões políticas por meio de referendos e plebiscitos. Criou diversas missões sociais para erradicar o analfabetismo, distribuir alimentos e ampliar atendimentos de saúde por meio de proliferação de postos médicos. [...] Devemos contar, também, a criação de universidades e escolas públicas. [...] A governança política de Chávez colocou na pauta do dia as bandeiras da revolução, do socialismo, junto com a crítica ao capitalismo. [...] a Era Chávez não acabou com o capitalismo, mas, indubitavelmente, rompeu com uma de suas faces, o neoliberalismo” (WALMRATH; MORAES, 2019, p. 12-15).

nacionalização dos recursos naturais, foi com o intuito de grupos econômicos bolivianos em obter benefícios de empresas estadunidenses e restaurar o projeto neoliberal na Bolívia. Elon Musk, diretor da empresa Tesla, ao ser questionado de seu envolvimento no golpe contra Evo Morales para a obtenção de lítio, para as baterias que alimentam os veículos de sua empresa, respondeu em suas redes sociais “Vamos dar golpe em quem quisermos! Lide com isso”. Segundo Rodríguez e Vargas,

Que se efectuara el golpe a Evo Morales era cuestión de tiempo, solamente hay que sumar: el “triángulo del litio” —conformado por Argentina, Bolivia y Chile— concentra más de 85% de las reservas del planeta de este metal; los yacimientos bolivianos de petróleo y gas; la negativa del gobierno de Evo de adscribirse al proyecto neoliberal de Occidente, y los medios de comunicación que, con perseverancia, implantaron el imaginario de un “autoritarismo boliviano” a céntimas de convertirse en Venezuela. Por estas razones la usaid²⁸ fue expulsada de Bolivia en 2013, pero la ned, así como el iri y el dni, continuaron su financiación a partidos políticos de oposición, a organizaciones de la sociedad civil y a los medios de comunicación; asimismo, otro factor desestabilizador fue la militarización de la lucha contra las drogas bajo convenios bilaterales entre Bolivia y Estados Unidos (GARCÍA FERNÁNDEZ; LAJTMAN; ROMANO; TIRADO, 2019 *apud* RODRÍGUEZ; VARGAS, 2020, p.57)

O mesmo formato de golpe aconteceu no Paraguai em 2012, em que o presidente Fernando Lugo, “quem rompeu com mais de setenta anos de hegemonia do Partido Colorado, dos quais incluíram 35 anos da ditadura militar de Alfredo Stroessner”, foi acusado de apoiar movimentos camponeses e foi deposto pelo Senado. Segundo Rodríguez e Vargas, o golpe de Estado contra Fernando Lugo foi parte de uma estratégia dos Estados Unidos da América para reestabelecer a direita neoliberal na América Latina por meio da mídia televisiva que alegava um possível domínio de Hugo Chávez sobre o Paraguai (RODRÍGUEZ; VARGAS, 2020, p. 50-51). Esses e outros países latino-americanos sofreram vários tipos de golpes nos últimos quinze anos por oligarquias, com a intervenção do imperialismo americano, graças a seu monopólio dos meios de comunicação que tem o poder de manipular e orientar boa parte da população (LÖWY, 2016).

No Brasil, além desses 3 grupos: Revoltados Online, Vem pra Rua e MBL, estima-se que outras 42 grandes páginas do Facebook agiram na desmoralização e desconstrução das candidaturas da esquerda, principalmente à presidência, usando de compartilhamento e de engajamento patrocinado, isto é, várias páginas pagavam ao Facebook para que suas postagens fossem vistas por mais pessoas²⁹, beneficiando mais as páginas de direita que

²⁸ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development*) é um órgão que atua no reforço à política externa dos Estados Unidos da América como atividades de inteligência na desestabilização e golpes de governos que não se alinham à política estadunidense.

²⁹ “Estratégia de monetização promovida pelo Facebook. O grande poder horizontal da internet e das tecnologias P2P (*peer-to-peer*) foi alterado pelo peso de plataformas que controlam a visualização das publicações e que cobram para que as pessoas possam ser atingidas pelas mensagens nas redes sociais. O Facebook reestabeleceu a

compartilhavam seus pensamentos conservadores superando as páginas da esquerda (SILVEIRA, 2015). Com o crescimento ativo dessas páginas com pensamento alinhado à direita e com o aumento do engajamento e número de seguidores, foi possível perceber que “viralizaram” os ataques, não somente aos partidos de esquerda e especificamente o PT, mas também “preconceito contra os nordestinos e as críticas ao Bolsa Família [...] com acentuada conotação de ódio de classe” além de grupos pedindo intervenção militar alegando a defesa da moral e bons costumes (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 201).

Em resposta a essas manifestações nas ruas e nas redes sociais, a esquerda também convocou atos em apoio à Dilma Rousseff demonstrando uma disputa clara entre os dois partidos. O resultado das eleições foi muito disputado e a sociedade estava bem dividida: presidenta Dilma Rousseff foi reeleita por uma pequena margem (51,64% a 48,36%), o que gerou várias contestações posteriores ao resultado das eleições, principalmente por seu opositor que não reconheceu o resultado das urnas, recorrendo à justiça e envolvendo nessa insatisfação a maioria de seu eleitorado (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 10-11). A partir deste momento, foi possível observar o resultado das mobilizações da direita nas ruas e nas redes sociais, pois, além de a esquerda ter vencido com pouca diferença nos votos na eleição para o executivo, a direita aumentou muito seus votos no legislativo, principalmente os partidos pequenos com o discurso de oposição à “velha política”. Segundo Codato, Bolognesi e Roeder (2015),

Em 2014, a direita brasileira voltou a crescer no Parlamento, revertendo o movimento de queda constante do número de representantes na Câmara dos Deputados que se observava desde 1998. Em 2010 os partidos conservadores ganharam 36,3% das cadeiras; em 2014, 43,5% (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015, p. 115).

Os autores acima citados elencaram e classificaram os partidos de direita em “velha direita” e “nova direita” de acordo com ideologia, membros do partido e data de criação. Os partidos classificados por eles em nova direita são: PEN; PRB; PSD; PSDC; PSL; PST; PT do B; PTC; PTN e SD, e suas principais defesas são: liberalismo econômico e os valores da família tradicional. No campo da direita, esses partidos foram os que mais aumentaram no índice de crescimento parlamentar (ICP) de 2010 para 2014, uma vez que em 2010 estes partidos tinham 13 cadeiras e em 2014 aumentaram para 85 cadeiras, enquanto a “velha

comunicação broadcasting no interior das redes distribuídas, ou melhor, retomou as formas de controle vertical baseadas no dinheiro. Isso significa que a força do poder econômico que havia sido atenuada nas redes digitais foi recomposta na verticalidade e nos controles das redes sociais” (SILVEIRA, 2015, p. 226-227).

direita³⁰” caiu de 173 cadeiras em 2010 para 138 em 2014. Os partidos considerados nova direita, são partidos majoritariamente pequenos e com a maioria dos candidatos novos na política, que declaram suas profissões como empresários, líderes religiosos, policiais e trabalhadores de diversos setores. Ou seja, são opções que, no imaginário dos eleitores que são contra os partidos tradicionais, desmistificam a “velha política” de políticos de carreira e corruptos (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015). No entanto, para além dessa representação de uma nova direita ou da descontinuidade da política tradicional que esses partidos asseguram às pessoas, existe uma defesa de projetos fundamentalistas que vão na contramão da conquista de direitos pessoais e coletivos ao longo dos anos. Estes parlamentares, mesmo estando em partidos diferentes, com agendas diferentes, defendem os ideais de suas bancadas essencialmente conservadoras e neoliberais. De acordo com Quadros e Madeira,

Defensores de valores cristãos, da preservação do *status quo* nas zonas rurais e do incremento da repressão à criminalidade passaram a ocupar mais assentos no parlamento brasileiro (a chamada “bancada BBB” – Bíblia, Boi e Bala), ao passo que bancadas simpáticas às pautas “progressistas” sofreram sensível redução (QUADROS; MADEIRA, 2018, p. 492).

Esta eleição deixou profundas mudanças no campo político brasileiro, em que vários autores decidiram chamar de aumento da onda conservadora, porém, neste momento ainda não é possível dizer se é somente uma onda ou algo muito maior. Segundo o presidente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), este congresso foi reconhecido como o “mais conservador desde 1964” (QUEIROZ, 2014) e não somente pelo aumento de candidatos de siglas de direita, mas pelo aumento de defesas de pautas extremamente conservadoras no campo religioso e moral. Um exemplo disso é o aumento da representatividade religiosa no legislativo, a chamada de Frente Parlamentar Evangélica (FPE) ou Bancada da Bíblia ou ainda, bancada evangélica, principalmente na Câmara de Deputados. Em 2014, a bancada era composta por 74 deputados e a maioria deles estavam alocados no PRB, PR e no PSC. Embora estes deputados sejam de inúmeras e diferentes igrejas, as mais representadas no congresso são as igrejas com bastante visibilidade por conta de emissoras de comunicação aliadas que têm em sua programação muitas referências desses grupos. Além de algumas lideranças cujo discurso mobiliza toda uma categoria que se sente representada por ideais fundamentalistas, como o pastor Marco Feliciano, pastor Silas Malafaia, pastor Everaldo e outros deputados que não são pastores, mas detém o mesmo

³⁰ Foram classificados como “velha direita” os seguintes partidos: DEM; PAN; PFL; PGT; PHS; PL; PP; PPB; PR; PRN; PRONA; PRP; PRTB; PSC; PSD; PSN e PTB.

discurso e que atraem inúmeros eleitores, que, por conseguinte, apoiam e disseminam essa mesma retórica por conta de suas influências religiosas (QUADROS; MADEIRA, 2018).

O conservadorismo e o discurso de defesa radical dos valores da família tradicional e a defesa da moral cristã por esses grupos tem afetado vários setores da sociedade na busca e conquista de direitos, como a descriminalização do aborto ou criminalização da homofobia, por exemplo, que neste caso influenciou e influencia inclusive na educação, quando interferiram na distribuição da cartilha “Escola sem homofobia”³¹, alegando falsamente ser um “kit gay” distribuído pelo governo para induzir a prática homossexual nas escolas, ou até mesmo a criação do Projeto Escola sem Partido³², alegando estarem contra a prática da “ideologia de gênero” no interior das escolas. Obviamente que todos esses projetos são modos de enfraquecimento das políticas públicas progressistas que buscam a promoção de Direitos Humanos na sociedade. Todas essas pautas defendidas pela direita e especialmente pela bancada evangélica foram palavras de ordem em diversas manifestações de rua e nas redes sociais pelas pessoas que se sentem representadas por elas, pelos evangélicos conservadores e pelos próprios deputados moralistas que fizeram inúmeras postagens e comentários alcançando grande número de pessoas (QUADROS; MADEIRA, 2018).

Outra bancada extremamente conservadora e que tem crescido muito desde 2014 é a “bancada da bala”, que é composta, majoritariamente, por ex-policiais militares e delegados da polícia civil e é a representação de uma parte da população que prestigia as forças armadas e policiais, defende o aumento e a inflexibilização das punições mediante crimes e a flexibilização do porte de armas para civis. A defesa desta bancada é basicamente o combate à criminalidade, de forma repressiva e autoritária. Segundo Quadros e Madeira (2018),

Na legislatura eleita em 2014, deputados vinculados à questão formalizaram a criação de uma bancada dedicada exclusivamente à formulação de políticas de promoção da segurança pública: a Frente Parlamentar da Segurança Pública, que congrega 287 parlamentares, devendo-se ainda somar a Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa (criada em dezembro de 2012 e que então agregava 202 parlamentares) e a Frente Parlamentar de Apoio à Família Militar (206 deputados) (QUADROS; MADEIRA, 2018, p. 504)

³¹ O programa "Brasil sem Homofobia" foi lançado a fim de combater a violência e a discriminação contra gays, lésbicas, travestis, transexuais, entre outros grupos. O material foi produzido para ser distribuído aos professores a fim de trabalhar com questões de gênero e sexualidade, temas importantíssimos para combater o preconceito, a discriminação e promover a garantia dos Direitos Humanos no ambiente escolar.

³² O projeto de lei nº 7.180 de 2014 denominado Escola sem Partido visa fazer alterações nas garantias da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) propondo um ensino pautado nos valores da educação moral, familiar e religiosa. Além de proibir o Ministério da Educação (MEC) em distribuir livros às escolas públicas que tratem sobre orientação e diversidade sexual e proibir professores de falarem sobre política ou gênero nas escolas alegando ser ideologia de gênero e doutrinação. No entanto, de acordo com Fabiano Pereira Severino (2019) esse projeto de lei é um dos 103 projetos com a mesma temática apresentados entre 2014 e 2017, sendo 22 nas Assembleias Legislativas estaduais e 81 projetos nas câmaras municipais. O primeiro projeto apresentado pelo Movimento Escola Sem Partido (MESP) foi feito por Miguel Nagib, criador do MESP na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 2014 (SEVERINO, 2019).

Destes parlamentares, aproximadamente 18 deputados faziam parte da “bancada da bala”, que era uma parcela dos deputados que tinha preocupação sobre a segurança pública, que é uma pauta de grande importância e necessitada de políticas públicas, mas que no entanto, mantinha um discurso sobre o tema pela “defesa intransigente da ação policial, tendo pouco ou nenhum cuidado com o estabelecimento de parâmetros de legalidade; defendem abertamente ações policiais arbitrárias” (FAGANELLO, 2015, p. 147). Estes mesmos deputados, em sua maioria ex-policiais, usaram e ainda usam suas redes sociais para disseminar conteúdos de confrontos e enfrentamentos violentos contra civis, conteúdos promovendo revanchismo e vingança contra civis que cometeram delitos, entre outros discursos extremistas. Isto é, a bancada da bala é a representação política do sentimento de constante insegurança e sentimento de impunidade que perturba uma parte da população, acrescido do terror promovido por programas policiais que incitam a violência e o ódio na população. O discurso radical da bancada da bala de que são necessárias ações extremistas de punição e ação policial contra infratores, pois as políticas de segurança pública existentes não funcionam, fazem as pessoas acreditarem e difundirem que para se defender é necessário eliminar os indivíduos criminosos. Esse discurso leva as pessoas a declararem que o Estado é corrupto e a justiça não funciona, portanto, acreditam que policial que mata bandido é herói e guerreiro e está fazendo o seu papel de defensor do cidadão de bem. Esse pensamento, além de eleger o candidato que diz que “bandido bom é bandido morto”, criminaliza grupos que denunciam abusos de autoridade por policiais, chamando-os de “defensores de bandidos” (FAGANELLO, 2015).

Para a bancada da bala, a questão de segurança pública é tratada de forma dividida entre os civis, pois, a mesma polícia que deve defender os “cidadãos de bem”, aqueles que merecem viver, é a mesma que pode agir de forma extrema e violenta com os cidadãos que estão em conflito com a lei, alegando que eles escolheram “esse destino”. Segundo Faganello,

O ideário do discurso securitário-autoritário se estrutura em uma concepção que prescinde do princípio de igualdade fundamental, instaurando uma desigualdade na distribuição formal dos direitos sob critérios moralistas e dependente do juízo arbitrário da força policial. Nesse sentido, contemplam um conteúdo de distribuição inigualitária de direitos, não apenas enquanto uma medida radical e momentânea em um contexto de crise social, mas como um critério que se sustenta em uma visão arraigada de aceitação da desigualdade, projetando como desejável toda ação que a conserve e legitime (FAGANELLO, 2015, p. 152-153).

Esse ideário não é somente a aceitação da desigualdade, mas um projeto de sua conservação. A perpetuação da ideia de que o “bandido escolheu este caminho” e, portanto,

não merece receber os mesmos direitos de outra pessoa que acreditam, arbitrariamente, ser melhor que aquele, leva as pessoas a não compreenderem as questões sociais da criminalidade, legitimando assim a desigualdade como algo natural e imutável e, portanto, passível de soluções extremas como a violência e a morte de alguns grupos para a resolução de conflitos.

Outra característica da alegação da imutabilidade e naturalização da desigualdade é a inexistência da defesa de medidas socioeducativas no combate à criminalidade, acreditando que deva existir medidas de repressão e restrição de liberdade para todos, inclusive para adolescentes, isto é, a defesa inflexível da redução da maioria penal. Um reflexo disso foram as inúmeras tentativas na câmara de reduzir a maioria penal através de projetos de lei, pois, somente no ano de 2015 foram apresentados 17 projetos de lei ou emendas constitucionais por membros da bancada da bala "a fim de promover a redução da maioria penal de 18 para 16 anos ou de endurecer a aplicação de medidas de restrição de liberdade para adolescentes" (QUADROS; MADEIRA, 2018, p. 506). Os projetos apresentados citam a necessidade de endurecimento da aplicação das medidas educativas, mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aumento de sanções e penas para adolescentes a partir de 14 anos, entre outras medidas de punição pautadas na alegação de que é a vontade da maioria da população que se sente insegura em meio a tantos adolescentes envolvidos em práticas criminosas³³.

Outra defesa deste grupo de parlamentares diante dos problemas de segurança pública é a facilitação do porte de armas para civis alegando a diminuição da violência à medida em

³³ “Na justificativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2015, pode-se ler: ‘Segundo enquetes e pesquisas realizadas pelo Instituto DataSenado entre os anos de 2007 e 2015, mais de 80% dos entrevistados são a favor da redução da maioria penal. (...). É inegável que o cidadão dessa idade está plenamente preparado e amadurecido para a maioria civil e penal, e, portanto, para conquistar a vida adulta, com seus direitos e responsabilidades.’ [...] Já na exposição de motivos do PL nº 1243/2015 (...) se verifica a seguinte argumentação: ‘Ao longo dos últimos anos, o número de crianças e, em especial, adolescentes envolvidos em práticas criminosas aumentou consideravelmente. A progressão dessa situação fez surgir questionamentos na sociedade quanto à adequação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a essa nova realidade social. O presente projeto de lei tem como propósito adequar o Estatuto, aprovado em 1990, à nova realidade social, endurecendo os critérios de aplicação de medidas socioeducativas.’ [...] O tom adotado pelo PL nº 387/2015 (Alberto Fraga – DEM-DF, que preside a bancada da bala) é consideravelmente mais enfático: ‘A sociedade brasileira tem assistido ao crime organizado aliciar menores para a prática de crimes bárbaros, adolescentes de 12, 14 e 16 anos são utilizados como testa de ferro dessas organizações. Temos visto adolescentes de 17 anos praticarem latrocínio e ao completar 18 anos são postos em liberdade (...) O que se quer é uma medida justa para que jovens, pais e mães, não sejam trucidados sob o manto de uma suposta minoridade, um ser em evolução! (...) Chega de impunidade, porque esses “doutos” não clamam pelo que temos de mais moderno no mundo? Na Europa e na América do Norte, bem como na América do Sul, o menor é responsabilizado! Por que somente no Brasil temos que conviver com esse quadro de desmando e impunidade? A sociedade não aquece mais, e a prova disso é que os militares e profissionais de segurança pública foram os mais votados no País! Foram votados e eleitos para dar uma resposta, e ela passa por esse projeto e outros que o povo clama. Ressalta-se que nas pesquisas de opinião e de enquete da Câmara e do Senado a redução da minoridade teve o sim de mais de 83% do povo, e democracia é a vontade da maioria representada.’” (QUADROS; MADEIRA, 2018, p. 506 – 508).

que a população conseguir se defender com suas armas. Os projetos de lei que tratam do assunto preveem a extinção do Estatuto do Desarmamento e o aumento de armas e munições adquiridos pelos cidadãos, além da redução da idade mínima exigida para obter o porte de armas³⁴. Contudo, a defesa em prol do desarmamento pela bancada da bala com tanta ênfase não é somente resultado da ideologia em prol do direito de autodefesa pelos cidadãos, é, maiormente, resultado do financiamento de várias candidaturas pela indústria armamentista que monopoliza o mercado de armas de fogo e munições no Brasil³⁵. Segundo uma pesquisa do endereço eletrônico “Congresso em Foco”, em 2014,

Mais de 70% dos candidatos que receberam legalmente doações de campanha da indústria de armas e munições se elegeram em outubro. Dos 30 nomes beneficiados pelo setor, 21 saíram vitoriosos das urnas: são 14 deputados federais e sete deputados estaduais. Ao todo, fabricantes de armas e munições destinaram R\$ 1,73 milhão para políticos de 12 partidos em 15 estados. [...] Dos 24 titulares da comissão especial incumbida de discutir o projeto que libera o porte e o uso de armas de fogo no país, dez receberam doações do setor para suas campanhas eleitorais neste ano. Ou seja, cerca de 40% dos integrantes. Outros seis suplentes do colegiado também foram financiados por fabricantes de armas e munições (GÓIS, 2014, s. p.).

Ainda que o financiamento de campanha pela indústria armamentista demonstre claramente a ligação desses deputados com essas empresas e suas defesas pela mudança da legislação do desarmamento, outras medidas que também explicitam o alinhamento dos deputados com elas foram identificadas por Miranda (2019), pois, segundo ele, os deputados integrantes da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) e muitos da bancada da bala protocolaram requerimentos para a realização de visitas institucionais às fábricas de Taurus e CBC diversas vezes. Estas visitas foram feitas em comitiva com os integrantes da CSPCCO e bancada da bala desde 2012 (MIRANDA, 2019, p. 91). Decorrente desses financiamentos, os parlamentares alinham suas ações na Câmara de Deputados em favor dos interesses dessas empresas, defendendo a revogação de medidas que façam o controle do uso e do porte de armas a fim de beneficiarem a comercialização de armas e munições produzidas pela indústria armamentista brasileira.

Apesar dos interesses econômicos apontados no alinhamento dos deputados com a indústria armamentista, é possível dizer inicialmente, que para além disso existe uma contradição nas defesas da bancada da bala, uma vez que, ao mesmo tempo em que declaram irrestrita confiança nas ações policiais, autoritárias e repressivas para o controle da violência, também defendem a necessidade de armar a população para que cada um se defenda como

³⁴ PL n° 3722/2012, de autoria do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=541857>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

³⁵ No Brasil, a indústria armamentista é representada pela Forjas Taurus e a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC).

pode, atestando indiretamente a falência do Estado como instituição de defesa dos cidadãos. Contudo, se levarmos em conta que a defesa do armamento é a defesa de uma ideologia punitiva e autoritária, é possível compreender que existe um efeito de personalismo na figura policial, não como um representante do Estado na defesa de toda a população, mas como uma figura individual responsável em acabar com a criminalidade de forma heroica. Dessa forma, quando aparecem os “paladinos de causas ultraconservadoras” (BERLATTO; CODATO; BOLOGNESI, 2016, p. 89), com apelo social e com o discurso de lutar contra todos os problemas que preocupam a sociedade, como falta de segurança e corrupção, as pessoas tendem a acreditar nesta figura que pode vir a resolver as questões de violência e impunidade presentes em seus cotidianos. Segundo Berlatto *et all* (2016),

Os campeões de voto das polícias são, assim, o efeito do individualismo ou do personalismo que tende a animar todo esse sistema. Este personalismo, que produz a figura do “xerife” da segurança pública, aquele indivíduo que se incumbe ou que é incumbido de resolver autoritariamente a insegurança pública, casa-se com a predisposição dos eleitores em identificar as causas da criminalidade ora na maldade das pessoas, ora no pouco policiamento das cidades (BERLATTO; CODATO; BOLOGNESI, 2016, p. 89-90).

Esse discurso de polícia heroica e apta para resolver os anseios da sociedade levou vários candidatos policiais e militares se elegerem deputados federais e estaduais, aumentando este índice a cada eleição. Em 2014, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 55 cadeiras nas assembleias estaduais e na Câmara Federal foram ocupadas por policiais militares, civis e federais, sendo 15 deputados federais e 40 deputados estaduais, ou seja, 11 cadeiras a mais que na eleição anterior³⁶. Os parlamentares que usaram o discurso de policial heroico e os temas de ordem e segurança pública foram os que mais obtiveram votos (COSTA, 2014), além de que a maioria desses deputados se elegeu por siglas pequenas, isto é, partidos considerados da nova direita³⁷. Ao analisar a obra de Pierucci³⁸ e Faganello³⁹, Miranda (2019) descreveu a base do discurso da nova direita como um “discurso punitivo e em defesa da garantia da lei e da ordem” em consequência do sentimento de insegurança e

³⁶ Este número pode ser maior ou menor em diferentes veículos de comunicação, pois, a metodologia usada para identificar policiais e militares eleitos para Deputados federais e estaduais podem ter sido diferentes. Alguns veículos contabilizaram apenas os candidatos que identificaram suas profissões como “policial” ou “militar” ou outra profissão ligada à segurança pública no cadastro do Tribunal Superior Eleitoral, o que pode ter dificultado a contagem por conta dos candidatos que foram policiais, mas não colocam esta informação no (TSE): colocam que são políticos ou funcionários públicos. Já outros veículos de comunicação incluíram na pesquisa os parlamentares que não se identificaram como policiais ou militares, mas que possuem essa profissão, aumentando então o número de parlamentares ligados à segurança pública. Esta divergência, no entanto, não altera a análise, uma vez que a margem de erro é pequena devido dificuldades metodológicas e logísticas na identificação de tais candidatos.

³⁷ CODATO; BOLOGNESI; ROEDER (2015).

³⁸ PIERUCCI, A. F. As Bases da Nova Direita. Novos Estudos, CEBRAP, Nº 19, dezembro 1987, pp. 26-45.

³⁹ FAGANELLO, M. A. O voto na bancada da bala: estudo de geografia eleitoral na cidade de São Paulo (2012/2016). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2017.

impunidade e da indignação das pessoas com a violência e a “decadência de costumes”, isto é, o discurso como estratégia de ampliar apoios políticos e a ampliação de sua base eleitoral fundamentado na ideia de que o contexto social está indiscutivelmente caótico e inseguro por conta da desordem pública e do excesso de liberdade decorrente da falta de autoridade e ineficiência das instituições do Estado, levando a entender que para haver a restauração da ordem é necessário a eleição de representantes conservadores, engajados nos temas de segurança pública ou membros de instituições do aparato repressivo do Estado (MIRANDA, 2019).

Esse movimento ganhou força ao disputar um espaço político que já estava desestabilizado. A mobilização dos setores conservadores nos protestos de rua e virtuais e a ampla divulgação de notícias e postagens da insatisfação dos “cidadãos de bem” pela mídia e pelas redes sociais, tornaram a polarização das eleições de 2014 um grande evento antipetista e antiesquerda como uma pauta permanente para a direita. Não foi somente a Câmara de Deputados que se tornou expressivamente mais conservadora, mas, boa parte da sociedade, representada por este movimento conservador, se mostrou explicitamente contra o governo petista e tudo que ele representava em questões de avanços sociais: programas sociais, políticas públicas direcionadas às minorias, programas de distribuição de renda, programas de cotas nas universidades e outras medidas consideradas uma ameaça a ideologia meritocrática defendida pela direita. No entanto, não foram somente os grupos de direita que protestaram contra o governo, houve mobilizações de ambos os lados do espectro político: tanto a direita quanto a esquerda tinham pautas de negociação com o governo, de um lado pressionando as mudanças e a implementação dos programas sociais e de outro pressionando para que os projetos de diminuição da desigualdade fossem cancelados. Segundo Tatagiba e Galvão (2019),

De um lado, as políticas públicas implementadas pelos governos Lula e Rousseff promoveram melhorias no mercado de trabalho e na distribuição de renda, possibilitando a redução do desemprego, das desigualdades e das hierarquias sociais. Esses resultados repercutiram no processo político e nas formas de ação coletiva, provocando reorientações significativas entre os subalternos: novos grupos foram reconhecidos como atores políticos e integrados à arena política. Destacam-se, nesse sentido, as políticas de combate à violência contra a mulher, de reconhecimento da comunidade LGBT, de inserção produtiva de mulheres agricultoras, dentre outras. Para usar os termos de Dagnino, seria possível afirmar que as políticas sociais e de reconhecimento de minorias afetaram os alicerces do “autoritarismo social” no Brasil. De outro lado, os limites de um governo de conciliação de classes geraram insatisfação por parte de movimentos sociais tradicionalmente próximos ao PT, que passaram a denunciar a insuficiência das políticas sociais e seus efeitos perversos. Essas críticas provocaram rupturas organizacionais (a exemplo daquelas verificadas nos movimentos sindical, dos sem-teto e dos sem-terra), e disputas crescentes na esquerda (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p. 72-73).

Esta diversidade de pautas, de movimentos sociais e de mobilizações revela as contradições do modo de produção capitalista, uma vez que, as reivindicações são diversas, pois, são resultados das necessidades reais de uma sociedade que sofre múltiplas opressões e violações de direitos em país de desigualdade evidente. No entanto, a divisão dos grupos sociais neste período se baseou em dois lados antagônicos: um grupo que manifestou descontentamento por conta das conciliações de classe do governo e a ineficiência ou insuficiência das ações em prol da redução das desigualdades, e outro grupo que, mesmo beneficiado pelas reformas desenvolvidas pelos governos petistas, se aliaram a classe dominante em defesa da ideologia meritocrática, com críticas aos programas que fizeram as pessoas conquistarem maior dignidade, mais direitos, maiores acessos à saúde, estudos, moradia e etc. Mesmo que essas conquistas foram limitadas e incapazes de acabar com o privilégio da classe dominante, foram motivos de descontentamento nas classes que se beneficiam com a desigualdade e a exploração da classe mais pobre, levando a disputa de poder em ódio ao Partido dos Trabalhadores (PT) e uma forte mobilização pelo *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff logo no ano posterior à eleição (TATAGIBA; GALVÃO, 2019).

1.2.1 Golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016

Desde o início da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, foram implementadas inúmeras políticas sociais de redução da pobreza no Brasil, como os programas de distribuição de renda, de moradia e elevação do valor do salário mínimo entre 2003 e 2014. Além de outras políticas de acesso ao ensino superior pela classe mais baixa e diversas ações na elevação de direitos de determinadas classes de trabalhadores e minorias. Porém, mesmo com diversas ações voltadas para uma política mais progressista, o PT não rompeu com as políticas neoliberais dos governos anteriores, outrossim, juntamente com as políticas sociais de redução da pobreza, deu continuidade à essas políticas liberais, principalmente, medidas relacionadas a inclusão da economia brasileira na economia mundial e abertura financeira. Essa conciliação, de políticas liberais e políticas públicas, aconteceu durante vários anos, pois, embora as políticas sociais fortalecessem os direitos sociais e ampliassem a participação do Estado na economia, havia crescimento econômico por conta da exportação e dos resultados advindos da distribuição de renda, satisfazendo a classe dominante que se beneficiava economicamente.

No entanto, a crise internacional de 2008 se agravou no início da primeira gestão do governo de Dilma Rousseff e trouxe alterações ao cenário político. De acordo com Leda Maria Paulani, esse agravamento da crise econômica, produziu uma taxa de crescimento muito pequena no último ano da primeira gestão de Dilma Rousseff, o que culminou na difusão do que a autora chama de terrorismo econômico, que é o terror disseminado pelo mercado, com a ajuda da mídia impressa e televisiva, por meio da criação de análises e avaliações indicando um possível colapso econômico se a presidenta continuasse no poder (PAULANI, 2016). De acordo com Paulani, as acusações de que a economia estava fora de controle se deu por conta de que,

a presidenta Dilma não conta com o apreço dos mercados financeiros. Ao longo de sua trajetória na cadeira de presidente, ela foi se afastando da cartilha ortodoxa que detinha ainda grande peso no governo [...] e tomando decisões pouco palatáveis para os interesses representados por esses mercados. A começar pela troca de comando do Banco Central, a presidenta teve a coragem de enfrentar o *lobby* bancário-financeiro, não só reduzindo a Selic, como utilizando os bancos públicos para forçar a queda dos vergonhosos *spreads* bancários, que ainda assim continuam muito altos. A heterodoxia econômica, que havia ficado completamente escanteada no início do período de 12 anos de gestão do governo federal sob o comando do PT, foi ganhando espaço no governo da presidenta, para horror dos mercados financeiros, que agora escutam estarecidos pela voz do atual ministro chefe da Casa Civil, Aloísio Mercadante, que não será dada nenhuma guinada ortodoxa no segundo mandato da presidenta. (PAULANI, 2014, s.p.).

A mídia foi uma grande aliada na propagação da economia desastrosa, criada pela oposição ao PT, visando a vitória do candidato à presidência a serviço da agenda neoliberal. Esse terrorismo foi tão efetivo que, logo após a presidenta Dilma Rousseff vencer as eleições, por uma pequena margem de diferença, a oposição já começou a se organizar para tirá-la do cargo.

O segundo mandato de Dilma iniciou com queda do PIB e aumento do desemprego, o que deu abertura para a oposição contestar seu mandato. Desde outubro de 2015 o programa, que seria implementado caso a presidenta fosse impedida, já estava pronto e era o ponto decisivo para os grandes empresários subsidiarem a destituição de Dilma Rousseff. O documento de nome “Uma ponte para o futuro”, foi produzido pelo PMDB, partido do vice-presidente Michel Temer. Segundo Paulani, a “essência do documento é o resgate pleno da agenda neoliberal (o modelo perdedor nas eleições de 2014), purificando-a dos arroubos sociais do governo do PT e retomando o processo de privatização, relativamente brechado nas gestões de Lula e Dilma” (PAULANI, 2016, p.74). O documento anuncia claramente seu intuito liberal quando cita a necessidade do fim da obrigatoriedade do Estado com gastos em educação e saúde, por conta da inevitabilidade do reajuste do regime fiscal, isto é, o anúncio formal de menos escolas, creches e universidades e menos investimentos no Sistema Único de

Saúde (SUS). Além de um projeto de eliminação das políticas de garantia de direitos sociais, o documento Uma ponte para o futuro, destaca as ações de abertura comercial “com ou sem a companhia do Mercosul”, retomada do processo de privatização do patrimônio, redução da interferência do Banco Central sobre o câmbio e reforma da previdência, ou seja, um projeto neoliberal de crescimento econômico totalmente contrário a política de conciliação que dos governos anteriores, mesmo que isso significasse o aumento da pobreza e da desigualdade para a maioria dos brasileiros (PAULANI, 2016).

A política desenvolvida pelo PT não foi contestada pela burguesia pelo que concederam aos setores populares, mas por aquilo que não concedeu aos empresários: reforma trabalhista e previdenciária, e a restauração da hegemonia do neoliberalismo após o declínio do crescimento econômico decorrente da crise do capitalismo. A partir disso, partidos da oposição juntamente com empresários e grupos interessados na retomada do poder pela direita se organizaram, na tentativa de impedir o mandato da presidenta eleita, por meio das mídias e redes sociais, arrastando milhares de pessoas às ruas. Os protestos de 2015 contra Dilma e contra o PT aconteceram em várias cidades do país, sendo São Paulo o local de maior concentração. A primeira, realizada em 15 de março de 2015, foi a maior manifestação desde o movimento pelas Diretas Já, em 1984, com mais de um milhão e 300 mil pessoas. Outras manifestações aconteceram durante o ano de 2015, nos dias 07 e 15 de abril, 20 de agosto, 26 de setembro, 03 de outubro, 08 e 16 de dezembro. A organização e a mobilização dos protestos foram feitas pelos movimentos: Revoltados on-line (ROL), Movimento Brasil Livre (MBL)⁴⁰ e Vem Pra Rua, que contaram com o apoio financeiro de organizações como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)⁴¹, mídias televisivas como a Globo, redes de televisão evangélicas e algumas centrais sindicais como a Força Sindical. As principais palavras de ordem das manifestações, além dos painéis, foram: “Fora PT”, “Fora Dilma”, “Fora Corruptos”, “Impeachment”, “Vai para Cuba”, “Minha bandeira nunca será vermelha”, “O Brasil não será uma outra Venezuela” e muitas outras palavras e xingamentos

⁴⁰ Uma reportagem do endereço eletrônico UOL mostrou que em maio de 2016 o MBL, movimento que se dizia apartidário criado em 2013 para lutar pelo Impeachment de Dilma Rousseff, foi financiado por partidos opositores ao PT como DEM, PSDB, SD e PMDB. O apoio dos partidos foi desde o pagamento de lanches para as caravanas até o custeio de panfletagem e divulgação das manifestações a favor do Impeachment. Além de obter apoio financeiro dos partidos, o MBL lançou candidatos em diversas cidades nas eleições municipais de 2016, sendo 45 candidatos, um a prefeito e 44 a vereador. Os partidos com mais filiados do MBL eram o PSDB e o DEM, com dez cada um. Havia ainda candidatos por PP, PSC, Novo, PEN, PHS, PMDB, PPS, PRB, Pros, PSB, PTB, PTN, PV e SD. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>. Acesso em: 22 de outubro de 2020.

⁴¹ Durante a campanha *pró-impeachment* em 2015, a FIESP levou para a frente de sua sede na Avenida Paulista um pato amarelo de 12 metros com a campanha “Eu não vou pagar o pato” em referência ao aumento da carga tributária e em favor do *impeachment*. Vários setores empresariais articulados com a FIESP participaram da campanha.

de conteúdos misóginos e sexistas direcionadas à presidenta Dilma (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 199; TATAGIBA, 2018, p. 115). A divulgação dos protestos pela rede aberta de televisão foi imprescindível para que as pessoas formassem suas opiniões, pois, após as manifestações e a grande divulgação dos movimentos na mídia e nas redes sociais, a aprovação de Dilma, que era de 65% no início de 2013, foi caindo até chegar em 13%⁴² e posteriormente para 8%⁴³ após os protestos pelo *Impeachment*: a menor aprovação desde que assumiu a presidência. As manifestações eram compostas, maiormente, pela classe média que, usando a bandeira do Brasil, vestidos de verde e amarelo e encorajados pelo fenômeno do antipetismo diziam ativamente serem patriotas e alegavam estar defendendo o país da esquerda e dos comunistas⁴⁴. Obviamente que não foram somente os protestos que degradaram as condições políticas, mas, também as condições econômicas, isto é, o aprofundamento da crise, que por sua vez aumentou o descontentamento com o governo. De acordo com Tatagiba e Galvão (2019), as mobilizações no Brasil foram marcadas pelas pautas relacionadas ao antipetismo, condições de trabalho e demandas da vida cotidiana da classe trabalhadora como moradia e transporte público. Após o levantamento de dados sobre a opinião pública acerca dos problemas reais dos brasileiros, os mesmos autores apontam que,

é importante considerar que o descrédito na política e nos políticos é maior do que o antipetismo e anterior a 2013, mas foram os grupos oposicionistas à direita que conseguiram traduzir esse sentimento, associando-o à corrupção dos governos petistas. O êxito dos oposicionistas em reconstruírem o terreno simbólico do confronto fica evidente na mudança da opinião pública: pesquisa divulgada pelo Datafolha em novembro de 2015 aponta que, pela primeira vez, a corrupção foi eleita como principal problema pelos brasileiros (para 34% dos entrevistados), deixando para trás temas tradicionais, como saúde (16% das menções espontâneas), desemprego (8%) e educação (8%) (Datafolha, 2015 *apud* TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p. 87).

Durante o ano de 2015 e 2016, a pauta principal dos protestos *pró-impeachment* era sobre a corrupção ser o maior problema para os brasileiros. A associação do PT à corrupção, pela direita brasileira, tornou a saída do PT do governo o foco principal dos protestos, como se essa fosse a solução para a corrupção acabar. Esse discurso foi aumentando à medida em que iam evoluindo as fases da Operação Lava Jato criada em 2014, destinada a investigar

⁴² Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/dilma-rousseff-tem-a-maior-reprovacao-desde-collor-3614/>. Acesso em 21 de outubro de 2020.

⁴³ Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/08/1665278-recorde-reprovacao-a-dilma-supera-pior-momento-de-collor.shtml>. Acesso em: 21 de outubro de 2020.

⁴⁴ No que se refere ao perfil dos manifestantes, pesquisa realizada na grande manifestação de 15 de março de 2015 (Datafolha 2015a) na cidade de São Paulo, informa que 63% dos participantes eram do sexo masculino, com idade média de 40 anos, 76% com ensino superior (a média da cidade de São Paulo é 28%), 69% se declararam brancos, e 41% possuem renda familiar acima de 10 salários mínimos (percentual na cidade de São Paulo é de 9%). Destaque para a presença de empresários, 14% (contra 2% na cidade de São Paulo) (TATAGIBA, 2018, p. 120).

desvios da petroleira Petrobras. A operação, que criminalizou toda a ação do governo federal por meio da excepcionalidade de procedimentos, teve um papel importante na legitimação dos protestos antipetistas, uma vez que, a partir desse momento os manifestantes *pró-impeachment* tinham o judiciário como aliados contra o PT e a imprensa como disseminadora das investigações que miravam Dilma Rousseff, isto é, não foi somente a crise econômica que gerou reprovação do governo petista, mas sobretudo, a crise política que gerou uma rígida oposição. Nos protestos que se seguiam, as palavras de ordem eram, além de pedidos de *impeachment*, discursos “em defesa da Polícia Federal, Ministério Público e do Juiz Sergio Moro, responsável pelas investigações”.

Após toda a mobilização e manifestações em favor da saída de Dilma da presidência e com o avanço das fases da Operação Lava Jato acusando-a de ter cometido crime de responsabilidade fiscal, o processo de impedimento de sua candidatura se tornou real. No dia 6 de novembro o Tribunal Superior Eleitoral (STE) reabriu ação para impugnar a chapa Dilma/Temer e duas semanas depois os juristas entregaram pedido de *impeachment* ao presidente da Câmara de Deputados. Em 17 de abril de 2016,

a Câmara de Deputados aprovou o impeachment por 367 votos favoráveis, 137 contrários, 7 abstenções e duas ausências. O processo seguiu então para o Senado, que acolheu o pedido aprovando o afastamento temporário de Rousseff por 180 dias, com 55 votos a favor e 22 contra. Em 31 de agosto de 2016, o Plenário do Senado votou o tema e aprovou o impedimento por 61 votos favoráveis e 20 contrários. Dilma Rousseff perdeu o seu mandato sob a acusação de haver cometido crime de responsabilidade fiscal, as “pedaladas”, afastando-se definitivamente da Presidência (TATAGIBA, 2018, p. 131).

O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff foi resultado da atuação de vários segmentos, não só da sociedade, mas também das instituições. Foi resultado do aumento da atuação da nova direita nas manifestações e nas redes sociais promovendo um discurso conservador e contra todas as conquistas sociais adquiridas pela classe trabalhadora que causou o movimento antipetista. Mas também foi resultado da ação burocrática parcial das instituições do Estado: foi um golpe de Estado em que os poderes Legislativo e Judiciário usaram meios excepcionais, ou seja, que “não são característicos do funcionamento regular das instituições públicas” ou “não fazem parte das regras usuais do jogo político” (BIANCHI, 2019, p.46) para destituir a presidenta eleita democraticamente. Mesmo que o *impeachment* seja previsto constitucionalmente, de acordo com Bianchi (2019), quando uma parte do aparelho de Estado utiliza recursos que excedem a legalidade, objetivando a redistribuição do poder político, caracteriza-se golpe de Estado.

Diferentemente do golpe militar de 1964, em 2016 o golpe foi jurídico-parlamentar, não houve mudança de regime político e nem um golpe feito por militares, ou seja, as instituições políticas não mudaram e nem deixaram de funcionar. No entanto, é possível perceber, por meio das mudanças nas instituições e na implementação de políticas feitas pelo novo governo, que as instituições do Estado estão cada vez mais esvaziadas do sentido de democracia e com forte atuação de grupos conservadores.

Dilma Rousseff foi afastada do cargo e seu vice Michel Temer assumiu a presidência, interrompendo o caminho que o PT trilhou de 2003 a 2016 para instituir uma nova forma de fazer política que já vinha se anunciando nos últimos acontecimentos: uma política de excepcionalidade, de redução de direitos, impopular e antidemocrática. A redução de direitos sociais, o aumento da pobreza e da fome, o aumento da violência pelos aparatos repressivos do Estado e a parcialidade da justiça brasileira tornou-se a realidade do país em menos de dois anos explicitando a destruição do Estado Democrático de Direito pela união do conservadorismo com o projeto neoliberal do governo golpista: isto é, a imposição de um novo poder por meio da violência sistêmica sustentada na lógica do capital que privilegia banqueiros, empresários e ruralistas e explora cada vez mais o trabalhador. Segundo Eduardo Fagnani,

o golpe contra a democracia pavimentou o caminho para que os detentores da riqueza aprofundem radicalmente a agenda liberal-conservadora, rejeitada pelo voto popular nas últimas quatro eleições. O golpe contra a democracia vem acompanhado pelo impeachment do processo civilizatório. Todas as pontes para o desenvolvimento econômico e social estão sendo destruídas em benefício exclusivo do poder das finanças. Foi inventada no Brasil uma oportunidade supostamente histórica, para que os detentores da riqueza concluam em prazo curtíssimo a estratégia que perseguiram sem sucesso nas últimas quatro décadas (FAGNANI, 2016, p. 86).

Se analisarmos o cenário pós-golpe e todas as medidas neoliberais do governo Temer é possível compreender a ação e a participação de todos os aliados na construção do sentimento de antipetismo até 2016. Os privilégios à bancada da bala, do boi e da bíblia, a participação da FIESP nas reformas comerciais que foram prejudiciais aos direitos sociais, projeto de destruição da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) por meio da reforma da Previdência e reforma Trabalhista, aumento do desemprego, criminalização dos movimentos sociais e sindicais, e medidas autoritárias por meio da utilização das Forças Armadas em operações de segurança pública, como a intervenção do Exército Brasileiro no Estado do Rio de Janeiro no início de 2018. Diante disso, é evidente que o governo não estava mais em defesa do interesse da população, mas sim do interesse econômico das classes dominantes (SILVA; DICKMANN; BERNARTT, 2017).

O discurso de que é necessário fazer uma reforma no Estado não abrange medidas como taxação de grandes fortunas ou combate à sonegação, por exemplo. Mas, afirma ser necessário a efetivação de políticas econômicas de austeridade que suprime direitos trabalhistas e sociais com o intuito de corte de gastos. O mais necessário, segundo este governo, é a reforma da previdência, alegando uma inviabilidade financeira que não existe, a fim de justificar esse retrocesso, que é o desmoronamento de uma importante conquista de proteção social para toda a população. Este governo também demonstrou seu projeto neoliberal e de redução de direitos na educação, uma vez que, ao implementar a Emenda 95⁴⁵ (PEC 241/2016, quando em tramitação na Câmara dos Deputados e PEC 55/2016, no Senado Federal), que limita despesas com saúde e educação por 20 anos, deixou claro que seu interesse não era a qualidade da educação e a valorização dos profissionais docentes, mas o sucateamento e o desmonte da educação pública, gratuita e universal. Além da redução de investimentos e congelamento de verbas, as ações do governo Temer foram, essencialmente, excludentes e têm a finalidade de esvaziar a escola de consciência crítica e minar a autonomia dos docentes e discentes. Um exemplo disso é a Reforma do Ensino Médio⁴⁶ sancionada por Temer em fevereiro de 2017 que aproxima o aluno do mercado de trabalho e o afasta de conhecimentos básicos indispensáveis à formação humana mediante a flexibilização de um currículo mínimo pautado em habilidades e competências⁴⁷. Além das mudanças na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que excluiu questões relacionadas a promoção dos Direitos Humanos como as questões de gênero e diversidade sexual e priorizou os interesses do mercado que trata a educação como mercadoria, pautados na meritocracia e na padronização do ensino e das avaliações externas (OLIVEIRA, 2018).

Todas essas afrontas aos direitos dos trabalhadores e às conquistas sociais alcançadas nos últimos governos, contribuíram para enfraquecer ainda mais os sentidos de democracia que ainda restavam no Brasil. O enfraquecimento das instituições democráticas do Estado com políticas neoliberais alinhadas aos interesses da classe dominante, que pertencia ou tinha alianças com as bancadas conservadoras da Câmara de Deputados, somadas ao aumento do

⁴⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

⁴⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 27 de outubro de 2020.

⁴⁷ Em resposta às medidas que prejudicam a comunidade escolar, os estudantes de todo o país se mobilizaram contra a Reforma do Ensino Médio e a PEC 241 ocupando as escolas corajosamente em forma de protesto. As ocupações estudantis nomeadas de “Primavera Secundarista” foi a forma dos estudantes se manifestarem contra a precarização e sucateamento promovidos pelas medidas do governo federal e governos estaduais resistindo bravamente contra a violência policial e movimentos que queriam desestabilizar as ocupações, como o MBL e o “desocupas”. Mais de mil escolas, além de várias universidades, foram ocupadas em diversos estados através de articulação com grêmios e movimentos estudantis organizando-se por meio das redes sociais, por meio de assembleias, reuniões e aulas comunitárias.

conservadorismo nos diversos setores da sociedade, ajudaram a abrir caminhos para figuras intolerantes, autoritárias, preconceituosas e que exaltam a violência, disputarem espaços políticos e ganharem reconhecimento e apoio daqueles que se sentiram legitimados por um discurso odioso (DEL RIO; RODRIGUES; MONTEIRO; LEITE, 2018). Além de que, Michel Temer conseguiu manter o apoio dos militares fazendo diversas concessões a eles, como a aprovação do aumento salarial e a exclusão dos militares da reforma da previdência, trazendo a ala militar como aliada, não somente para seu governo, mas com apoio efetivo aos próximos governantes que continuassem o projeto de austeridade econômica e proximidade dos militares iniciado por Temer (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019).

1.3 Contexto político atual (2018-2021)

A eleição de 2018, pós golpe da presidenta Dilma Rousseff e pós governo de Michel Temer, evidenciou o resultado de todo o processo que antecedeu a disputa eleitoral: um país com características autoritárias e conservadoras cada vez mais evidente. A começar pelos inúmeros candidatos militares e defesas de campanhas voltada para questões de segurança pública e militarização, além dos candidatos com discurso em defesa de um Estado de exceção, exaltadores de símbolos e personagens ditatoriais, incluindo o candidato a presidência da república Jair Bolsonaro.

Jair Bolsonaro, de extrema direita, pertencente à bancada da bala e deputado federal por 28 anos, disputou a vaga com os demais candidatos a presidente da república, munido de discurso esvaziado de propostas, mas abundante em declarações racistas, machistas, homofóbicas, classistas, xenofóbicos e violentas, com posicionamentos públicos em redes sociais que mostravam explicitamente seus ideais antidemocráticos. No entanto, mesmo com a defesa de um projeto de governo totalmente excludente e autoritário, ganhou inúmeros apoiadores que, encorajados pelo seu discurso, reduziram o processo eleitoral a violência, arrogância e notícias falsas⁴⁸ disseminadas pelas redes sociais (DEL RIO; RODRIGUES; MONTEIRO; LEITE, 2018).

Nas questões econômicas, Bolsonaro primou pelo perfil neoliberal anunciando Paulo Guedes como seu aliado na implementação de reformas ultraliberais no Brasil, unindo autoritarismo e livre mercado, como no Chile de Pinochet, onde Paulo Guedes contribuiu para a aniquilação de inúmeros direitos sociais, trazendo consequências até os dias atuais. Essa

⁴⁸ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/19/fake-news-pro-bolsonaro-whatsapp-eleicoes-robos-disparo-em-massa.htm>. Acesso em: 27 de outubro de 2020.

parceria parece ser a reincidência da doutrina de choque⁴⁹ instaurada nos países da América Latina nas décadas de 60-70, onde presidentes autoritários cumpriram a agenda ultraliberal imperialista por meio de repressão e retirada de direitos.

O discurso conservador, liberal e voltado para as questões de segurança pública fez Bolsonaro ser o candidato escolhido pelos conservadores, pelas lideranças neopentecostais, pelos evangélicos midiáticos e principalmente pela ala militar, aumentando ainda mais sua aprovação com os grupos sociais que confiam nos militares como os representantes da moral e dos bons costumes, que acreditam que o país deve ser governado por um presidente que preza pela disciplina e ordem e que seja “braço forte, mão amiga⁵⁰”. Mesmo com a mobilização de mulheres em todo o país com o expressivo movimento #EleNão⁵¹ e toda as mobilizações de conscientização do campo progressista nas redes sociais, Jair Bolsonaro (PSL) ganhou as eleições vencendo o candidato Fernando Haddad (PT) no 2º turno, confirmando o retorno da extrema direita à política brasileira e do protagonismo dos militares nas instituições (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019).

1.3.1 Mandato de Jair Bolsonaro e militares no poder

Desde o início do mandato da atual gestão federal, que começou em janeiro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro, como já vinha anunciando, tem feito uma gestão voltada para o setor militar, beneficiando-os financeiramente, colocando os militares em cargos civis dos três poderes e na direção de instituições públicas. No entanto, este estreitamento com a polícia e as

⁴⁹ En su libro *La Doctrina del Shock. El Auge del Capitalismo del Desastre*, la periodista canadiense Naomi Klein postula que estas “traumáticas” experiencias, así como también otras durante los últimos 30 años, han sido aprovechadas para instaurar lo que ha denominado como el “capitalismo del desastre”, una doctrina formada bajo los presupuestos políticos, económicos y sociales desarrollados por el padre de la Escuela de Chicago, Milton Friedman, y cuyo principal objetivo es dismantelar los restos del Estado de Bienestar y promover a nivel global el modelo de desarrollo neoliberal. [...] La implementación de este modelo debe su éxito a una estrategia política denominada como “la doctrina del shock”, la cual orienta los procesos de reconstrucción implementados como respuesta tanto a los efectos de intervenciones militares como a desastres naturales de distinto tipo, abriendo “apetitosas oportunidades de negocio” a los agentes, defensores y promotores del “capitalismo del desastre” (LANGE, 2010, p. 225-226)

⁵⁰ Tradicional *slogan* do Exército Brasileiro.

⁵¹ Há menos de um mês para o primeiro turno das eleições presidenciais, internautas indignadas com a possibilidade do candidato do PSL ocupar o cargo mais importante do país, lançaram a campanha #EleNão. O movimento cresceu nas redes sociais e tomou as ruas com protestos em mais de 100 cidades brasileiras e no exterior [...] Enquanto Jair Bolsonaro defende a família, os valores morais, o militarismo e agride verbalmente às minorias; o #EleNão enfatiza discurso da diversidade e a defesa da democracia. Para elas o candidato representa o retrocesso, a ditadura e a inflexibilidade. O #EleNão e os fãs de Bolsonaro atuaram de forma bastante reativa um ao outro. Ataques de *bots* e *fake news* foram estratégias utilizadas pela oposição. Já o movimento de mulheres buscou atacar a persona midiática, apontá-lo como preconceituoso, machista e antidemocrático. Apesar de não conseguir barrar a eleição do militar da reserva, o movimento #EleNão constituiu um momento histórico em que as mulheres se juntam numa multidão heterogênea de indignadas. A multidão de brasileiras toma a liderança e a atenção do espaço público num frenesi de emoções, que influenciou o agendamento da discussão política e a ocupação urbana por meio de inúmeros protestos (MOREIRA; ALVES, 2019, p. 1-5).

Forças Armadas acontece desde muito antes de sua campanha ou mandato presidencial, pois, antes de ingressar na política ele fazia parte das Forças Armadas como oficial do Exército e, mesmo após sua saída da vida militar, tem defendido esse segmento desde o início de sua vida parlamentar até os dias de hoje.

Bolsonaro se formou na Academia Militar das Agulhas Negras em 1977 e serviu nos grupos de artilharia de campanha e paraquedismo do Exército Brasileiro entrando para a reserva em 1989, quando foi eleito vereador da cidade do Rio de Janeiro. Dois anos depois foi eleito deputado federal, onde permaneceu até 2018. Durante seus mandatos na câmara de deputados, que duraram continuamente 27 anos, manteve um discurso de defensor e apoiador da ala militar, uma vez que muitas de suas manifestações eram alinhadas aos interesses militares como aumento de remuneração e investimento nas Forças Armadas. Neste período, dos 172 projetos de lei que apresentou como parlamentar, 53 projetos eram sobre interesses dos militares, como aumento de salário, pensões e benefícios; e 44 projetos eram na área de segurança pública, como mudanças no cumprimento de penas, criação de penitenciárias e permissão do porte de armas para diversos setores. Contudo, dos 172 projetos de lei apresentados por Bolsonaro na câmara, somente 2 foram aprovados: uma proposta sobre isenção de imposto sobre produto industrializado e outro sobre autorização do uso de fosfoetanolamina sintética, ou seja, nenhum na sua área de defesa (BRASIL, 2020c).

Apesar de ter ficado um longo período como deputado federal, sua popularidade não aconteceu por conta de sua atuação na câmara ou feitos enquanto parlamentar, mas por conta de seus pronunciamentos de saudosismo e apreço pela Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e homenagens à militares torturadores do mesmo período⁵². Seu discurso em defesa das Forças Armadas no poder se baseia na falsa alegação de que os militares mantêm a ordem e reprimem possíveis ameaças à segurança pública ocasionada pelos comunistas. Um exemplo claro disso foi um discurso na câmara de deputados, proferido por ele em 2013, onde alegou que o golpe militar foi uma resposta à ameaça comunista no Brasil e que “sem Fidel Castro financiando a luta armada no nosso país, teríamos acabado no máximo com Costa e Silva o período militar, graças aos militares nós hoje gozamos de democracia” (CONGRESSOEMFOCO, 2019). Contudo, é necessário reafirmar que a verdadeira história é

⁵² Em um vídeo publicado em suas redes sociais no dia 31 de março de 2016, Bolsonaro disse: “31 de março de 1964, devemos sim, comemorar esta data. Afinal de contas, foi um novo 7 de setembro [...] o Brasil merece os valores dos militares de 1964 a 1985”. Em 8 de julho de 2016, em entrevista à rádio Jovem Pan, Bolsonaro disse que “O erro da ditadura foi torturar e não matar”. Em 8 de novembro de 2016, durante a sessão do Conselho de Ética que votaria sobre sua cassação decorrente ao elogio ao coronel torturador e assassino Brilhante Ustra durante o impeachment de Dilma Rousseff, Bolsonaro disse: “Sou capitão do Exército, conhecia e era amigo do coronel, sou amigo da viúva. (...) o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra recebeu a mais alta comenda do Exército, a Medalha do Pacificador, é um herói brasileiro” (BOLSONARO *apud* ESQUERDADIARIO, 2019).

que a Ditadura Militar, que Bolsonaro tanto aprecia, foi um golpe à democracia e um período execrável de grandes violações de Direitos Humanos, onde o Estado comandado pelos militares e através dos órgãos de repressão, prendeu, torturou e assassinou artistas, professores, jornalistas, estudantes e militantes, isto é, todos que se opusessem ao regime militar. Segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV), foram confirmadas 434 mortes e desaparecimentos de vítimas da ditadura, sendo 191 mortos, 210 desaparecidos e 33 desaparecidos que foram localizados posteriormente, podendo este número ser ainda maior, pois, por falta de documentação produzida pelas Forças Armadas, a comissão teve dificuldade em acessar todos os dados e completar a investigação (BRASIL, 2014). A Comissão Nacional da Verdade também fez esclarecimentos sobre a autoria das violações dos Direitos Humanos na Ditadura Militar e apontou a identificação dos agentes públicos envolvidos tanto na materialização das torturas e assassinatos, quanto os idealizadores e mandantes destas violações, isto é, foi identificado uma cadeia de comando vinculada às Forças Armadas que abrange desde policiais e militares das Forças Armadas até presidentes da República (BRASIL, 2014). Mesmo com a identificação e a responsabilização das Forças Armadas através dos relatórios da CNV pelas violações, os militares nunca reconheceram os crimes da ditadura e sempre tentaram justificar os crimes como se fossem resultado da necessária presença dos militares para a segurança pública, além de exaltarem o golpe militar antidemocrático de 1964 como se fosse uma revolução⁵³.

Bolsonaro tem sido um mensageiro fiel deste ideário, não só quando exalta o golpe de 1964 e agradece aos militares por terem alegadamente salvo o Brasil do comunismo, mas, sobretudo, por difundir a ideia de valores tradicionais e de patriotismo advinda dos militares, alegando que o retorno das Forças Armadas ao poder político é a única maneira de salvar o país da corrupção e da perda dos valores morais. Este discurso ganhou força nos últimos anos

⁵³ Dentre as declarações de apoio ao Regime Militar de Jair Bolsonaro e demais figuras de seu governo, a mais representativa é esta: o governo de Jair Bolsonaro enviou, em 2019, um telegrama à Fabian Salvioli, relator especial da ONU sobre Promoção da Verdade, Justiça, Reparação e Garantias de Não Repetição, em resposta a críticas feitas por Salvioli aos planos do governo de celebração do 31 de março como imorais e inadmissíveis. No telegrama de Bolsonaro continha um texto afirmando que "os anos 1960-70 foram um período de intensa mobilização de organizações terroristas de esquerda no Brasil e em toda a América Latina" e que a derrubada do então presidente João Goulart contou com o apoio da "maioria da população" [...] "Neste contexto, o presidente Bolsonaro está convencido da importância de colocar em perspectiva a data de 31 de março de 1964" [...] "O presidente reafirmou em várias ocasiões que não houve um golpe de Estado, mas um movimento político legítimo que contou com o apoio do Congresso e do Judiciário, bem como a maioria da população. As principais agências de notícias nacionais da época pediram uma intervenção militar para enfrentar a ameaça crescente da agitação comunista no país." [...] Segundo a gestão Bolsonaro, a decisão de instruir as Forças Armadas brasileiras a lembrar a data de 31 de março de 1964 "foi tomada com pleno respeito à lei nacional, incluindo a Constituição Federal". Bolsonaro disse ainda que "atos semelhantes (as comemorações do 31 de março neste ano) foram realizados por unidades militares em anos anteriores, sem qualquer efeito deletério ao corpo político brasileiro" (SENRA, 2019)

e se expandiu com o fenômeno chamado de bolsonarismo, que segundo Adriano de Freixo e Rosana Pinheiro-Machado (2019),

é entendido como um fenômeno político que transcende a própria figura de Jair Bolsonaro, e que se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos “valores tradicionais” e assume uma retórica nacionalista e “patriótica”, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 15).

Este fenômeno se intensificou após a crise de representação política que vem acontecendo nos últimos anos, concomitante com a radicalização da política e com a divulgação da figura do militar incorruptível, conservador e de bons costumes, disposto a governar pelo aumento da segurança pública e pelo fim dos privilégios⁵⁴. Neste movimento, não só houve a personificação da busca de uma nova política na figura de Bolsonaro, um militar reformado com o discurso de combate à violência e à corrupção, mas também houve a ampliação da representação militar no congresso, tornando a legislatura atual a mais conservadora dos últimos tempos. De acordo com o levantamento feito pelo Jornal eletrônico G1, com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2018 houve um aumento de 4 vezes no número de policiais e militares eleitos como deputados ou senadores em relação a 2014. Ou seja, o número de militares eleitos para o legislativo saltou de 18 em 2014 para 73 em 2018, sendo que destes 73 militares, 43 são filiados ao PSL, mesmo partido de Bolsonaro nas eleições. Dos 73 policiais e militares, 14 foram eleitos deputados federais, 56 deputados estaduais/distrital e 3 senadores. O levantamento levou em conta os candidatos que declararam seguir as profissões de bombeiro militar; polícia civil; policial militar; militar reformado e membro das Forças Armadas, podendo o número ser maior por conta dos militares que declararam ter outra ocupação (GELAPE; MORENO; CAESAR, 2018).

Além dos militares na Câmara de Deputados e no Senado, Bolsonaro tem colocado muitos militares no poder em cargos de civis, divididos em ministérios, secretarias, cargos de chefia, assessores e cargos estratégicos ligados ao Palácio do Planalto, tornando seu governo o que mais tem militares das Forças Armadas no poder desde a Ditadura Militar. O levantamento desses dados foi feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em julho de 2020, em uma análise comparativa entre os 3 últimos governos, mostrando que existem

⁵⁴ Em sua proposta de plano de governo para as eleições de 2018 denominada de “O caminho da prosperidade”, Bolsonaro destaca várias medidas a serem tomadas quando eleito, e em várias delas cita questões de segurança pública como a necessidade de investir em forças policiais, aumento de cumprimento de pena e a redução da maioria penal. Se compromete em resgatar o documento “As dez medidas contra a corrupção” proposto pelo Ministério Público Federal. Nas demais áreas, evidencia sua política de privatização, desestabilidade do servidor público e redução de orçamentos para a administração pública, caracterizando essas ações como fim de privilégios (BOLSONARO, 2018).

atualmente 6.157 militares da ativa e reservistas no governo, isto é, um aumento de 3.200 militares desde 2016 e uma diferença de 3.392 militares em relação a 2018. Deste número, considerando somente os militares da ativa das Forças Armadas distribuídos nos três poderes são 2.930 militares, sendo 2.716 nos cargos do executivo, 213 no judiciário e 1 no legislativo. Dos 2.716 militares nos cargos do executivo, 1.540 são do Exército, 676 são da Aeronáutica e 500 são da Marinha. Dos 213 militares nos cargos do judiciário, 125 são do Exército, 81 são da Aeronáutica e 7 são da Marinha e o militar que ocupa o cargo do legislativo é da Marinha (CAVALCANTI; VICTOR, 2020).

O número de militares nos ministérios é bem expressivo, 45% dos ministros da atual gestão são da ala militar, isto é, dos 22 ministros, 10 são das Forças Armadas e Polícia Militar. As pastas estão divididas da seguinte maneira: os ministros do Gabinete de Segurança Institucional, do Ministério da Defesa, do Ministério da Infraestrutura, da Secretaria de Governo, da Controladoria Geral da União, da Casa Civil e do Ministério da Saúde são do Exército; o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações é da Aeronáutica; o ministro de Minas e Energia é da Marinha e o ministro da Secretaria Geral é major da Polícia Militar (CAVALCANTI, 2020), além do presidente⁵⁵ e o vice-presidente⁵⁶ que também são militares da reserva do Exército. De acordo com um levantamento, feito pelo Jornal Zero Hora, que apresenta o número de ministros que assumiram com os presidentes do Brasil de 1964 a 2019, este percentual só se aproxima do número de ministros militares do mandato do presidente Costa e Silva (1967 – 1969) que teve 44% dos seus ministros das Forças Armadas, ou seja, em 1967 de 16 ministros, 7 eram militares (TREZZI, 2018).

A distribuição de cargos dentro do executivo também tem um alto número de militares, pois, só no Ministério da Defesa há 1.242 militares divididos entre Exército, Aeronáutica e Marinha. No Gabinete de Segurança Institucional há 1.142 militares, sendo 904 militares somente do Exército. Além de outras pastas cujos cargos deveriam ser ocupados por técnicos e especialistas da área, como o Ministério da Saúde, mas a maioria de seus cargos de diretoria e coordenação de departamento estão ocupados por militares sem experiência na

⁵⁵ Jair Messias Bolsonaro (1955) é um capitão reformado, político e atual presidente do Brasil. Foi deputado federal por sete mandatos entre 1991 e 2018. Eleger-se à presidência pelo Partido Social Liberal (PSL), ao qual foi filiado até novembro de 2019. Formou-se na Academia Militar das Agulhas Negras em 1977 e serviu nos grupos de artilharia de campanha e paraquedismo do Exército Brasileiro. Bolsonaro ingressou na reserva em 1988, com o posto de capitão. Em março de 2015, deixou de ser militar da reserva e passou a ser capitão reformado do Exército.

⁵⁶ Antônio Hamilton Martins Mourão (1953) é um general da reserva do Exército Brasileiro e o atual vice-presidente do Brasil desde 2019 pelo PRTB. Ingressou no Exército em fevereiro de 1972, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e em 28 de fevereiro de 2018 passou para a reserva remunerada.

área. Desde a entrada do general Eduardo Pazuello⁵⁷, em maio de 2020, como ministro interino da saúde, 25 militares foram indicados aos cargos de comando e assessoramento da pasta, sendo a maioria sem conhecimento técnico da área. Porém, de acordo com uma entrevista do presidente no dia 22 de maio de 2020 à Rádio Jovem Pan⁵⁸, o número de militares nos cargos do executivo pode aumentar, pois, ao falar sobre as contratações dos militares feitas pelo ministro interino da saúde, o presidente alegou que: “Está dando certo, está mudando muita gente lá. ‘Ah, está enchendo de militar’. Vai botar mais militares, sim. Com civis não deu certo. E ponto final.” (BOLSONARO *apud* CAVALCANTI, 2020).

Outra contratação, que contribuiu para o aumento do número de militares no governo, foi o contrato de vagas temporárias no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em que foram contratados 1.969 militares. Inicialmente era para ser contratado 7.000 militares, ou seja, todas as vagas do edital eram para ser preenchidas por reservistas, pois, segundo o presidente Jair Bolsonaro, o motivo do contrato somente de militares da reserva é “porque a legislação garante [...] Militar é fácil. Eu contrato hoje e demito amanhã sem problema nenhum [...] é a facilidade que nós temos nesse tipo de mão de obra” (BOLSONARO *apud* GOMES; MAZUI, 2020). Entretanto, o subprocurador-geral do Ministério Público no TCU, Lucas Furtado, apresentou um pedido ao tribunal para suspender a contratação questionando sua legalidade, pois, os militares da reserva não podem atuar como funcionários públicos aposentados, uma vez que, sua disponibilidade deveria ser somente para necessidades militares. Além do custo para a remuneração desses militares, que seria em média R\$ 15 milhões por mês, e a necessidade de treinamento e formação, pois, eles não têm nenhum tipo de conhecimento ou experiência na área de seguro social.

Após a pressão dos servidores públicos do INSS e dos sindicatos dos trabalhadores do seguro social e previdência social para a contratação dos servidores do INSS aposentados, o governo os incluiu no edital⁵⁹ para suprir as 7.440 vagas temporárias. No entanto, o edital favorece os militares em detrimento dos civis, pois, a regra de pontuação para a idade privilegia aposentados com menos de 60 anos, o que é a realidade somente para militares, além de ferir a isonomia salarial, uma vez que a função a ser exercida será a mesma, porém, com acréscimo na remuneração somente para os militares:

⁵⁷ Eduardo Pazuello (1963) é um general da ativa do Exército Brasileiro e foi ministro interino da saúde de maio de 2020 a março de 2021. Se formou na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1984 como oficial de intendência e já coordenou batalhões no Rio de Janeiro e em Manaus. Embora ministro interino, não tem nenhum tipo de formação na área da saúde, sendo considerado especialista em logística (TREZZI, 2020a). Pazuello foi substituído no Ministério da Saúde pelo médico cardiologista Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes.

⁵⁸ Disponível em: <https://jovempan.com.br/podcasts/programas/os-pingos-nos-is/os-pingos-nos-is-edicao-completa-22-5-2020.html>

⁵⁹ Disponível em: <https://www.inss.gov.br/temporarios/>.

para os aposentados civis há o valor determinado de salário de R\$ 2.100,00, sem nenhum adicional. Já os militares da reserva receberão, além dos R\$ 2.100,00, um adicional de carreira e mais 1/3 que correspondem a férias, impossibilitando que a sociedade brasileira saiba qual será o real valor dos salários dos fardados (ROCHA, 2020).

Dos 6.157 militares no governo contabilizados pelo TCU, 1.969 foram contratados através do processo seletivo do INSS.

O levantamento feito pelo TCU mostrou então que houve um aumento de 108,22% de militares ativos e inativos das Forças Armadas nos cargos civis da administração pública federal em relação a 2016 e aproximadamente 123% em relação a 2018. Contudo, a pesquisa considerou apenas os militares ativos e inativos que recebem remuneração pelos cargos civis, podendo haver um número maior, pois, os que não geram despesas não foram incluídos na relação (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2020, p. 3).

Além dos militares da ativa e da reserva que ocupam cargos na administração pública federal, mais 8.450 militares da reserva estão em cargos nos ministérios, comandos e tribunais militares. Segundo um levantamento feito pelo Jornal Poder 360, estes militares trabalham por meio de Prestação de Tarefa por Tempo Certo (PTTC), ou seja, recebem além da remuneração de inatividade, um bônus de 30% sobre seu salário e seus contratos podem durar até 10 anos. Esta modalidade foi estabelecida para as Forças Armadas em 2017 pela Portaria Normativa nº 002-MD, de 10 de janeiro de 2017 com o objetivo de contratar militares inativos ou reformados para a execução de atividades de natureza militar em órgãos de comando militar ou não militares, com contratos iniciais de 24 meses podendo ser prorrogado até 10 anos, dependendo da tarefa a ser realizada (BRASIL, 2017, p. 8). A prestação de tarefa por tempo certo existia anteriormente a 2017 para os militares do Exército e o número máximo de militares inativos a serem nomeados, de acordo com a portaria nº 169, de 10 de março de 2015, era de 4.000 militares entre oficiais e praças. No entanto, esta portaria foi revogada no primeiro semestre de 2019 pela portaria nº 537, de 23 abril de 2019, em que o comandante do Exército fixou um novo número mínimo de militares a serem nomeados a partir de 2019: 7 mil militares divididos em 4.900 oficiais e 2.100 praças (BRASIL, 2019k). Este novo número mínimo de militares atuando por prestação de tarefa no tempo certo permitiu que o governo contratasse os 8.450 militares da reserva que estão no governo atualmente.

Segundo o levantamento do Jornal Poder 360, destes 8.450, 4.451 são militares do Exército, 3.923 são militares da Aeronáutica e 76 são militares da Marinha. Dos militares do Exército, 4.031 militares estão nos postos de comando, 44 militares estão na Subsecretaria de Escolas cívico-militares e 376 em outros cargos. Dos militares da Aeronáutica, 3.864 militares

estão nos postos de comando, 50 militares estão no Ministério da Defesa, 5 militares estão no Superior Tribunal Militar e 4 militares estão no Comando do Exército. Dos militares da Marinha, 42 militares estão no Ministério da Defesa, 24 militares estão na Escola Superior de Guerra, 9 militares estão no Hospital das Forças Armadas e 1 militar está no Gabinete de Segurança Institucional (CAVALCANTI, 2020a).

Diante dos dados encontrados até momento, entre os 6.157 militares ativos e inativos nos cargos civis da administração pública federal e entre os 8.450 militares da reserva contratados pela prestação de tarefa no tempo certo, temos atualmente 14.607 militares no governo. Contudo, nos levantamentos ainda não aparece os dados de militares das Forças Armadas, contratados pela prestação de tarefa no tempo certo, e dos policiais militares contratados para atuarem nas Escolas Cívico-militares. A previsão mínima inicial para a contratação é de 972 militares, uma vez que, serão instituídas 54 instituições cívico-militares somente em 2020 e o número mínimo de contrato em cada instituição é de 18 militares. Este número provavelmente aumentará, já que até 2023 a previsão é para ter 216 escolas cívico-militares, isto é, um total de 3.888 militares, no mínimo, divididos entre policiais militares e militares das Forças Armadas.

No entanto, estas não foram as únicas ações do atual governo que envolve a ala militar: o governo federal não só colocou militares no poder, como tem tomado medidas para beneficiá-los financeiramente. Em dezembro de 2019 o presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019⁶⁰ que altera diversas leis e revoga anexos de medida provisória que tratam sobre a remuneração dos militares. A lei nº 13.954 altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 que dispõe sobre o Estatuto dos Militares; a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960 que dispõe sobre as pensões militares; a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 que trata da Lei do Serviço Militar; a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa das Forças Armadas; a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, que dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército, e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as polícias militares e os corpos de bombeiros militares estaduais; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001 e da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008 que dispõem sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas.

As alterações na lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que trata do estatuto dos militares, são relacionadas ao sistema de proteção social e ao tempo mínimo de serviço que

⁶⁰ Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.954-de-16-de-dezembro-de-2019-233744070>.

difere em vários aspectos da reforma da previdência civil aprovada no mesmo ano⁶¹. Segundo as novas alterações na previdência dos militares,

Art. 50. São direitos dos militares: [...] I – A. – a proteção social, nos termos do art. 50-A desta Lei; II – o provento calculado com base no soldo integral do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada: a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço (BRASIL, 2019g).

Com essas alterações, o tempo mínimo de serviço militar ativo que era de 30 anos passa a ser de 35 anos, entretanto, não há obrigatoriedade de idade mínima para passar de ativo para inativo como na nova regra para a aposentadoria de civis, que a idade mínima para aposentar é de 60 anos para mulheres e 65 anos para homens. Além de que, essa remuneração que o militar recebe quando fica inativo, não é calculada como nas aposentadorias civis, baseada em uma média salarial de um determinado período ou como na Emenda Constitucional nº 103, que também alterou o sistema de previdência em 2019, que determina que o valor do benefício de aposentadoria a ser recebido só corresponderá a 60% de todos os salários recebidos desde 1994⁶². No caso dos militares, a remunerações de inatividade são mantidas na integralidade e com paridade, ou seja, a remuneração é a mesma que seu último salário na ativa e com reajustes iguais aos dos ativos mesmo estando na reserva, além de vários adicionais incorporados na remuneração. Segundo a lei nº 13.954/2019,

Art. 12. Os proventos na inatividade remunerada são constituídos das seguintes parcelas: I - soldo ou quotas de soldo; II - adicional militar; III - adicional de habilitação; IV - adicional de compensação por disponibilidade militar, observado o disposto no art. 8º desta Lei; V - adicional de tempo de serviço [...]; VI - adicional de compensação orgânica; e VII - adicional de permanência (BRASIL, 2019g).

O soldo⁶³ e todos esses adicionais especificados tiveram reajuste nas alterações feitas na lei nº 13.954 sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro em dezembro de 2019. Alguns reajustes chegam à 73% do soldo, que também foi reajustado, levando a previsão de um gasto de R\$ 4,73 bilhões em 2020 contabilizando todos os reajustes (BRASIL, 2019i). A tabela de soldo que consta nos anexos da lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, também foi

⁶¹ Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição. A emenda aumenta o tempo de mínimo de contribuição e a idade para homens e mulheres se aposentarem, além de elevar as alíquotas de contribuição de acordo com as remunerações.

⁶² De acordo com a Emenda Constitucional nº 103/2019, o valor do benefício de aposentadoria só atingirá 100% da média salarial se o trabalhador contribuir 40 anos, pois, a partir de 15 anos de contribuição a média aritmética é de 60% de todos os salários desde 1994 com acréscimo de 2% a cada ano a mais de contribuição (BRASIL, 2019h).

⁶³ Segundo a medida provisória nº2215-10, soldo é a “parcela básica mensal da remuneração e dos proventos, inerente ao posto ou à graduação do militar, e é irredutível” (BRASIL, 2001), ou seja, é o salário base da categoria.

reajustada pela lei nº 13.954 e é especificada a partir dos postos hierárquicos das Forças Armadas (Tabela 1).

Tabela 1 - TABELA DE SOLDOS

POSTO OU GRADUAÇÃO	SOLDO (R\$)	
	A partir de 1º de janeiro de 2019	A partir de 1º de janeiro de 2020
1. OFICIAIS-GENERAIS		
Almirante de Esquadra, General de Exército e Tenente-Brigadeiro	13.471,00	13.471,00
Vice-Almirante, General de Divisão e Major-Brigadeiro	12.912,00	12.912,00
Contra-Almirante, General de Brigada e Brigadeiro	12.490,00	12.490,00
2. OFICIAIS SUPERIORES		
Capitão de Mar e Guerra e Coronel	11.451,00	11.451,00
Capitão de Fragata e Tenente-Coronel	11.250,00	11.250,00
Capitão de Corveta e Major	11.088,00	11.088,00
3. OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS		
Capitão-Tenente e Capitão	9.135,00	9.135,00
4. OFICIAIS SUBALTERNOS		
Primeiro-Tenente	8.245,00	8.245,00
Segundo-Tenente	7.490,00	7.490,00
5. PRAÇAS ESPECIAIS		
Guarda-Marinha e Aspirante a Oficial	6.993,00	7.315,00
Aspirante e Cadete (último ano), Aluno do Instituto Militar de Engenharia (último ano) e Aluno do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (último ano)	1.448,00	1.630,00
Aspirante e Cadete (demais anos), Aluno do Instituto Militar de Engenharia (demais anos), Aluno do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (demais anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica e Aluno de órgão de formação de Oficiais da Reserva	1.176,00	1.334,00
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargentos	1.066,00	1.199,00
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola	1.044,00	1.185,00

Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete		
Aprendiz-Marinheiro e Aprendiz-Fuzileiro Naval	981,00	1.105,00
6. PRAÇAS GRADUADAS		
Suboficial e Subtenente	6.169,00	6.169,00
Primeiro-Sargento	5.483,00	5.483,00
Segundo-Sargento	4.770,00	4.770,00
Terceiro-Sargento	3.825,00	3.825,00
Cabo (engajado) e Taifeiro-Mor	2.627,00	2.627,00
Cabo (não engajado)	956,00	1.078,00
7. DEMAIS PRAÇAS		
Taifeiro de Primeira Classe	2.325,00	2.325,00
Taifeiro de Segunda Classe	2.210,00	2.210,00
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval e Soldado de Primeira Classe (especializado, cursado e engajado), Soldado-Clarim ou Corneteiro de Primeira Classe e Soldado Paraquedista (engajado)	1.856,00	1.926,00
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval, Soldado de Primeira Classe (não especializado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de Segunda Classe, Soldado do Exército e Soldado de Segunda Classe (engajado)	1.560,00	1.765,00
Marinheiro-Recruta, Recruta, Soldado, Soldado-Recruta, Soldado de Segunda Classe (não engajado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de Terceira Classe	956,00	1.078,00

Fonte: Tabela retirada do site oficial do governo federal sobre a lei nº 13.954/2019 (BRASIL, 2019g).

Embora o reajuste feito sobre o salário base ou soldo dos militares especificado acima não cause grandes mudanças nos proventos, os adicionais calculados a partir do soldo causam mudanças financeiras, pois, ocasionam grandes aumentos dependendo do posto ou graduação do militar. Como por exemplo, o adicional de compensação por disponibilidade militar criado pelo atual governo que traz reajustes de 5% a 41% sobre o soldo de acordo com a hierarquia. Segundo a lei nº 13.954,

Art. 8º É criado o adicional de compensação por disponibilidade militar, que consiste na parcela remuneratória mensal devida ao militar em razão da disponibilidade permanente e da dedicação exclusiva, nos termos estabelecidos em regulamento.

§ 1º É vedada a concessão cumulativa do adicional de compensação por disponibilidade militar com o adicional de tempo de serviço [...] sendo assegurado, caso o militar faça jus a ambos os adicionais, o recebimento do mais vantajoso.[...] § 3º O percentual do adicional de compensação por disponibilidade militar é irredutível e corresponde sempre ao maior percentual inerente aos postos ou graduações alcançados pelo militar durante sua carreira no serviço ativo, independentemente de mudança de círculos hierárquicos, postos ou graduações. [...] § 5º O adicional de compensação por disponibilidade militar comporá os proventos na inatividade (BRASIL, 2019g).

O adicional de compensação por disponibilidade militar é uma das partes que compõe a remuneração dos militares das Forças Armadas e é considerado um abono por sua dedicação exclusiva, permanecendo também na inatividade. Embora o adicional comece com 5% sobre o soldo para soldados, ele chega à 41% para o último posto da hierarquia, proporcionando um aumento em torno de 5 mil reais mensais para almirante de esquadra, general do exército e tenente-brigadeiro, por exemplo. A tabela seguinte especifica o percentual sobre o soldo de cada posto ou graduação (Tabela 2).

Tabela 2 - TABELA DO ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR

POSTO OU GRADUAÇÃO	Percentual que incide sobre o soldo a partir de 1º de janeiro de 2020
Almirante de Esquadra, General de Exército e Tenente-Brigadeiro	41
Vice-Almirante, General de Divisão e Major-Brigadeiro	38
Contra-Almirante, General de Brigada e Brigadeiro	35
Capitão de Mar e Guerra e Coronel	32
Capitão de Fragata e Tenente-Coronel	26
Capitão de Corveta e Major	20
Capitão-Tenente e Capitão	12
Primeiro-Tenente	6
Segundo-Tenente	5
Guarda-Marinha e Aspirante a Oficial	5
Aspirante e Cadete (último ano), Aluno do Instituto Militar de Engenharia (último ano) e Aluno do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (último ano)	5
Aspirante e Cadete (demais anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva, Aluno do Instituto Militar de	5

Engenharia (demais anos) e Aluno do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (demais anos)	
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargentos	5
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete	5
Aprendiz-Marinheiro, Aprendiz-Fuzileiro Naval	5
Suboficial e Subtenente	32
Primeiro-Sargento	20
Segundo-Sargento dos Quadros Especiais de Sargentos	26
Segundo-Sargento	12
Terceiro-Sargento dos Quadros Especiais de Sargentos	16
Terceiro-Sargento	6
Cabo (engajado)	6
Cabo (não engajado)	6
Taifeiro-Mor	5
Taifeiro de Primeira Classe	5
Taifeiro de Segunda Classe	5
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval e Soldado de Primeira Classe (especializado, cursado e engajado), Soldado-Clarim ou Corneteiro de Primeira Classe e Soldado Paraquedista (engajado)	5
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval, Soldado de Primeira Classe (não especializado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de Segunda Classe, Soldado do Exército e Soldado de Segunda Classe (engajado)	5
Marinheiro-Recruta, Recruta, Soldado, Soldado-Recruta, Soldado de Segunda Classe (não engajado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de Terceira Classe	5

Fonte: Tabela retirada do site oficial do governo federal sobre a lei nº 13.954/2019 (BRASIL, 2019g).

Além do adicional de disponibilidade que foi criado pela lei nº 13.954, outro adicional já existente foi alterado pela mesma lei, o chamado adicional de habilitação que segundo o artigo 3º da medida provisória nº 2215-10, é uma “parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente aos cursos realizados com aproveitamento, conforme regulamentação” (BRASIL, 2001), isto é, um aumento mensal a quem faz cursos ao longo da carreira. A nova lei sancionada pelo presidente em 2019 prevê um aumento de até 73% em 4 anos sobre os vencimentos dos militares da ativa e dos da reserva. No primeiro ano, que é a partir de julho

de 2020, o aumento sobe de 30% na categoria I de altos estudos para 42% chegando a 73% em 2023. Segundo a revista Carta Capital,

Na prática, um general quatro estrelas, topo hierárquico das Três Forças, com salário de R\$ 13.400 reais terá acréscimo de R\$ 5.600 mensais; antes o valor era de R\$ 4.000 mensais. Eles ainda acumulam outros adicionais que elevam o salário para, pelo menos, R\$ 29.700 – a remuneração pode subir, a depender da formação, permanência em serviço, atividades e local de trabalho (CARTA CAPITAL, 2020).

Estas alterações do percentual de adicional de habilitação sobre o soldo, que serão feitas até 2023, são apresentadas em uma tabela no anexo da lei nº 13.954. Esta tabela divide os tipos de cursos e titulações de acordo com a portaria nº 084, de 25 de janeiro de 2019, que estabelece a equivalência dos cursos e formações para fim de concessão do adicional de habilitação. De acordo com esta portaria, as formações que serão consideradas para este fim são as seguintes:

I – aos cursos de Altos Estudos, Categoria I: a) o Curso de Política, Estratégia e Altos estudos do Exército e os cursos equivalentes pelo EME⁶⁴; b) os cursos de Comando e Estado-Maior, de Comando e Estado-Maior para Oficiais Médicos, de Chefia e Estado-Maior para Oficiais Intendentes e de Direção para Engenheiros Militares e os cursos declarados equivalentes pelo EME; c) os cursos de pós-graduação *stricto sensu* de Doutorado; d) os cursos de Graduação do Instituto Militar de Engenharia (IME), realizado até 31 de dezembro de 1981; e) o Título de Livre Docente; f) o Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais; g) o Curso de Atualização para Oficiais do Quadro Auxiliar de Oficiais; e h) o Curso de Especialização de Mestre de Música e os cursos declarados equivalentes pelo EME. II – aos cursos de Altos Estudos, Categoria II: a) os cursos de pós-graduação *stricto sensu* de Mestrado; b) o Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior; c) o Curso de Capacitação Administrativa para subtenentes; d) os cursos de Graduação do IME, realizado no período de 1º de janeiro de 1982 a 19 de março de 1992; e e) a conclusão do processo de habilitação as Qualificações Funcionais Específicas, regulamentadas pelo EME. III – aos cursos de Aperfeiçoamento: a) os cursos de aperfeiçoamento; b) os cursos de especialização e de extensão; c) os estágios gerais, assim definidos pelo EME; d) a conclusão da Residência Médica, realizada nos termos da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981; e) a conclusão do processo de Habilitação para promoção a 1º sargento músico; f) a conclusão do processo de aprovação, por militares do Exército, em concurso público de títulos e provas para ingresso no Magistério do Exército, na vigência do Decreto-Lei nº 103, de 23 de dezembro de 1937, e da Lei nº 5.701, de 9 de setembro de 1971; e g) a aprovação em concurso para 2º sargento músico, obtida até 16 de março de 2015. IV – aos cursos de Especialização: a) o Curso de Especialização Básica; b) a conclusão do processo de habilitação para promoção a 2º sargento músico; e c) a aprovação no processo seletivo para 3º sargento, cabo e soldado músico, obtida até 16 de março de 2015. V – aos cursos de Formação: - os cursos e os estágios de formação militar (BRASIL, 2019j).

⁶⁴ O Estado-Maior do Exército, Órgão de Direção Geral é o responsável pela elaboração da Política Militar Terrestre, pelo planejamento estratégico e pela expedição de diretrizes que orientem o preparo e o emprego da Força Terrestre, visando ao cumprimento da Missão e à consecução da Visão de Futuro do Exército Brasileiro.

Os cursos estipulados acima estão divididos nas 5 categorias da primeira coluna da Tabela de adicional de habilitação (Tabela 3).

Tabela 3 - TABELA DE ADICIONAL DE HABILITAÇÃO

TIPOS DE CURSOS		QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDO				
		Até 30 de junho de 2020	A partir de 1º de julho de 2020	A partir de 1º de julho de 2021	A partir de 1º de julho de 2022	A partir de 1º de julho de 2023
Altos Estudos	Categoria I	30	42	54	66	73
	Categoria II	25	37	49	61	68
Aperfeiçoamento		20	27	34	41	45
Especialização		16	19	22	25	27
Formação		12	12	12	12	12

Fonte: Tabela retirada do site oficial do governo federal sobre a lei nº 13.954/2019 (BRASIL, 2019g).

O adicional de habilitação dos militares é um quantitativo percentual sobre o soldo do militar que fez cursos e qualificações durante sua carreira, assim como vários outros servidores, entre eles os professores da educação básica. Contudo, o percentual sobre o salário dos professores da educação referente à formação continuada, que é tratado nos planos de cargos e salários de cada município ou estado, não se aproxima dos valores reajustado dos militares e muito menos com um prazo tão curto, como o prazo de 4 anos proposto pela lei nº13.954/2019.

Outra questão a ser discutida é o impacto econômico que este adicional causará ao Estado. O impacto previsto para 2020, somente com o adicional de habilitação, é de R\$ 1,3 bilhão somando R\$ 26 bilhões em 5 anos (BRASIL 247, 2020) e a data para o pagamento do adicional é para início de julho, no mesmo período que o governo federal suspendeu qualquer aumento ou abono de funcionários públicos e militares. Esta suspensão está inserida no Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), instituído pela lei complementar nº173, de 27 de maio de 2020, onde está decretado pelo artigo nº8 que os municípios e estados estão proibidos de dar aumentos, abonos ou benefícios para empregados públicos e militares até o dia 31 de dezembro de 2021 por conta da crise sanitária e econômica que enfrenta o país decorrente da pandemia do Covid-19. Contudo, no mesmo artigo a lei explicita que a verba pode ser destinada se a o aumento for “derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade” (BRASIL, 2020b), ou seja, como a lei de reajuste dos adicionais militares foi sancionada em dezembro

de 2019, antes da pandemia, ela pode ser mantida mesmo com a decisão do governo federal de diminuir custos com o funcionalismo público através do chamado congelamento de salários⁶⁵.

Outro direito remuneratório para os militares adicionados ao salário alterado pela lei nº 13.954 foi a ajuda de custo, que segundo o artigo 3º da medida provisória nº 2.215-10 de 31 de agosto de 2001 é um

XI – [...] direito pecuniário devido ao militar, pago adiantadamente, conforme regulamentação: a) para custeio das despesas de locomoção e instalação, exceto as de transporte, nas movimentações com mudança de sede; e b) por ocasião de transferência para a inatividade remunerada, conforme dispuser o regulamento;

A ajuda de custo é uma remuneração que o militar recebe quando passa para a inatividade e quando precisa mudar seu lugar de residência por questões de transferência de sede. Esta remuneração é baseada no soldo do militar e dependendo da movimentação na organização militar ele tem direito de 2 até 8 vezes o valor de sua remuneração. Segundo uma reportagem da revista Carta Capital, “o almirante Bento Albuquerque, ministro das Minas e Energia, teve direito a cerca de R\$ 300 mil de uma só vez em maio” (CARTACAPITAL, 2020), pois, a lei nº 13.954 alterou a ajuda de custo para os militares que passarão para a inatividade e a remuneração que era de 4 vezes o valor do soldo, foi reajustada para 8 vezes o mesmo valor (Tabela 4).

Tabela 4 - TABELA DE AJUDA DE CUSTO

SITUAÇÕES		VALOR REPRESENTATIVO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2019	VALOR REPRESENTATIVO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2020
a	Militar que possua dependente, nas movimentações com desligamento da organização militar.	Duas vezes o valor da remuneração.	Duas vezes o valor da remuneração.
b	Militar que possua dependente, nas movimentações para comissão superior a 3 (três) e igual ou inferior a 12 (doze)	Duas vezes o valor da remuneração na ida e uma vez na volta.	Duas vezes o valor da remuneração na ida e uma vez na volta.

⁶⁵ Como o impacto econômico do adicional de habilitação é de R\$ 1,3 bilhão e estava previsto para o começo de julho, o Ministério Público entrou, dia 30 de junho, com um requerimento de medida cautelar no Tribunal de Contas da União para que o aumento fosse suspenso. Pois, este adicional vai contra as medidas aplicadas para o enfrentamento da pandemia decorrente do Covid-19, principalmente, contra a lei complementar nº 173/2020 que proíbe qualquer tipo de aumento para funcionários públicos e militares. O motivo explicitado no requerimento para a suspensão do aumento é que a classe militar está recebendo um benefício ilegal mediante ao momento de crise atual. No dia 15 de julho o Tribunal de Contas da União respondeu rejeitando o pedido com a alegação de que estava previsto em lei e que, portanto, não será suspenso (SANTOS, 2020).

	meses, sem desligamento da organização militar.		
c	Militar que possua dependente, nas movimentações para comissão superior a 15 (quinze) dias e igual ou inferior a 3 (três) meses, sem desligamento da organização militar.	Uma vez o valor da remuneração na ida e outra vez na volta.	Uma vez o valor da remuneração na ida e outra vez na volta.
d	Militar que possua dependente, quando transferido para Localidade Especial Categoria A ou de uma Localidade Especial Categoria A para qualquer outra localidade, nas movimentações com desligamento da organização militar.	Quatro vezes o valor da remuneração.	Quatro vezes o valor da remuneração.
e	Militar que não possua dependente e se encontre nas situações “a”, “b”, “c”, ou “d” desta Tabela.	Metade dos valores representativos estabelecidos para as situações “a”, “b”, “c”, e “d” desta Tabela.	Metade dos valores representativos estabelecidos para as situações “a”, “b”, “c”, e “d” desta Tabela.
f	Militar que possua ou não dependente, por ocasião de transferência para a inatividade remunerada.	Oficial: quatro vezes o valor da remuneração calculado com base no soldo do último posto do círculo hierárquico a que pertencer o militar. Praça: quatro vezes o valor da remuneração calculado com base no soldo de Suboficial.	Oficial: oito vezes o valor da remuneração calculado com base no soldo do último posto do círculo hierárquico a que pertencer o militar. Praça: oito vezes o valor da remuneração calculado com base no soldo de Suboficial.

Fonte: Tabela retirada do site oficial do governo federal sobre a lei nº 13.954/2019 (BRASIL, 2019g).

Todas estas alterações na lei 13.954, de dezembro de 2019, serviram para evidenciar o projeto de fortalecimento da ala militar e sua inserção nos setores e divisões do governo federal. As intenções de militarização por parte do atual governo já eram evidenciadas antes de assumir o cargo, no entanto, é possível verificar o fortalecimento da ideologia militar pela sociedade mediante a defesa dos projetos do governo e seu discurso. A militarização da sociedade abrange também a militarização das instituições, e neste trabalho em específico,

falaremos sobre a militarização das escolas por meio de um decreto que institui escolas cívico-militares em todo o país.

2. HISTORICIDADE DO ENSINO MILITAR

Neste capítulo, trataremos sobre o processo de criação de um programa de escolas cívico-militares em 2019, pelo governo federal, intitulado Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM), o qual tem objetivo de transferir a gestão de escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio às Forças Armadas e à Polícia Militar em forma de parceria do Ministério da Educação com o Ministério da Defesa.

Embora o governo federal faça comparações desse modelo de escola com a Escola Militar do Exército, a escola cívico-militar está muito mais perto de ser comparada com as escolas administradas pela Polícia Militar de cada estado, que será aqui denominada Escola Militarizada. Pois, não foram criadas com a intenção de serem escolas militares, mas são escolas públicas civis em funcionamento, integrantes de redes ou sistemas municipais ou estaduais de ensino, denominadas escolas com gestão compartilhada⁶⁶, na qual os militares, em geral, militarizam apenas normas comportamentais como uso de farda/uniforme, formação de filas, comando de formação de filas em horários de entrada e saída, uso de alguns termos militares que representem obediência como o tradicional “sim, senhor”, atividades cívicas mais frequentes do que ocorria regularmente já nas escolas regulares, modelo de corte de cabelos curtos para estudantes meninos e cabelo preso para estudantes meninas, unhas aparadas, etc. Mas, os docentes não passam a ser os militares, utilizando-se ainda os docentes da carreira do magistério civil, com seus salários precários, o currículo permanece quase que inalterado e a estrutura física e material das escolas pouco se altera.

Diferentemente das escolas militares que são subordinadas ao Sistema de Ensino do Exército e foram criadas para formar militares e habilitar os estudantes a participarem de seleções de instituições militares de ensino superior, as escolas militarizadas não têm como objetivo formar os alunos para a carreira militar, pois, são reguladas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional enquanto as escolas militares são reguladas por uma Lei específica do Exército. Além de que, nas escolas militares os educadores recebem salários de

⁶⁶ De acordo com Silvana Aparecida de Souza em seu livro “Gestão escolar compartilhada: democracia ou descompromisso?”, o termo “gestão compartilhada” é usado como sinônimo de gestão democrática, mas na verdade, é uma terminologia da gestão empresarial ligada a escola pública denominada gestão da qualidade total. Isto é, é uma forma de o Estado se desobrigar da manutenção da escola pública minimizando suas responsabilidades com a educação básica. Igualmente a década de 1990, período que trata o livro, o Estado busca referência em uma suposta gestão de sucesso para salvar a educação da crise em que se encontra. Na década de 1990 buscou-se na gestão empresarial a resposta para a alegada crise gerencial. No caso atual, o Estado busca na gestão militarizada uma solução para a alegada crise de qualidade da escola pública (SOUZA, 2001).

oficiais⁶⁷, as turmas não são numerosas e os investimentos, feitos pelas Forças Armadas, são altos. Ao contrário das escolas públicas estaduais onde os educadores vêm perdendo direitos trabalhistas a cada ano e as escolas são sucateadas. Outro fator importante que diferencia os dois modelos é o investimento aluno/ano, uma vez que o aluno custeado pelo Exército custa cerca de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) por ano ao Estado, quase quatro vezes⁶⁸ mais que um aluno matriculado em escola pública regular (SANTOS *et al*, 2019, p. 584).

Para que possa ser feita a diferenciação dos modelos de ensino administrados por militares, pontuarei nos subtítulos a seguir o processo de implementação do ensino militar no Brasil e os caminhos trilhados para a expansão das escolas militarizadas, dividindo-os em três partes pela ordem de criação: o primeiro subtítulo trata dos Colégios Militares, integrante do Sistema de Ensino do Exército, regido por leis próprias do Exército. O segundo subtítulo trata das escolas públicas dos estados cuja gestão foi repassada aos militares da polícia militar, as quais denominamos aqui de Escolas Militarizadas. E no terceiro subtítulo estudaremos sobre o novo programa do governo federal denominado Programa Nacional de Escolas Cívico-militares, que são escolas públicas, estaduais e municipais, cuja gestão foi repassada aos militares das Forças Armadas e aos policiais e bombeiros militares na falta de militares das Forças Armadas.

Este estudo sobre os demais modelos de ensino militarizado, é para que o leitor possa entender a diferença dos modelos de ensino militar e militarizado, e após a análise dos documentos sobre o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, possa melhor compreender os desdobramentos e motivações do projeto de escolas geridas por militares sendo efetivado no país.

2.1 Colégios Militares

Os colégios militares existentes no Brasil integram o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) um dos subsistemas do Sistema de Ensino do Exército e são subordinados à Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA) e não tem ligação com nenhuma secretaria municipal ou estadual de educação, isto é, não são regulados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), mas por um sistema específico regulado pela lei do

⁶⁷ De acordo com dados dos Recursos Humanos das Forças Armadas, o professor de escola militar assume o cargo com salário de aspirante a oficial podendo alcançar o cargo de oficial logo no primeiro ano, isto é, sua remuneração é quase 8 vezes mais alta que um professor iniciante no estado do Paraná, por exemplo.

⁶⁸ De acordo com a estimativa de receitas do FUNDEB para o ano de 2020. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/area-para-gestores/consultas>.

Exército. Estas instituições atendem filhos de militares e de civis no Ensino fundamental II e Ensino Médio e se propõem, fundamentalmente, a preparar os alunos para o ingresso em instituições militares, prioritariamente a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) e instituições civis de ensino superior (BRASIL, 2008). Atualmente existem 14 colégios militares no Brasil: Colégio Militar de Brasília (CMB), Colégio Militar de Campo Grande (CMCG), Colégio Militar de Fortaleza (CMF), Colégio Militar de Juiz de Fora (CMJF), Colégio Militar de Belo Horizonte (CMBH), Colégio Militar de Manaus (CMM), Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA), Colégio Militar de Recife (CMR), Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), Colégio Militar de Salvador (CMS), Colégio Militar de São Paulo (CMSP), Colégio Militar de Belém (CMBEL), Colégio Militar de Santa Maria (CMSM) e Colégio Militar de Curitiba (CMC). Para estudarem nestes colégios, os alunos precisam passar por uma seleção feita através de um concurso de admissão dividido em três etapas: Exame Intelectual (EI), que consiste em uma avaliação nas áreas de língua portuguesa, redação e matemática; revisão médica e odontológica (RMO) e a comprovação dos requisitos biográficos (CRB) que é a documentação exigida para o ingresso, sendo todas as etapas eliminatórias (BRASIL, 2019b). As vagas ofertadas nas 14 escolas variam de 10 a 40 para o 6º ano e de 5 a 15 vagas para o 1º ano do ensino médio, não existindo concurso para as demais séries considerando que os alunos aprovados no primeiro ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio permanecem até o último ano.

De acordo com o site da Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA), o primeiro colégio militar, inicialmente denominado Imperial Colégio Militar da Corte, foi criado em 1889 no Rio de Janeiro por meio do Decreto nº 10.202, de 9 de março de 1889⁶⁹, numa operação “envolvendo a Associação Comercial, a Sociedade do Asylo dos Inválidos da Pátria e o Ministério da Guerra” (COSTA E CUNHA, 2011, p. 1) destinado a atender os órfãos de militares mortos na Guerra do Paraguai e a formação de oficiais das Forças Armadas. Contudo, por conta da grande procura e interesse de vagas em outros estados, em 1912 foram criados mais dois colégios militares, o colégio de Porto Alegre - RS e o de Barbacena – MG, o que fez o primeiro colégio mudar o nome para Colégio Militar do Rio de Janeiro. A partir disso vários outros colégios foram sendo criados para atenderem a demanda de diversos estados, sendo o colégio de São Paulo o último a ser criado somente em 2018 pelo General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas com as aulas previstas para iniciar em fevereiro de 2020. Embora o sistema de ensino a qual estes colégios pertencem seja o Sistema

⁶⁹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10202-9-marco-1889-542443-publicacaooriginal-51422-pe.html>

de Ensino do Exército, os processos de abertura e fechamento das instituições sempre tiveram relações com questões políticas, conforme aponta o histórico da Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA)⁷⁰, alguns colégios em funcionamento foram fechados e reabertos durante o período de 1925 a 1988 e alguns voltaram a funcionar somente em 1994 (BRASIL, 2016).

Os textos disponibilizados nos documentos e páginas eletrônicas dos colégios militares, usam termos e utilizam de discursos que remetem à uma identidade militar e uma série de fatores que diferenciam o sujeito militar do civil. Além da prioridade pelos conceitos disciplinares, o desenvolvimento da identidade militar é um dos principais objetivos do ensino, não só para encaminhar os alunos às academias e institutos militares, mas, para a “qualificação para o trabalho e preparo para a vida, como cidadãos educados segundo os valores, costumes e tradições do Exército Brasileiro” (BRASIL, 2016). Ou seja, para a formação de homens disciplinados e educados de acordo com os costumes do Exército, um ensino hierárquico e cívico.

Segundo o site do Sistema Colégio Militar do Brasil,

É neste cenário que se inserem os Colégios Militares, educandários fortemente ancorados nos valores éticos e morais, nos costumes e nas tradições cultuados pelo Exército Brasileiro. É deste somatório que emerge a identidade do Sistema, o diferencial capaz de gerar vínculo, apego e sentimento de pertença aos Colégios. Como estabelecimentos de ensino filiados aos códigos do Exército, os Colégios Militares sustentam-se sobre os mesmos pilares: a hierarquia e a disciplina. Esta peculiaridade, que os distingue no todo maior da educação nacional, reforça a imagem que os Colégios Militares vieram lapidando ao longo de mais de cento e vinte anos: sua marca particular (BRASIL, 2020).

Assim como no quartel, nos colégios militares a hierarquia também é aplicada nos diversos graus, contudo, somente 10% dos alunos que tiverem melhor desempenho recebem a promoção de Grupamento Escolar, que vão desde cabo-aluno, que pode ser obtida ainda no 6º ano, até coronel-aluno disponível apenas no 3º ano do Ensino Médio. Os postos designam as funções a serem exercidas pelos educandos no interior do colégio, que são divididos em Praças Auxiliares, Oficiais Subalternos, Comandantes de ano/série, Comandante de Companhia e Comandante de Grupamento, da mesma forma que são divididos no Exército. A promoção dos alunos é feita a partir de um cálculo feito com a nota global do ano mais a nota de comportamento e nota de conceito do Comandante do corpo de alunos, e são escolhidos os 10% melhores entre o total de alunos para os cargos. Segundo o regimento interno, a graduação dos alunos “constitui recompensa pela aplicação aos estudos e pelo exemplar

⁷⁰ Diretoria que coordena as atividades de planejamento e condução do ensino dos Colégios Militares criada em 1973 através do Decreto nº 71.823, de 7 de fevereiro de 1973, pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici, para integrar o Departamento de Ensino e Pesquisa já existente.

comportamento escolar, tornando-se estímulo à formação integral do aluno e à escolha pela carreira militar” (BRASIL, 2011, p.33). Entretanto, estes estudantes não são promovidos a fim de representarem a turma ou participarem de questões democráticas na escola que exigem conselheiros ou representantes, mas, como integrantes de um corpo de monitoramento e elitização, pois, junto com os cargos adquirem deveres e direitos específicos que os diferenciam dos demais, como a cooperação na instrução cívica e militar, auxílio no comando, obrigação de serem exemplos de comportamento e disciplina para os demais alunos, além de usarem insígnias correspondentes à sua graduação e se apresentarem em formaturas e solenidades (BRASIL, 2011).

Ou seja, a hierarquia no interior do colégio é um princípio segmentador e de classificação entre os alunos, pois, além de permitir que estes alunos tenham postos que lhes dão o poder de comando e instrução aos demais alunos, eles ainda utilizam divisas que os diferenciam dos demais. Essa hierarquia é pautada numa meritocracia que envolve, sobretudo, a obediência e a boa conduta, fatores primordiais para o militarismo.

A construção de significados em relação ao Exército e a educação pautada em costumes e valores militares explícitos e reforçados nos textos disponíveis nas páginas do Sistema de Ensino Militar nos revelam não só a forma rígida e de controle sobre os estudantes, mas principalmente da legitimação e a efetivação de um sistema de hierarquia como um princípio basilar da vida militar. A hierarquia como máxima no Exército e consequentemente no sistema de ensino dos Colégios Militares é o centro da imposição de outros comportamentos e dinâmicas que funcionam como princípios para os alunos e futuros militares: subordinação, obediência e disciplina. As regras e normas a serem seguidas nas instituições militares vão além de um código de comportamento para a efetivação da ordem, são a construção de um homem servil e obediente.

Assim como nos colégios militares, nas escolas militarizadas, cuja gestão é compartilhada com a polícia militar, a disciplina e a hierarquia

2.2 Escolas Militarizadas

Conforme visto anteriormente, as escolas militarizadas são escolas públicas estaduais cuja gestão foi transferida para os militares. Portanto, o surgimento deste modelo de escola não aconteceu no mesmo período que as escolas militares, nem o processo de criação foi o mesmo e até as motivações não são nem um pouco semelhantes. As escolas militares foram criadas a partir da necessidade de formar oficiais das Forças Armadas e amparar dependentes

de militares de forma assistencial em caso de perda de familiares. Em contrapartida, as escolas militarizadas não existem para formar militares, tampouco, oficiais das Forças Armadas, mas, embora administradas pela Polícia Militar de cada estado, seguem um Regimento Escolar⁷¹ cuja matriz é inspirada no Regimento Interno do Exército Brasileiro⁷² e em suas regras de conduta e hierarquia militar (FERREIRA, 2018).

Embora a Lei nº 8.125 sobre a gestão compartilhada das escolas tenha sido publicada em 1976, o processo de militarização das escolas no Brasil iniciou no estado de Goiás somente em 1998 com as atividades educacionais ativadas em 1999 e sua expansão na gestão do governador Marconi Perillo⁷³. Isto é, o amparo legal que possibilita a criação destes colégios na atualidade se deve a uma lei da década de 70, ainda no período da Ditadura Militar. De acordo com Alves, Toschi e Ferreira (2018), na Lei nº 8.125, de 18 de junho de 1976, sancionada pelo então governador Irapuan Costa Júnior,

havia a previsão de criação de uma Diretoria de Ensino como um “órgão de direção setorial do Sistema de Ensino”, que “incumbir-se-ia do planejamento, coordenação, fiscalização e controle das atividades de formação, aperfeiçoamento e especialização de oficiais e praças” (GOIÁS, 1976, Art.17). A lei previa que essa Diretoria trataria da formação dos quadros da PM, ou seja, oficiais e praças e, apesar de incluir no Art. 23 o “Colégio da Polícia Militar (CPM)” como órgão de apoio, não há nenhuma referência de que esse colégio seria para atender outro público que não a própria PM (ALVES; TOSCHI; FERREIRA, 2018, p.273).

Inicialmente, na década de 1970, a lei propõe a criação de uma Diretoria de Ensino destinada somente para a formação de sua corporação e a criação de colégios da Polícia Militar vinculados ao Sistema de Ensino ao qual a mesma Diretoria era subordinada. Entretanto, por não encontrar amparo nas leis educacionais, o projeto só se concretiza no final da década de 1990, quando as políticas neoliberais do estado de Goiás possibilitam a atuação de uma parte do contingente da Polícia Militar no interior escolas públicas estaduais. Diante disso, o objetivo do projeto idealizado na década de 1970, que era a formação de militares, se tornou a imposição da disciplina militar em escolas públicas regulares através da gestão da Polícia Militar. De acordo com um dos primeiros gestores destes colégios militarizados, este intervalo de 23 anos entre a primeira legislação e a implantação da instituição se deve à “falta de ousadia, além da falta de recursos financeiros e de estrutura física” (BELLE, 2011, p. 84) por parte da Polícia Militar.

⁷¹ Disponível em: <https://www.portalicepmg.com.br/wp-content/uploads/2018/05/document.pdf>.

⁷² Disponível em: http://www.cmsm.eb.mil.br/phocadownload/legislacao/regulamentos/04_RICM-2009.pdf.

⁷³ Marconi Ferreira Perillo Júnior é um político brasileiro, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Ex-Governador do Estado de Goiás, exerceu o cargo em quatro mandatos (1999 a 2002, 2003 a 2006, 2011 a 2014, e de 2015 até 2018).

Foi pela iniciativa do comandante geral da Corporação, Coronel Eurípedes José Marques, que iniciou-se a instalação do primeiro Colégio da Polícia Militar de Goiás (CPMG) em 1998. No início do processo de abertura da instituição, o Colégio da Polícia Militar ainda não tinha vínculo com o Sistema de Educação de Goiás, portanto, o pedido de autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental II e Médio foram encaminhados pelo Comandante Geral da corporação ao Conselho Estadual de Educação (CEE). Entretanto, antes mesmo da análise do CEE, o comando da Polícia Militar já havia expedido uma portaria no dia 19 de novembro de 1998 para a ativação do colégio a partir desta data (ALVES; TOSCHI; FERREIRA, 2018; BELLE, 2011). Esta Portaria, nº 0604/98/PM-GAB expedida pela Polícia Militar de Goiás, determinou a denominação provisória da instituição de Colégio da Polícia Militar de Goiás – Coronel PM Cícero Bueno de Brandão - “CPMG”, além da destinação de vagas para o ano de 1999 aos: “I - dependentes legais de Policiais Militares; II – servidores e dependentes legais de funcionários públicos”. A portaria ainda determinou, em seu artigo 6º, que o corpo docente seria composto, além de oficiais da ativa e da reserva, por professores da rede pública estadual, e estes seriam colocados à disposição da Corporação. Após a aprovação do Conselho Estadual de Educação em 1999, a PM de Goiás recebeu da Secretaria Estadual de Educação (SEE) uma verba para iniciar as atividades com 440 alunos (FERREIRA, 2018).

De acordo com Belle (2011),

O funcionamento do Colégio nas edificações da APM⁷⁴ ocorreu somente até dezembro de 1998, na fase de preparação e elaboração documental do CPMG. E, em 1999, a PM recebeu do Governo do Estado – Secretaria Estadual da Educação edificação localizada no Setor Sul de Goiânia, o que permitiu ao primeiro Colégio da Polícia Militar de Goiás iniciar as suas atividades educacionais naquela que se denominava Unidade Vasco dos Reis (BELLE, 2011, p. 85).

Após o recebimento de um novo prédio pela Secretaria Estadual de Educação no Setor Sul em Goiânia contendo onze salas de aula, o colégio que antes se chamava Colégio da Polícia Militar de Goiás Coronel PM Cícero Bueno Brandão passou a se chamar Colégio Militar Vasco dos Reis, iniciando suas atividades em 1º de junho de 1999. Neste momento inicia-se o processo de militarização das escolas públicas e a incorporação da gestão militar das escolas estaduais como um dos projetos de educação do governo vigente, propiciando a abertura de novas instituições deste modelo pelo estado, como foi o caso do Colégio Estadual Hugo de Carvalho Ramos, em que a PM foi convocada a assumir a direção no mesmo ano. Esta ação do governo de Goiás foi defendida com a justificativa de que era necessário a ação da polícia para conter as dificuldades enfrentadas pela escola ao longo dos anos como

⁷⁴ Academia de Polícia Militar. A APM oferecia cursos de treinamento para os membros da corporação da Polícia Militar.

depredação do prédio, baixo rendimento pelos alunos e difíceis condições de trabalho dos educadores. A escola, que tinha em torno de 1700 alunos, foi transferida para a gestão da PM em 2000 e passou por muitas mudanças não só físicas, mas pedagógicas.

De acordo com Cruz (2017), o Colégio Hugo de Carvalho Ramos foi construído em 1981 pelo governador biônico⁷⁵ Ary Valadão e foi uma entidade autárquica de 1981 até 1983, no sentido de estruturação, organização e finalidades. E em 1983, se tornou Colégio Estadual permanecendo nesse modelo até 1999. O governador Ary Valadão criou o colégio com o intuito de criar uma escola de formação de lideranças em diversas áreas para um maior destaque do estado de Goiás no cenário nacional. Portanto, o colégio oferecia diversos serviços aos educandos que o diferenciava dos demais colégios públicos estaduais. De acordo com Cruz (2017) o colégio possuía

salas de educação artística, de mecanografia, de música, de ginástica rítmica e de desenho, além dos laboratórios de física, química e biologia, o almoxarifado, o centro cívico, o auditório, os vestiários, as áreas de lazer, a cantina, o refeitório e a quadra de esportes. O pavimento superior comporta quatorze salas de aula, o estúdio de televisão, a sala de professores, o serviço de tecnologia educacional, os estudos sociais e a biblioteca. [...]O regime de funcionamento do Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos era de tempo integral, no sistema de semi-internato. O horário de atendimento ao aluno era das 07:30 às 16:40, com horários para a recreação, estudo e refeição. As aulas tinham duração de cinquenta minutos e o intervalo para o recreio era de vinte minutos. No Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos havia um departamento de assistência ao estudante, subordinado à direção pedagógica. Esse departamento oferecia, a todos os alunos, serviços diversos, dentre eles: orientação psicopedagógica, assistência social, saúde, nutrição e assistência escolar. Para a execução desses serviços, eram colocados, à disposição dos alunos, os seguintes profissionais: psicólogo, orientador educacional, assistente social, médico, enfermeiro, odontólogo, nutricionista e assistente escolar (CRUZ, 2017, p. 60-62).

Além dos atendimentos com diferentes profissionais ofertados com o intuito de acompanhamento e assistência social, física e psicológica dos alunos, o colégio possuía formação profissional, boa estrutura física e um projeto de incentivo ao esporte com ótimas equipes de basquete que possibilitou inúmeros títulos de campeão goiano, em modalidades estudantis e jogos brasileiros. No entanto, a alegação do governo estadual para militarizar o colégio Hugo de Carvalho Ramos foi de que o colégio estava depredado, os professores desanimados e os alunos com problemas disciplinares. Segundo a autora citada acima, as informações são contraditórias, pois, como um colégio organizado, com uma equipe

⁷⁵ Na política brasileira, cargo biônico é aquele cujo mandato político tenha ocorrido sem ter sido eleito ou participado de um pleito eleitoral, ou seja, cargo por indicação de um superior, poderia ser para governador, prefeito e senador. Estas indicações aconteceram durante o Regime Militar, de 1964 a 1985. No caso de senadores o termo “biônicos” derivou também do Pacote de Abril de 1977 que alterou as regras para o pleito de 1978. Nele, cada estado escolheria um nome pelo voto indireto na renovação de dois terços das cadeiras por meio de votação de um colégio eleitoral. Estas medidas serviram para a continuação do Regime Militar impedindo de existir políticas contrárias aos interesses militares.

multidisciplinar e com alunos ganhando títulos no esporte deve ser militarizado porque está depredado e com professores desmotivados? (CRUZ, 2017, p. 67).

Logo após a mudança para Colégio da Polícia Militar, foi atribuída uma contribuição financeira aos pais que propiciou a reforma da escola e a construção de piscina e praça de esporte, além de regras rigorosas de comportamento que legitimaram expulsões de grupos de alunos e um rígido controle de alunos, o que, de acordo com Santos (2016) deixou a comunidade local e os responsáveis dos alunos satisfeitos. Apesar de a comunidade se mostrar a favor deste modelo de colégio militarizado por fatores que contribuíram para a visibilidade dessa instituição e isso parecer, de alguma forma, um caminho democrático para atender as necessidades da comunidade escolar, é necessário refletir sobre o histórico da instituição e os motivos pelos quais a comunidade preferiu a militarização: e era um colégio polivalente, com formação profissional e com boa estrutura física. Entretanto, por conta dos cortes de verbas federais e estaduais durante a década de 1980, a instituição teve dificuldades na manutenção do funcionamento e condições de trabalho dos profissionais da educação. Ou seja, a dificuldade maior desse colégio para o efetivo trabalho educacional não era em decorrência da indisciplina dos educandos como o governo justificou para implementar a gestão militar, mas o problema da desvalorização e do sucateamento era consequência da falta de investimentos por parte do governo para que houvesse mínimas condições de trabalho e aprendizagem dos educandos atendidos pela instituição (FERREIRA, 2018).

A justificativa da melhoria e aumento da qualidade da instituição utilizada pelo governo para a implantação dos outros colégios militares pelo estado se pautou no controle da violência, no aumento da disciplina e na melhoria do desempenho dos alunos em avaliações como o IDEB⁷⁶ e o ENEM⁷⁷. Estas questões ganharam “visibilidade” entre a comunidade por meio da divulgação da mídia nacional, usando a questão da violência e do desempenho nos exames nacionais para criar um consenso, aumentando o apreço pela gestão militar. Contudo, é importante destacar outros fatores que realmente contribuíram para estas mudanças e que

⁷⁶ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é um indicador criado pelo governo federal em 2007 para, alegadamente, medir a qualidade do ensino nas escolas públicas através de avaliações padronizadas ao fim do Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. O Brasil possui um sistema de avaliações externas (Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB), aplicadas em larga escala, com a alegação de diagnosticar e avaliar a educação básica brasileira. Este sistema é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e os seus resultados são usados para calcular o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como um indicador de qualidade da educação. As avaliações do SAEB são aplicadas a cada dois anos no Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio, e seus padrões são determinados pelo *Programme for International Student Assessment (Pisa)* que é iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

⁷⁷ O Exame Nacional do Ensino Médio foi criado em 1998 para avaliar o desempenho dos estudantes ao fim da escolaridade básica. Também é usado como critério de seleção para estudantes que pretendem concorrer a vagas no Ensino Superior.

não são resultantes da presença da polícia militar no interior da escola. O fortalecimento desses colégios, na verdade, se deu pela “disponibilização de recursos públicos e o investimento na melhoria das condições do colégio de um modo geral e a seleção do quadro do alunado” (FERREIRA, 2018, p. 55). Ou seja, além da melhoria da estrutura física, decorrente dos recursos públicos e da contribuição financeira advinda dos responsáveis pelos estudantes matriculados, os colégios da Polícia Militar exigiam a realização de um exame para a seleção dos alunos, o que, conseqüentemente, selecionava os alunos com maior capital cultural⁷⁸ e os que aumentavam os índices das avaliações externas.

No entanto, a alegação de que as escolas militarizadas têm mais qualidade por conta da presença da polícia militar foi contradita pelos estudantes secundaristas de Goiás nas ocupações das escolas que se iniciaram no final de 2015. O movimento dos estudantes nas ocupações das 29 escolas em 5 cidades do estado foi a forma de lutar contra a militarização e ao decreto de terceirização da gestão das escolas de Goiás assinado pelo governador Marconi Perillo. As escolas ocupadas passaram a ser cuidadas pelos estudantes que, divididos em comissões, dividiam tarefas e responsabilidades entre si em forma de autogestão. De acordo com Dias,

as ocupações eram descentralizadas e as tarefas eram divididas em comissões, que ficavam encarregadas de determinadas tarefas. Essas comissões não eram fixas e as funções eram rotativas. As ocupações, por sua vez, não eram formadas somente por estudantes secundaristas, mas por apoiadores que podiam ser: universitários, professores e pais. No entanto, a participação desses grupos nas ocupações era, somente, na prestação de apoio ou solidariedade, pois os estudantes que conduziam as discussões - e somente eles - tinham poder deliberativo (CORTI; CARROCHANO; DA SILVA, 2016 *apud* DIAS, 2021, p. 8).

O governo de Goiás recorreu em ações judiciais para que os alunos desocupassem as escolas e durante a reintegração de posse ordenada pela Justiça goiana, a mesma polícia militar que assumiu a gestão de várias escolas no estado, agiu com violência e agrediu vários estudantes levando vários alunos presos, inclusive menores de idade. Ao serem questionados pelo motivo das ocupações, a aluna Rebeca Peres de 17 anos descreveu suas preocupações:

“A gente sabe de casos de professores que estão sofrendo ameaça dentro da escola militar. Tem censura com relação ao conteúdo pedagógico, principalmente na hora de falar da ditadura”⁷⁹ [...] “Tem uma escola chamada Waldemar Mundim, que foi

⁷⁸ Segundo Pierre Bourdieu (1977), capital cultural é um conjunto de recursos como conhecimento, informações, acesso à livros, à arte e estudos sistematizados considerados legítimos por serem classificados como cultura dominante. Ou seja, são bens simbólicos que reproduzem privilégios e, conseqüentemente, desigualdade social, pois, quando maior a apropriação da cultura que o indivíduo tem, mais poder ele terá de se familiarizar com o ensino sistematizado aumentando seu rendimento e encontrando menos obstáculos relativo a outros indivíduos de classes populares.

⁷⁹ De acordo com Castro (2016), toda a comunidade escolar passa a se sujeitar a hierarquia militar nas escolas administradas pela Polícia Militar, inclusive os professores. Durante uma entrevista realizada em um Colégio da Polícia Militar de Goiás (CPMG) sobre subordinação profissional, o diretor militar descreve: “É uma forma de a

militarizada no ano passado. É uma escola de periferia. O que os estudantes de lá estão dizendo é que houve uma evasão enorme porque a farda custa R\$ 300. Em uma escola onde ninguém tem dinheiro nem para levar lanche, as pessoas não têm como pagar” (ANTUNES, 2016, p.5).

O movimento de ocupação dos estudantes, apesar de sofrer repressão pela polícia militar, teve êxito na divulgação da necessidade de debater sobre a militarização das escolas de Goiás, politizando a pauta e denunciando o processo de terceirização do ensino de escolas públicas. Além de que, o movimento de ocupação obteve os resultados esperados, pois, o edital de terceirização e militarização das escolas foi suspenso naquele momento por ordem do Ministério Público de Goiás.

No entanto, mesmo com a suspensão do edital, as denúncias e a corajosa mobilização dos estudantes contra a militarização das escolas, posteriormente vários outros colégios foram militarizados pelo Governo de Goiás expandindo para outros estados brasileiros. De acordo com Alves e Toschi (2019), em 2018 havia 120 escolas distribuídas em 22 estados e dessas escolas 55 eram somente do estado de Goiás. Para o ano de 2020 mais 54 escolas foram projetadas a iniciarem suas atividades com a gestão militar de acordo com o programa do governo federal de escolas-cívico militares em todos os estados do Brasil, que trataremos a seguir.

2.3 Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

O presidente eleito em 2018 no Brasil, Jair Bolsonaro, em diversas circunstâncias, defendeu o ensino das escolas militares e a hierarquia aplicada nessas instituições como um fator de qualidade do ensino. Já no primeiro mês de seu mandato anunciou reformas e mudanças na educação, entre elas a criação de uma Subsecretaria no Ministério da Educação (MEC) para fomentar a implantação de escolas cívico-militares nas escolas estaduais e municipais em todos os estados no Brasil. Esta nomenclatura “cívico-militar” não era empregada anteriormente nas escolas militarizadas, sendo utilizada pela primeira vez no

gente cobrar mais dos professores, porque como não somos civis, mas militares, eles têm um pouco de respeito com a gente. O que, às vezes, não acontece com o diretor civil, porque tem um agravante: hoje ele é diretor e amanhã ele é professor. Então, eu posso não querer fazer nada ou tomar uma atitude contigo porque amanhã você ser meu chefe. O que não acontece conosco: eles nunca vão ser meus chefes. Eles continuam sempre subordinados. Então, nós não temos esse medo e às vezes isso acontece”. A imposição da hierarquia militar na escola atinge até mesmo direitos já conquistados pelos docentes, como por exemplo o direito à greve. De acordo com o autor, os profissionais do CPMG não tem autorização para participar de greves, sendo que, de acordo com a Constituição de 1988, somente a categoria de militares tem suspensos seu direito à greve. É como se o professor se submetesse somente as regras militares na escola militarizada. (CASTRO, 2016, p. 96-97).

Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019⁸⁰, onde o governo federal cria a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares – Secim⁸¹. À esta secretaria compete desde a promoção da adesão ao programa das escolas cívico-militares até o gerenciamento e coordenação de “programas nos campos didático-pedagógicos e de gestão educacional que considerem valores cívicos, de cidadania e capacitação profissional necessários aos jovens” (BRASIL, 2019c, p.21). processo

A experiência de militarização das escolas, que era realidade individual de cada estado por meio da parceria de suas diferentes secretarias, agora é uma política federal a ser exercida pelo Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Defesa em todos os estados de forma padronizada. Este novo modelo de escola pública só foi possível por conta do novo Decreto nº 9.940 de 24 de julho de 2019 assinado pelo presidente que altera o Decreto nº 88.777 de 30 de setembro de 1983 que regulamentava as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. O novo Decreto contém as seguintes alterações:

Art. 21 § 1º São ainda considerados no exercício de função de natureza policial-militar ou bombeiro-militar ou de interesse policial-militar ou bombeiro-militar, na forma prevista na legislação federal e estadual aplicável, os policiais-militares e bombeiros-militares da ativa nomeados ou designados para: 10) as instituições de ensino públicas do sistema estadual, distrital ou municipal de educação básica com gestão em colaboração com a Polícia Militar ou com o Corpo de Bombeiros Militar; e 11) as unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, de que trata a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. 12) os órgãos do Poder Legislativo federal, estadual, distrital ou municipal (BRASIL, 2019d).

O novo texto permite que militares das polícias estaduais atuem nas instituições de ensino públicas de educação básica na forma de colaboração considerando que essa atuação passe a ser uma função de natureza policial-militar, além de, validar a criação de escolas militarizadas em todo o âmbito nacional e permitir a alocação de policiais estaduais da ativa no interior das escolas. Esta mudança no decreto que regulamenta as polícias estaduais foi necessária para que o governo federal pudesse criar o Decreto nº 10.004 de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM) e determina a atuação dos policiais e bombeiros militares no interior das escolas cívico-militares. Isto é, para que houvesse uma padronização do modelo de instituição e uma padronização da atuação

80

Disponível

em:

http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/decreto_9665_estrutura_regimental_mec.pdf

⁸¹ No mesmo dia 02 de janeiro o presidente Jair Bolsonaro instituiu o Decreto nº 9.465/19 que altera a estrutura administrativa do Ministério da Educação. Entre as mudanças está extinção do Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), secretaria criada em 2004 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que tinha como pauta a garantia das políticas educacionais e a defesa dos direitos educacionais aos sujeitos em situação de exclusão do processo educacional. Além de que, o espaço em que se alocava a secretaria e os servidores da SECADI foi substituído pela Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-militares – Secim.

dos militares estaduais nas escolas cívico-militares em todos os estados do Brasil, foi necessário decretar uma regulamentação para a nomeação e designação de policiais e bombeiros militares de forma padronizada em todos os estados, levando em conta que existem diferenças nos Estatutos da Polícia Militar de cada estado, os quais as polícias e bombeiros militares se submetem.

O programa criado a partir do decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, é a efetivação do projeto de gestão das escolas por militares que já vinha acontecendo em alguns estados do Brasil, mas agora em todo o em todo o país de forma padronizada. De acordo com o Ministério da Educação,

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares é uma iniciativa do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Defesa, que apresenta um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares. A proposta é implantar 216 Escolas Cívico-Militares em todo o país, até 2023, sendo 54 por ano (BRASIL, 2019e).

O programa lançado pelo governo federal em setembro de 2019, intitulado Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), propõe o repasse da gestão de 54 escolas estaduais ou municipais em todo o país para as Forças Armadas e Polícia Militar em 2020, sendo 216 escolas cívico-militares (ECIM) até 2023, a fim de que os militares atuem no apoio à gestão escolar e à gestão educacional dessas instituições. De acordo com a Portaria nº 2.015 de 20 de novembro de 2019, nos municípios onde não houverem militares das Forças Armadas disponíveis serão empregados militares estaduais como policiais e bombeiros e estes desempenharão nas escolas “tarefas nas áreas da gestão educacional, administrativa e didático-pedagógica, conforme contrato de PTTC⁸²”, sendo observada para a contratação desses militares sua “I - idoneidade moral e reputação ilibada; e II - perfil profissional ou formação acadêmica compatível com a tarefa para a qual tenha sido indicado” (BRASIL, 2019f). Estas contratações serão feitas pelo Ministério da Defesa com o apoio do Ministério da Educação, sendo que a seleção é feita pelas Forças Armadas, quando houverem militares das Forças Armadas disponíveis na localidade, porém, nos municípios onde os contratados forem militares estaduais, quem arca com os custos e a disponibilidade de militares é o próprio estado, ficando para o MEC o repasse de verbas para a adaptação das escolas através do Plano de Ações Articuladas – PAR⁸³. Segundo o portal do Ministério da Educação,

⁸² Prestação de Tarefa por Tempo Certo (PTTC) é uma medida adotada pelo Exército Brasileiro que tem por objetivo permitir a execução de atividades de natureza militar por militares inativos que possuem experiência e competência técnico-administrativa.

⁸³ “O Plano de Ações Articuladas (PAR) é uma estratégia de assistência técnica e financeira iniciada pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007,

Em 2020, o MEC destinará R\$ 54 milhões para levar a gestão de excelência cívico-militar para 54 escolas, sendo R\$ 1 milhão por instituição de ensino. São dois modelos. Em um, de disponibilização de pessoal, o MEC repassará R\$ 28 milhões para o Ministério da Defesa arcar com os pagamentos dos militares da reserva das Forças Armadas. Os outros R\$ 26 milhões vão para o governo local aplicar nas infraestruturas das unidades com materiais escolares e pequenas reformas — nestas escolas, atuarão policiais e bombeiros militares (MENEZES; SÓCRATES, 2019).

Ao mesmo tempo em que o governo federal investe recursos para a implementação de escolas cívico-militares, a pasta da educação perde investimentos e sofre com vários cortes de verbas no ano de 2020 destinados à educação básica como programas de alfabetização, educação integral e construção de creches. De acordo com o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo (Siop)⁸⁴, que traz os demonstrativos do Projeto de Lei Orçamentária, no ano de 2020 referente ao ano anterior, a área da Educação perdeu 6 bilhões em investimentos, enquanto a área da Defesa recebeu um aumento de R\$ 4 bilhões desde que este governo assumiu a presidência. Além de que, mais da metade do investimento destinado às escolas cívico-militares são verbas do Ministério da Educação, que não serão usadas para investimentos nas escolas ou aquisição de materiais para a melhoria do ensino, mas serão repassadas ao Ministério da Defesa para pagamento de militares que não pertencem à categoria de profissionais da educação. Partindo do pressuposto que o salário mais baixo dos oficiais inativos a serem contratados para atuarem nas escolas cívico-militares é R\$ 10 mil⁸⁵, e sua remuneração pelos serviços na escola será “30% da remuneração que recebiam antes de se aposentar” (PERA, 2019), os militares receberão, além dos salários de militares aposentados, remuneração maior que o piso nacional docente ou o dobro do salário dos professores concursados no estado do Paraná, por exemplo.

Para que os estados e municípios recebam esta verba, é necessário a adesão ao programa de escolas cívico-militares. Esta adesão ao Programa é voluntária e as manifestações de interesse pelos estados e municípios devem ser feitas dentro do prazo estabelecido. De acordo com a portaria nº 2.015 publicada em novembro de 2019, a adesão voluntária do programa foi ofertada primeiramente pelos estados e Distrito Federal e, posteriormente aos municípios (BRASIL, 2019f). Segundo dados do Ministério da Educação,

fundamentada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que consiste em oferecer aos entes federados um instrumento de diagnóstico e planejamento de política educacional, concebido para estruturar e gerenciar metas definidas de forma estratégica, contribuindo para a construção de um sistema nacional de ensino.

Trata-se de uma estratégia para o planejamento plurianual das políticas de educação, em que os entes subnacionais elaboram plano de trabalho a fim de desenvolver ações que contribuam para a ampliação da oferta, permanência e melhoria das condições escolares e, conseqüentemente, para o aprimoramento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de suas redes públicas de ensino” (BRASIL, 2020).

⁸⁴ Disponível em: https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opedoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH15

⁸⁵ Remuneração de tenente, primeiro posto oficial das Forças Armadas, segundo Recursos Humanos do Exército.

alguns estados não aderiram ao programa, entretanto, alguns municípios destes manifestaram interesses e receberão a implementação das ECIM, como é o caso de Feira de Santana – BA, São Luís – MA, João Pessoa – PB, Jaboatão dos Guararapes – PE, Natal – RN, Rio de Janeiro – RJ e Campinas – SP. Além dos municípios citados, outros 15 estados aderiram ao programa, e, alguns com escolas militarizadas em várias cidades. São eles: Acre (Cruzeiro do Sul e Senador Guiomard); Amapá (duas escolas em Macapá); Amazonas (três escolas em Manaus); Pará (Ananindeua, Belém, Santarém e Paragominas); Rondônia (Porto Velho); Roraima (Boa Vista e Caracará); Tocantins (Gurupi, Palmas e Paraíso); Ceará (Sobral e Maracanaú); Distrito Federal (Santa Maria e Gama); Goiás (Águas Lindas de Goiás, Novo Gama, Luziânia e Santo Antônio do Descoberto); Mato Grosso (duas escolas em Cuiabá); Mato Grosso do Sul (Corumbá e duas escolas em Campo Grande); Minas Gerais (Belo Horizonte, Ibitaré e Barbacena); Paraná (Curitiba, Colombo, Foz do Iguaçu e Londrina); Rio Grande do Sul (Alvorada, Caxias do Sul, Alegrete, Bagé e Uruguaiana); Santa Catarina (Biguaçu, Palhoça, Chapecó e Itajaí) (MENEZES e SÓCRATES, 2020). Além dessas escolas selecionadas no ano de 2019, mais outras quatro escolas serão militarizadas no Paraná pela cooperação do governo do estado com a Usina Hidrelétrica de Itaipu. O Ministério da Educação anunciou em março de 2020 que essas escolas serão implementadas nas cidades de Foz do Iguaçu, Londrina e duas em Cascavel com o repasse de verba da Hidrelétrica de Itaipu⁸⁶ de R\$ 1 milhão por ano, durante 3 anos para cada instituição de ensino (LIMA, 2020). Esta parceria é prevista no Decreto 10.004, onde diz:

Art. 25. Para a execução do Pecim, poderão ser firmados convênios, termos de compromisso, acordos de cooperação, termos de execução descentralizada, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, municipal e distrital e com entidades privadas sem fins lucrativos (BRASIL, 2019a, p. 6).

Estes convênios com entidades públicas ou privadas que poderão ser firmados para a implementação de escolas cívico-militares é o indicativo da desresponsabilização do Estado através do princípio da “mercantilização da educação” (PINHEIRO; GUIMARÃES, 2018, p.257). Embora a Hidrelétrica de Itaipu seja uma instituição pública, o decreto também deixa claro a possibilidade de convênios e parcerias com entidades privadas, o que nos leva a reflexão de que estas parcerias podem não significar o aumento da qualidade por conta do aumento de investimento, mas o aumento de grupos alheios a educação interessados somente na sua mercantilização e no aumento de seus lucros.

⁸⁶ Hidrelétrica de Itaipu é uma usina hidrelétrica binacional localizada no Rio Paraná, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, cujo atual diretor geral é o almirante Anatalício Risdén Júnior, nomeado pelo presidente Jair Bolsonaro.

Segundo informações contidas no endereço eletrônico do Ministério da Educação, a escolha das localidades foi feita obedecendo aos seguintes critérios: ser capital ou pertencer a à região metropolitana do estado; estar em região de fronteira e número de habitantes de acordo com a realidade do estado. Foram eliminadas as localidades em que não houve o número necessário de militares para trabalharem nas ECIM, que é entre doze e dezesseis militares por escola (BRASIL, 2019f). Já a seleção das escolas a serem militarizadas nos municípios escolhidos foram feitas a partir dos seguintes critérios:

I - com alunos em situação de vulnerabilidade social; II - com desempenho abaixo da média estadual no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb; III - preferencialmente, com o número de matrículas de 501 a 1.000; IV - com a oferta das etapas anos finais do ensino fundamental regular e/ou ensino médio regular; V - com a oferta de turno matutino e/ou vespertino, excetuando-se o noturno; e VI - com a aprovação da comunidade escolar para a implantação do modelo, por meio de consulta pública (BRASIL, 2019f, p. 3).

Há, porém, uma contradição inquietante nos critérios de seleção das escolas que receberão o programa. O primeiro deles é a escolha de escolas onde há alunos em situação de vulnerabilidade social, isto é, alunos que geralmente ao alcançarem idade para estudarem no ensino noturno, o fazem para conseguirem trabalhar durante o dia. No entanto, o quinto critério diz que a oferta de ensino será somente no matutino e vespertino: o ensino noturno deixará de existir. Isto significa que os alunos que precisarem trabalhar durante o dia serão excluídos da escola ou terão que fazer a escolha de ir para uma escola fora de sua comunidade e longe de suas casas.

No decreto que institui o programa e nos pronunciamentos oficiais do portal do MEC, existe a defesa da importância do aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica como critério de qualidade desse modelo de escola e destaca a “adoção de modelo de gestão escolar baseado nos colégios militares” (BRASIL, 2019a, p. 2) para referenciar seu discurso. Segundo o portal do Ministério da Educação,

O projeto, que faz parte do Compromisso Nacional pela Educação Básica, visa a um avanço na qualidade educacional com base no sucesso já observado nas escolas militares⁸⁷ em funcionamento no Brasil – as instituições têm índice de

⁸⁷ De acordo com Barbosa (2021) em sua defesa de mestrado intitulada “Estudo comparativo da eficiência dos Colégios Militares e das Escolas de Aplicação” as escolas militares, mesmo com alto nível de eficiência, não é o modelo com resultados mais satisfatórios no Brasil. Embora também haja escolas de aplicação ligadas a instituições estaduais de ensino, nesse trabalho a autora fez um recorte e buscou comparar a eficiência dos Colégios Militares somente com as escolas federais de aplicação, que são escolas da educação básicas ligadas as instituições federais de ensino superior, nos resultados do IDEB entre 2016 e 2019. Os dados encontrados apontaram resultados superiores das escolas de aplicação e dos Colégios Militares em relação as escolas de educação básica do mesmo município. No entanto, as escolas de aplicação demonstraram nos resultados maior eficiência que os Colégios Militares. Dentre as constatações das causas do resultado foi observado que dos dois modelos, a escola de aplicação é a que mais tem despesa por aluno, gastando quase cinco vezes a mais que o Colégio Militar. Além de que, a escola de aplicação tem preocupação com a renovação pedagógica e os professores trabalham com dedicação exclusiva. A autora ainda discute a necessidade de repensar o modelo de

Desenvolvimento de Educação Básica superior ao das civis – 6,99, ante 4,94 (MARQUES, 2019).

Há várias questões a serem discutidas sobre a defesa do aumento do IDEB como um fator de qualidade da escola pública, pois, demonstra que as particularidades de cada instituição distribuídas pelo país são ignoradas pelo caráter nivelador e meritocrático do ranqueamento da educação através de avaliações padronizadas. Segundo Benitez e Souza (2015), a implantação do ranqueamento das escolas através do IDEB traz consequências negativas à educação, como a meritocracia, que ignora as diferentes realidades das escolas e alunos pertencentes ao mesmo município, muito mais dos alunos pertencentes às diferentes regiões do Brasil; a precarização do currículo escolar, pois, o testes medem o conhecimento somente em português e matemática, levando algumas escolas, interessadas a aumentarem seu índice, a deixarem as outras áreas do conhecimento de lado; e, sobretudo, a responsabilização do professor e aluno que não atingem a nota estipulada nas metas calculadas pelo Inep⁸⁸ por inúmeras questões, como más condições de trabalho dos profissionais da educação e das escolas e da desigualdade de acesso dos alunos de diferentes realidades (BENITEZ; SOUZA, 2015).

Todavia, para além disso é necessário pontuar que o índice de desenvolvimento da Escola Militar do Exército não pode ser comparado com o índice de desenvolvimento das escolas estaduais repassadas à gestão militar por vários motivos. A primeira questão que diferencia as instituições é o objetivo das escolas, pois, uma tem a missão de formar militares e direciona o ensino a habilitar os estudantes a participarem de seleções de Instituições Militares de Ensino Superior e a outra não tem como objetivo formar militares, entretanto, utiliza um ensino hierárquico e de disciplina rígida a fim de colaborar para uma formação cívica dos alunos. Outra questão é a inexistência de políticas de valorização do profissional da educação nas escolas cívico-militares, pois, os documentos que regulamentam a existência dessas instituições demonstram o repasse de verbas para a contratação de militares inativos e reformas dos prédios, mas não existe nada sobre a superação da precarização do trabalho do educador ou a falta de professores concursados que resulta em contratos temporários de profissionais ainda em formação.

Quando o governo federal ignora essas diferenças e se propõe a usar os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica como fator de comparação entre as escolas militares e

qualidade a ser seguido para inspirar novos programas educacionais, uma vez que, as causas da ineficiência pode estar relacionadas com outros fatores para além dos fatores comportamentais, como alega os defensores das escolas militarizadas (BARBOSA, 2021).

⁸⁸ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

as escolas cívico-militares, está, não só ignorando as diferentes realidades entre os modelos de escolas, seus investimentos e a diferença de acesso entre os educandos, mas está responsabilizando os professores e alunos pela diferença dos índices, legitimando seu falso discurso de que é necessário a atuação dos militares na educação básica para que o ensino tenha qualidade.

Outra questão, para além da discussão do fator de qualidade como comparativo entre as escolas militares e militarizadas, é a formação de cidadãos passivos e obedientes por meio de um ensino autoritário e domesticador aplicado por militares. Segundo Ribeiro e Rubini (2019), para algumas famílias o projeto pode ser atrativo por conta das mudanças que ocorreram no interior das famílias nos últimos anos, uma vez que, o aumento da divisão democrática entre homens e mulheres nas famílias proveniente do empoderamento das mulheres e a perda do temor reverencial ao homem como era nas famílias tradicionais, pode ter trazido um sentimento de impotência às famílias conservadoras diante da liberdade das novas gerações. E então, de forma saudosista, os pais,

clamam por uma escola do passado, onde a ordem, o respeito, a moral impunham regras para os mais jovens, experiência essa, inclusive, de que boa parte dos pais é fruto. Talvez, eles esperem de uma escola militar que a disciplina imposta torne os filhos também mais obedientes em casa (RIBEIRO; RUBINI, 2019, p. 751).

Outra proposição é a preocupação dos pais no desempenho escolar dos filhos, associando a melhoria do desempenho com a disciplina imposta na escola pelos militares. Evidentemente que ao verem as divulgações e apelos do governo nas mídias e redes sociais, em busca do consenso e da aceitação coletiva, as famílias preocupadas pelo melhor para seus filhos farão a escolha pela escola militarizada em detrimento a escola civil, isso tudo, somado ao sentimento de insegurança e impunidade que foi construído na sociedade. No entanto, é necessário aprofundar o debate sobre as questões que realmente são levadas em conta pelo governo na militarização das escolas, isto é, quando o Estado implementa como alternativa um ambiente coercitivo e autoritário ao invés de propor alternativas de humanização dos estudantes, fica evidente que sua preocupação não é com a qualidade da educação e a melhor aprendizagem dos alunos, mas com a formação de um comportamento obediente e servil. De acordo com Ribeiro e Rubini,

Sobre a rotina (o ritual) implementada pelos militares, a equação pode ser compreendida pela sequência ‘comando - resposta - reforço do comando - assimilação - reforço - acomodação’. Esse método era amplamente utilizado nos modelos de internato que Émile Durkheim exemplificou como melhor modelo para inserir a cooperação coletiva, em um esquema de subordinação e reforço. A padronização dos alunos foi aspecto evidente, desde o uso de uniformes (blusa, calça jeans e sapato fechado ou tênis), regras quanto ao cabelo (RIBEIRO; RUBINI, 2019, p. 758).

Sobre as questões de subordinação e reforço descritas por Durkheim, Ribeiro e Rubini (2019), associaram a educação de viés conservadora das escolas militarizadas com a corrente filosófica positivista de ensino, uma vez que, os ideais da educação positivista são caracterizados pela tradição e valor moral e a valorização da “ordem como meio de manutenção social”. Para Émile Durkheim, teórico positivista, a escola é uma estrutura de manutenção da ordem social onde, a partir das normas e sistemas de regras, as pessoas devem aprender a se comportar, pois, alega que a moral é um sistema de regras que nos ensina como agir nas diferentes situações (DURKHEIM, 2008 *apud* RIBEIRO; RUBINI, 2019). É cumprindo essa teoria positivista que a gestão de escolas públicas civis foram repassadas aos militares e polícia militar. O Estado defensor da militarização das escolas civis acredita que é necessário critérios como controle, imposição, ordem e moral para que a sociedade seja harmônica, isto é, sem cidadãos questionadores, críticos e politizados. Portanto, investe em uma escola em que predomina o conservadorismo, a obediência e a disciplina.

Além do controle dos alunos por meio da ordem, nas escolas cuja gestão é transferida aos militares, as noções de meritocracia são bem presentes em todas as atividades ligadas ao comportamento, uma vez que, os alunos só recebem tarefas de monitoria e aluno do dia, se tiverem boa pontuação de comportamento e conduta, além de serem presenteados e condecorados mediante seus méritos.

2.3.1 Escolas Cívico-militares do Paraná

Após a ampla divulgação das Escolas Cívico-militares pelo governo federal e a aceitação do modelo pela população, o governador do estado do Paraná Ratinho Junior (PSD) aproveitou para anunciar a implementação de um projeto de escolas militarizadas em todo o estado do Paraná com a mesma nomenclatura do programa de escolas cívico-militares do governo federal por meio do projeto de lei nº 543 de setembro de 2020, cuja previsão de investimento é de R\$ 80 milhões de reais. O governador anunciou no dia 26 de outubro de 2020 a militarização de 215 escolas em 117 municípios do estado⁸⁹, a partir de 2021, alegando

⁸⁹ Os projetos serão implementados em Almirante Tamandaré, Ampére, Antonina, Apucarana, Arapongas, Arapoti, Araucária, Assis Chateaubriand, Astorga, Bandeirantes, Bela Vista do Paraíso, Bituruna, Cambará, Cambé, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Campo Mourão, Carambeí, Carlópolis, Cascavel, Castro, Catanduvas, Chopinzinho, Cianorte, Clevelândia, Colombo, Colorado, Cornélio Procópio, Coronel Vivida, Curitiba, Curiúva, Dois Vizinhos, Faxinal, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Goioerê, Guaíra, Guarapuava, Guaratuba, Ibaiti, Ibitiporã, Imbituva, Inácio Martins, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguariaíva, Jandaia do Sul, Jataizinho, Lapa, Laranjeiras do Sul, Lindoeste, Loanda, Londrina, Mallet, Mamborê, Mandaguari, Mandirituba, Marechal Cândido Rondon, Marialva, Maringá, Matinhos, Medianeira, Nova Londrina, Paçandu, Palmas, Palmeira, Palmital, Palotina, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Peabiru, Pinhais, Pinhão, Piraí do Sul, Piraquara, Pitanga, Ponta Grossa, Pontal do Paraná, Porto Amazonas,

que a implementação do projeto é porque a “média das escolas cívico-militares no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é 20% maior do que na educação tradicional” (GOVERNO DO PARANÁ, 2020). No entanto, ainda não existe média de avaliação externa das escolas cívico-militares, pois, o projeto, que seria iniciado no ano de 2020, ainda não foi totalmente implementado pelo governo federal por conta da pandemia da Covid-19.

O modelo anunciado por Ratinho Junior não faz parte do Programa Nacional das Escolas Cívico-militares instituída pelo Ministério da Educação (MEC) em cooperação com o Ministério da Defesa, pois, as escolas estaduais de Ensino Fundamental II e Ensino Médio funcionarão em regime de cooperação entre a Secretaria de Educação e do Esporte e a Secretaria de Segurança Pública do Paraná, isto é, funcionarão com gestão compartilhada entre policiais militares aposentados e servidores públicos civis. As escolas que receberão o modelo serão selecionadas a partir dos seguintes critérios: “alto índice de vulnerabilidade social, baixos índices de fluxo e rendimento escolar e que não ofertem ensino noturno”, segundo o levantamento feito pela APP-Sindicato, das 215 escolas selecionadas para o projeto de militarização, 117 escolas têm a modalidade de ensino noturno que será interrompido caso a escola seja repassada para a gestão cívico-militar. É a promessa de qualidade do governo a partir da lógica da exclusão de alunos que não podem estudar no matutino e vespertino (FERNANDEZ, 2020).

Os professores que trabalharão na escola serão os mesmos professores civis que já atuam nas unidades, porém, as disciplinas terão alterações. Segundo o secretário estadual de Educação e do Esporte, Renato Feder,

“Teremos aulas adicionais de português, matemática e civismo, para estudar leis, Constituição Federal, papel dos três Poderes, ética, respeito e cidadania. Os alunos vão estudar mais. E no Ensino Médio a principal mudança é a implementação da educação financeira” [...] “A educação está se transformando no Paraná. É um modelo que acreditamos para o futuro” (ESTADO DO PARANÁ, 2020).

Além de privilegiar apenas as disciplinas de português e matemática, que são as disciplinas cobradas nas avaliações externas, nota-se que o objetivo da implementação do ensino militarizado é a mesma dos outros modelos de gestão compartilhada, tanto dos outros estados como o modelo nacional: a formação do aluno obediente e disciplinado. Segundo o governador do Paraná, o objetivo do programa, além de aumentar os índices das avaliações externas é “fazer com que os nossos alunos tenham dedicação, disciplina, respeito aos

Prudentópolis, Quatro Barras, Quedas do Iguaçu, Quitandinha, Realeza, Rebouças, Reserva, Reserva do Iguaçu, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Rio Azul, Rio Branco do Sul, Rio Negro, Rolândia, Santa Isabel do Ivaí, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Sudoeste, São Jerônimo da Serra, São José dos Pinhais, São Miguel do Iguaçu, São Sebastião da Amoreira, Sarandi, Sertanópolis, Siqueira Campos, Telêmaco Borba, Tibagi, Toledo, Turvo, Ubitatã, Umuarama, União da Vitória e Uraí.

professores e colegas”. Para o comandante-geral da polícia militar do Paraná, coronel Péricles de Matos, a presença dos militares na escola tem o intuito de “fornecer ambientes calmos e propícios para o aprendizado. A disciplina e o respeito são fundamentais para esse ambiente” (ESTADO DO PARANÁ, 2020). É evidente neste aspecto que, tanto para o governador e o secretário de educação, quanto para o comandante da polícia militar, o papel dos policiais militares no interior das escolas é prezar pela imposição da disciplina e da ordem, uma vez que a formação destes policiais para atuarem nas instituições de ensino não será feita pela Secretaria de Educação, mas pela Academia da Polícia Militar.

O projeto, no entanto, não foi amplamente aceito por parte dos profissionais da educação pública estadual: no dia 27 de outubro de 2020, o Sindicato dos Professores Estaduais do Paraná (APP – Sindicato) protocolou uma ação na justiça contra a militarização das escolas e no dia 30 de outubro de 2020 realizou uma ocupação na Secretaria de Educação e do Esporte contra a implantação do modelo de escola cívico-militar e outras pautas de contratação temporária e terceirização de funcionários estaduais (FERNANDEZ, 2020). Até mesmo a partir de uma leitura superficial do projeto das escolas cívico-militares do governo do Paraná e da resposta dos professores às medidas do mesmo governo, já é possível compreender as contradições de um Estado que não tem responsabilidade com a real qualidade do ensino e com os profissionais da educação. Pois, enquanto o governador diz que as escolas cívico-militares servirão para os alunos respeitarem os professores, os mesmos professores precisam ocupar a Secretaria de Educação contra o desmonte do serviço público. Isso demonstra que os problemas de qualidade da escola pública não são decorrentes do comportamento dos alunos, mas da desresponsabilização do Estado nos investimentos em educação e a intenção de super responsabilização na coerção para a obediência.

3. MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS

Neste capítulo será discutido o modelo de escola cívico-militar proposto pelo governo federal mediante o que os documentos que estruturam o programa propõem para sua implementação e a análise de textos, artigos e textos científicos, que abordam temas relativos à educação militarizada, na qual se propõe o Programa Nacional de Escolas Cívico-militares. A discussão acontecerá por meio de uma perspectiva pedagógica e política, com intuito de compreender a iniciativa do governo federal, de militarização das escolas, e sua participação no projeto que articula o conservadorismo e o neoliberalismo, e analisar se esse projeto vai na contramão da luta por direitos fundamentais garantidos por uma educação democrática e de qualidade. A articulação do conservadorismo com o neoliberalismo, que anteriormente chamamos de restauração conservadora ou neoliberalismo, será tratada nesse capítulo concernente as contribuições desse movimento na área da educação. Portanto, para elucidar o leitor sobre o significado do termo, referenciaremos a autora Wendy Brown quando fala sobre “o ataque contemporâneo à sociedade e à justiça social em nome da liberdade de mercado e do tradicionalismo moral” (2019, p. 23). A defesa da restauração conservadora por conservadores e neoliberais tem o objetivo de proteger a hierarquia e a alegada moralidade tradicional com apelos a religião, defesa da família tradicional e patriotismo, mas, que na verdade, oculta um movimento que visa assegurar a continuidade da desigualdade de classe, raça e gênero que estruturam a sociedade antidemocrática pautada na lógica do mercado. O patriotismo e o amor ao passado visa a preservação de como as coisas eram, reprimindo movimentos que reivindicam condições de igualdade e justiça social, necessários a continuidade do modo de produção capitalista.

Partindo então dessa explanação e do estudo feito neste trabalho nos dois primeiros capítulos, é possível perceber a intencionalidade das ações e rumos políticos tomados na história do nosso país nos últimos anos, para que esse projeto conservador de educação fosse implementado como parte de um projeto maior de reacionarismo e ideologia ultraliberal em todos os âmbitos da sociedade. Ou seja, não é uma discussão sobre questões puramente didático-pedagógicas, mas sobre concepções de educação, de humanidade e de sociedade. Pois, é evidente que a escola, enquanto instituição do Estado no modo de produção capitalista, não está descolada da realidade, antes, atende aos interesses da classe hegemônica para a reprodução de sua dominação e, portanto, seu papel na reprodução das relações de produção é por meio da perpetuação da ideologia dominante, e, portanto, da desigualdade social. Segundo Althusser, a escola é o mais efetivo aparelho ideológico do estado, pois,

É pela aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia da classe dominante que, em grande parte, são reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, ou seja, as relações entre exploradores e explorados e entre explorados e exploradores. Os mecanismos que produzem esse resultado vital para o regime capitalista são naturalmente encobertos e dissimulados por uma ideologia da Escola universalmente aceita, que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a escola como neutra, desprovida de ideologia (uma vez que é leiga), aonde os professores, respeitosos da “consciência” e da “liberdade” das crianças que lhe são confiadas (com toda confiança) pelos “pais” (que por sua vez são também livres, isto é, proprietários de seus filhos), conduzem-nas à liberdade, à moralidade, à responsabilidade adulta pelo seu exemplo, conhecimentos, literatura e virtudes “libertárias” (ALTHUSSER, 1985, p. 80).

A escola, que no modo de produção capitalista já tem a função de assegurar a hegemonia ideológica, no viés conservador de educação passa a ser organizada com o intuito prioritário de estabelecer a obediência e a moralidade conservadora por meio de um ensino repressor, antidemocrático, voltado para a formação de mão de obra para o emprego e esvaziado de reflexão e criticidade. No entanto, a escola também pode ser um espaço de superação e emancipação humana, e, portanto, acaba sendo um espaço de disputa: de um lado o poder hegemônico trabalhando pelo seu desmonte a fim de minar seu poder de emancipação, e de outro lado, os defensores da educação de qualidade socialmente referenciada que lutam por uma escola pública gratuita, democrática e de liberdade. Isto é, trata-se de uma luta de classes antagônicas, onde uma classe busca a superação das condições de desigualdade e outra empenha-se em dar continuidade às estruturas de poder.

De acordo com a proposta federal de implementação das escolas cívico-militares, a educação nessas instituições se baseará em um viés de manutenção da ordem e produtividade mediante a parceria das redes públicas de ensino com as instâncias militares, com intuito de alegadamente de aumentar a qualidade da educação brasileira, por meio de um ensino controlador. Por isso, diante da leitura desse momento da história do nosso país, de retrocesso na garantia de direitos sociais e de um governo voltado para o aprofundamento do conservadorismo e formação de cidadãos submissos aos ideais da classe dominante, dedicarei esse capítulo a refletir sobre as características desse projeto que tem por objetivo a implementação de escolas militarizadas em todo o país.

3.1 Constitucionalidade das escolas militarizadas

Após o fim da ditadura militar no Brasil, período que durou de 1964 à 1985, houve um movimento por parte dos educadores na reivindicação por mudanças na educação brasileira, uma vez que, durante a ditadura a educação sofreu grandes retrocessos no sentido de

precarização, manutenção do alto nível de analfabetismo da população brasileira e falta de financiamento suficiente por parte do Estado, para fazer frente as gigantescas demandas para a formação de um sistema educacional que desse conta pelo menos da universalização da educação obrigatória. As reivindicações pela universalização e qualidade na educação brasileira⁹⁰ influenciaram na seção que se refere à educação na Constituição Federal de 1988, e demais legislações depois desta que dizem respeito ao direito à educação o. De acordo com Silvana Aparecida de Souza (2015),

[...] a Constituição Federal, promulgada em 1988, revelou-se um enorme avanço em termos de direitos da população em geral. No que diz respeito à educação, a Constituição Cidadã, como ficou conhecida, garantiu minimamente a gestão democrática em estabelecimentos oficiais, grande abertura em termos de liberdade didático-pedagógica aos docentes e uma organização curricular flexível (SOUZA, 2015, p. 59).

No entanto, o momento presente revela algumas mudanças que demonstram um retrocesso na garantia de uma educação de qualidade para todos, que consta nas leis, emendas constitucionais, decretos e diretrizes defendidas após a redemocratização. Dentre essas leis, destacam-se a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e os Planos Nacionais de Educação, que juntos versam sobre os aspectos relativos ao direito à educação e o dever do estado em assegurar a oferta da educação básica, obrigatória e gratuita.

Inúmeros argumentos contra as escolas cívico-militares poderão ser levantados se levarmos em conta que o discurso do governo federal em favor da militarização é muito distante do que as leis que regem a educação no Brasil nos instruem e totalmente voltado à desconstrução dos direitos conquistados na educação até o momento. No entanto, discutiremos as mais cruciais no ponto de vista da defesa da escola democrática.

O primeiro argumento se refere à atuação dos militares no interior das escolas e como os papéis das Forças Armadas e polícias estaduais são incompatíveis com as funções exercidas nas instituições de ensino. A justificativa para a atuação dos militares na escola é a manutenção da ordem, o controle da violência e o aumento da produtividade. O medo da insegurança e da violência fortalece a ideia da necessidade de agentes repressores em nossas instituições. O discurso de segurança pública é um dos fatores que influenciam a adesão ao programa, pois, foi construído no imaginário social que a única forma de manter e garantir a segurança da população é no aumento dos mecanismos de controle.

⁹⁰ Educadores se reuniram na IV Conferência Brasileira de Educação (CBE) em 1986 e por meio da Carta de Goiânia fizeram um manifesto em favor da educação universal, pública e de qualidade para todos.

Como vimos no capítulo anterior, para que fosse permitido a atuação de policiais e bombeiros militares nas instituições de ensino, o Decreto nº 88.777 de 30 de setembro de 1983 que regulamentava as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares foi alterado pelo Decreto nº 9.940 de 24 de julho de 2019, permitindo a lotação desses agentes nas escolas. Em julho de 2019 também foi feita uma alteração no Art. 42 da Constituição Federal, onde foi acrescido o § 3º por meio da Emenda Constitucional 101/2019, permitindo que os militares dos estados, do Distrito Federal e dos Territórios acumulem cargos públicos de militares com “a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas” (BRASIL, 1988), desde que haja compatibilidade de horários, prevalecendo a atividade militar. Ou seja, a alteração prevê que os militares estaduais possam dar aulas em escolas públicas, exercer cargos técnicos e científicos e acumular cargo público na área da saúde, quando houver disponibilidade de horários. No entanto, essas alterações, com o intuito de inserir servidores da segurança pública nas escolas cívico-militares, parece contrariar dois pontos da Constituição Federal: desvio de função das atividades desenvolvidas ingresso de profissionais da educação pública por meio de concurso público e exigência de formação pedagógica por meio da licenciatura plena.

Na parte em que se trata sobre setor de segurança pública da Constituição Federal é especificado a função de cada órgão da polícia “para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. Conforme o Art. 144 § 5º “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil” (BRASIL, 1988). Embora haja alteração nas leis de acúmulo de função, não consta, portanto, mudança na lei sobre as atribuições da polícia e bombeiros militares em atuação na gestão e na monitoria de escolas ou relacionada a segurança pública na administração escolar. A atuação desses policiais e bombeiros militares na administração de escolas vai na contramão ao que pesquisadores da educação, a constituição e a legislação infraconstitucional dizem sobre o que deveria ser a gestão escolar.

Segundo Paro,

administração é a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados” [...] De acordo com esse conceito mais abrangente de administração, a mediação a que se refere não se restringe às atividades-meio, porém perpassa todo o processo de busca de objetivos. Isso significa que não apenas direção, serviços de secretaria e demais atividades que dão subsídios e sustentação à atividade pedagógica da escola são de natureza administrativa, mas também a atividade pedagógica em si – pois a busca de fins não se restringe às atividades-meio, mas continua, de forma ainda mais intensa, nas atividades-fim (aquelas que envolvem diretamente o processo ensino-aprendizado (PARO, 2010, p. 765).

A gestão escolar não deve ser exclusivamente do agente da administração da escola que, por atuar na gestão, atua somente nas atividades administrativas e burocráticas, deixando de considerar as “potencialidades pedagógicas da prática administrativa” e o “caráter administrativo de toda a prática pedagógica” (PARO, 2010, p. 766). Para que o trabalho na escola atinja o objetivo final, é necessário então que o gestor da instituição tenha condições de geri-la, ou seja, que tenha formação pedagógica e conhecimento do processo de ensino aprendizagem que é o objetivo que se espera de todo o processo educacional. Diante disso, é evidente que um agente de segurança pública sem conhecimento do processo pedagógico não vai administrar a escola visando a concretização da atividade fim relativa ao processo ensino aprendizagem. Pode ser que o objetivo do militar na administração seja reduzido à disciplina, compreendido como comportamento de obediência e à ordem como atividade fim, mas não estaria em conformidade com o artigo 205 da Constituição Federal e com o artigo 2 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que dizem que a educação “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988; LDBEN, 1996).

O segundo ponto a ser discutido sobre a atuação dos militares na escola pública é sobre a contratação de profissionais para atuarem na educação sem se submeterem ao concurso público para a educação básica. Na portaria que regulamenta o programa de escolas cívico-militares consta que “Art. 19. Os militares desempenharão, nas Ecim, tarefas nas áreas da gestão educacional, administrativa e didático-pedagógica” (BRASIL, 2019f). As atividades didático-pedagógicas estão diretamente ligadas ao trabalho do educador, tarefas que fazem parte do processo de ensino aprendizagem e exigem formação pedagógica para tal. Essas contratações vão na contramão do artigo 206 da Constituição Federal que diz que uns dos princípios do ensino é a “V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas”. Além de os militares não serem contratados por concurso público do magistério para atuarem nas escolas de educação básica, não acontecerá a equiparação de cargos, carreiras e salários entre os militares e profissionais da educação, uma vez que os militares receberão salários de oficiais, que constitui um valor muito além do salário dos professores da educação básica no Brasil⁹¹. A falta de formação dos militares

⁹¹ Partindo do fato de que o menor salário dos oficiais inativos que atuarão nas escolas cívico-militares é R\$ 10 mil (salário de um oficial tenente), e sua remuneração pelos serviços na escola será “30% da remuneração que recebiam antes de se aposentar” (PERA, 2019), os militares receberão inicialmente, além dos salários de

também é um impeditivo de atuação nas escolas de acordo com a lei. Segundo o Art. 61 da LDB,

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36; V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação (LDBEN, 1996).

O artigo referenciado acima delimita os profissionais que podem atuar na educação básica, que são os profissionais com habilitação específica na área da educação, isto é, formação em licenciatura plena. Portanto, a contratação de militares para atuar nas escolas não é compatível com o que a legislação que a educação nacional estabelece para os profissionais que atuarão nas escolas.

A transformação das escolas públicas civis em escolas cívico-militares não contraria somente as leis de atuação e contratação dos profissionais da educação nas escolas públicas de educação básica, mas também é contraditória do ponto de vista dos princípios constitucionais da educação. De acordo com o Art. 206 da Constituição Federal,

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal; IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 1988, s.p.).

O primeiro princípio fala sobre igualdade de condições de acesso e permanência na escola, no entanto, as escolas cívico militares não terão ensino noturno, que na maioria das escolas atende a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). O artigo 16 da Portaria 2015/2019, um dos critérios para a implementação do modelo cívico-militar são escolas “V -

militares aposentados, remuneração maior que boa parte dos professores com formação acadêmica e tempo de experiência na educação.

com a oferta de turno matutino e/ou vespertino, excetuando-se o noturno”. Isto é, as escolas que aderirem ao programa deixarão de oferecer matrículas no ensino noturno, excluindo jovens e adultos fora da idade escolar e jovens que precisam trabalhar durante o dia, obrigando-os a procurar unidades de ensino talvez mais distantes de suas moradias.

Outra prática de exclusão é a transferência de alunos avaliados com mau comportamento para outras escolas. De acordo com o regulamento das escolas cívico-militares,

Art. 80. Está sujeito à Transferência Compulsória para outra unidade escolar o aluno da Ecim que: I – Ingressar no comportamento “mau”; II – cometer falta gravíssima. § 1º A Transferência Compulsória será precedida de um processo administrativo, sendo ouvido, obrigatoriamente, o Conselho Escolar, a quem cabe encaminhar o parecer do processo à secretaria de educação, para decisão final (BRASIL, 2020d, p.39).

O ingresso no comportamento “mau” e as faltas graves são reguladas pelo documento Normas de Conduta e Atitudes da Ecim, que classifica o comportamento dos alunos por grau numérico, sendo o comportamento mau representado pelo grau de 0 a 2,99⁹². As medidas educativas abatem pontos no cálculo de classificação do comportamento: uma repreensão abate 0,30 pontos; uma atividade de orientação educacional abate 0,50 pontos e uma suspensão (por dia) abate 0,80 pontos. No cálculo final, se o aluno não obtiver uma boa classificação de acordo com os critérios do manual de comportamento, ele é transferido para outra unidade escolar pública civil (BRASIL, 2020d).

Outra questão que leva os alunos a saírem da escola é o alto valor do uniforme cujo uso é obrigatório pelo regulamento da escola cívico-militar, porém, não se encontra nenhuma menção sobre quem vai custear as várias peças que são requeridas pelo programa. De acordo com o documento “Normas de uso de uniformes e de apresentação pessoal dos alunos”, são três tipos de uniformes: uniforme de aula, uniforme de educação física e abrigo esportivo. O uniforme de aula é composto por boina, camisa, camiseta meia manga, calça comprida para os meninos ou saia calça para as meninas, cinto, meias, sapato social preto e jaqueta, além de distintivos e tarjetas de identificação. O uniforme de educação física é composto de camisetas sem mangas, bustiê de lycra para as meninas, calção, bermuda de lycra para as meninas, tênis preto, meias brancas, calção de banho para meninos e maiô de lycra para as meninas, sandália de borracha e touca de natação. O abrigo esportivo é composto de casaco, calça, camiseta meia-manga, tênis preto e meia branca. O uso do uniforme é fiscalizado e conferido pelos

⁹² Os graus de comportamento são classificados da seguinte maneira: a) Grau 10: excepcional; b) Grau 9 a 9,99: ótimo; c) Grau 6 a 8,99: bom; d) Grau 5 a 5,99: regular; e) Grau 3 a 4,99: insuficiente; f) Grau 0 a 2,99: mau. O grau de comportamento se estenderá por todo o curso e, em cada ano, sua avaliação abrangerá todo o ano letivo (BRASIL, 2020e, p.7).

monitores diariamente e só liberado o não uso do uniforme mediante justificativa dos responsáveis à direção da escola. O uso indispensável do uniforme é apresentado no documento como tendo o intuito de criar uma identidade das escolas cívico-militares e divulgar a imagem de uma escola de referência baseando-se nas escolas militares (BRASIL, 2020f). No entanto, é contraditório a cobrança de uniformes que deverão ser comprados por estudantes de escola de periferia cujos alunos são de camadas populares. É possível perceber que essa obrigatoriedade acaba excluindo os alunos mais pobres, pois estes não conseguem atender a todos os requisitos para estudar em tal escola. Os uniformes são vendidos somente em escolas especializadas e não são vendidos por menos de 300 reais⁹³, além de que, as famílias que têm mais de um filho matriculado na escola precisa arcar com no mínimo 600 reais de uniforme, um valor extremamente alto para estudantes de escola pública.

O segundo princípio que parece não ser respeitado no modelo de escola cívico-militar está relacionado à: “II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996). Nas escolas militarizadas o aluno tem seu cotidiano inteiramente modificado, as normas rígidas de comportamento se aproximam mais do militarismo existente nos quartéis, do que os preceitos de uma educação democrática que deveria nortear o cotidiano da escola segundo uma concepção humanizadora de educação. Com o intuito de regular condutas no interior da escola, a liberdade de alunos e educadores torna-se algo a ser vigiado, controlado e se preciso até punido⁹⁴. As normas de comportamento da escola cívico-militar obrigam os alunos a estarem sempre de uniforme completo e alinhado: os meninos devem usar o corte de cabelo no padrão militar e as meninas sempre de cabelo preso e “bem apresentados”, não é permitido unhas e acessórios chamativos (BRASIL, 2020f). Partindo do princípio de que os alunos que constituem a escola são sujeitos diversos, com inúmeras diferenças, gostos e manifestações, padronizá-los é uma forma de desrespeitar suas individualidades, pois, fere a liberdade individual dos alunos e o direito de manifestar sua diversidade. De acordo com Lacé Santos Nogueira,

⁹³ <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Pais-de-alunos-reclamam-do-preco-de-uniformes-das-escolas-militarizadas/35708>.

⁹⁴ No dia 22 de novembro de 2021, uma escola militarizada do Distrito Federal, localizada na Cidade Estrutural sofreu um episódio de autoritarismo por parte do diretor militar da escola, tenente Araújo, que pediu para que murais sobre a Consciência Negra fossem retirados. Os cartazes possuíam charges e textos sobre racismo e discriminação e sobre violência policial contra pessoas negras. Além da tentativa de censura por parte do diretor, o deputado federal Heitor Freire (PSL) do Ceará foi até a escola e fez filmagens sem autorização, além de ameaçar a vice-diretora Luciana Pain de tirá-la de seu cargo e dar ordens para a retirada dos cartazes. O deputado também fez publicações nas redes sociais contra a direção da escola anunciando que faria denúncias formais sobre o mural na Secretaria de Educação do Distrito Federal e Ministério Público (RODRIGUES, 2021).

a qualidade social, portanto, não se baseia na eliminação da diferença como pressuposto de melhoria. Assim, a militarização fere a garantia da liberdade individual ao instituir a padronização de vestimentas, comportamentos, formas de expressão, manifestações culturais, interfere diretamente na constituição da identidade social desses sujeitos, os quais devem ter assegurados o seu pleno desenvolvimento e o exercício da cidadania (NOGUEIRA, 2019, p. 658).

A forma de cumprimento, organização de filas e saídas da sala de aula também seguem os protocolos militares. De acordo com o documento de normas de comportamento, os cumprimentos aos militares deverão ser em forma de continência e toda a locomoção das turmas no interior da escola deverá ser acompanhada de um monitor, desde a formação de filas para entrada e saída, até deslocamentos para sala de aula e outras atividades. Diariamente há o hasteamento da bandeira, com a participação dos alunos, conforme protocolo militar e semanalmente há formação para cantar o hino da bandeira, o hino nacional brasileiro e canções sobre a escola, sujeitos históricos considerados pelos militares como sendo heróis nacionais e a pátria. Além dessas atividades há também as formaturas diárias⁹⁵, antes do início das aulas, conduzida pelos monitores e pelo oficial de gestão educacional com o intuito de dar avisos, treinar a ordem unida e verificar o uniforme dos alunos. Um dos alunos, denominado chefe da turma, é o responsável por apresentar a turma ao monitor e as faltas apuradas. Uma formatura geral, presidida pelo diretor e pelo oficial de gestão escolar, é feita uma vez por semana para canto de uma canção, hasteamento da bandeira e desfile de alunos, além de comemoração de datas relativas à pátria (BRASIL, 2020e).

Além dessas atividades relativas aos protocolos militares, foi adicionado ao currículo oficial do Programa Nacional de Escolas Cívico-militares atividades semanais de desenvolvimento de valores e atitudes por meio do Projeto Valores. Este projeto será desenvolvido pela seção psicopedagógica da escola mediante as demandas levantadas pelos docentes e agentes no ambiente escolar. De acordo com o documento que direciona o projeto, as atividades poderão ser lúdicas, reflexivas e conceituais, individuais ou coletivas, e devem contemplar os valores humanos e cívicos para a formação de um cidadão integral. Os docentes também poderão desenvolver o Projeto Valores a partir dos temas contemporâneos transversais previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). De acordo com o mesmo documento, o projeto valores tem como referência o projeto com o mesmo nome desenvolvido nas escolas militares do Exército (BRASIL, 2020g). O que podemos observar é

⁹⁵ Art. 33. A formatura é uma disposição ordenada de um grupo de alunos. Os alunos devem participar de uma breve formatura, dentro de cada turma, antes do início das aulas do dia letivo, que será conduzida pelo Oficial de Gestão Educacional e pelos monitores. Essa formatura tem por objetivo comunicar as ações da escola, desenvolver algum aspecto do Projeto Valores, verificar o uniforme dos alunos etc. Art. 34. O líder de classe é o responsável por colocar a sua turma em forma e a apresentar ao monitor com as frequências apuradas (BRASIL, 2021, p. 21).

que o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola acontece desde que as normas militares ditadas no regimento sejam seguidas à risca, caso contrário o aluno é orientado a transferir sua matrícula para outra escola.

No que se refere aos docentes, alguns autores já demonstraram evidências e denúncias em seus textos sobre a ação do militarismo no silenciamento de professores em sala de aula. Em uma pesquisa de campo realizada por Ribeiro e Rubini (2019) no Amapá, em escolas do mesmo modelo de militarização que as escolas cívico-militares, os autores demonstraram por meio de observações e conversas com a equipe escolar algumas evidências de como as decisões eram centralizadas nos militares, e que embora a gestão seja compartilhada, a responsabilidade foi transferida para a polícia militar. De acordo com os mesmos autores, “os civis, professores e coordenadores pedagógicos estão realmente “enquadrados” na filosofia de educação militar e ficam restritos às suas funções instrumentais sem grandes questionamentos, salvo exceções ocasionais” (RIBEIRO; RUBINI, 2019, p. 757).

Em uma entrevista, publicada em um livro sobre as escolas militarizadas de Goiás, uma ex-aluna de uma escola militarizada, que não quis se identificar, descreve como são as regras para os professores com relação aos protocolos da militarização na sala de aula. De acordo com ela, os professores também devem seguir várias regras relacionadas a comportamento e aparência:

Professor não pode dar aula de cabelo solto, não pode mostrar tatuagem, tem que estar com a roupa bem limpa, unhas bem cortadas. O cabelo dos professores homens eles nem exigem tanto, mas com as mulheres esses padrões são mais rígidos. É isso, têm as regras que eles têm que cumprir também. Questão de atraso: os professores são punidos quando atrasam. Pra mudar de uma sala para a outra o professor não pode atrasar também. O professor não tem uma liberdade direta pra dar uma aula. Um professor de artes, por exemplo, pra realizar alguma atividade diferente, se ele precisar mudar a configuração da sala, fazer um círculo com as carteiras, ele tem que pedir autorização a um militar. Ele não tem essa liberdade com a aula, como ele quiser (OLIVEIRA; SILVA, 2016, p. 32).

Em outro artigo sobre as escolas militarizadas em Goiás há relatos de educadores sobre a relação dos militares com os professores civis e como o trabalho docente era constantemente vigiado pelos militares durante as aulas. De acordo com o relato dos docentes:

Não foram poucas as vezes que me surpreendi com algum policial fardado à porta da sala de aula em que eu lecionava, algumas vezes até adentrando-a, sem ao menos justificar tal procedimento, o que acarretava constrangimento a mim e aos estudantes (Professor C). Já houve casos da professora de História estar trabalhando sobre a ditadura militar e um militar do turno noturno ficar na porta observando o que ela iria falar (Professor A). Na verdade, a primeira mudança que sentimos é que, a partir da militarização da escola, ela deixa de ser da Secretaria de Educação e passa a ser da Secretaria de Segurança Pública. Os nossos anseios deixam de ser consultados. Temos que obedecer às ordens de pessoas que muitas vezes não entendem de educação (Professor I). Sem falar que não admitiria alguém sem nenhum conhecimento na área de educação intrometer-se no meu trabalho, [para] o qual fui

preparado e sempre faço estudos para melhorar a relação ensino-aprendizagem (Professor B). A principal mudança ocorrida na escola foi a afirmação e valorização da hierarquia. Não sendo dito claramente, mas facilmente observável, os militares de qualquer patente estão acima dos civis (Professor J) (ALVES; FERREIRA, 2020, p. 5-6).

A partir desses relatos, pode-se perceber que a presença dos militares na escola gera profundas mudanças, não só nas normativas de comportamento dos alunos, mas também na prática docente. A forte característica da hierarquia militar pode gerar um ambiente de constante vigilância e controle sobre todos da escola, inclusive das ações do professor. Mesmo que nos documentos oficiais do programa de escolas cívico-militares não tenha referência ao controle sobre o trabalho do professor, este controle pode acontecer de forma velada conforme relato acima, de Alves e Ferreira (2020), sobre escolas militarizadas de Goiás.

Um agravante que pode interferir na forma de tratamento dos professores é a visão de um setor da sociedade que considera o professor como doutrinador e disseminador de ideologias da esquerda. Os ataques aos docentes de escolas públicas, tanto do ensino básico quanto do ensino superior explicitaram o pensamento do movimento conservador liberal sobre a liberdade de ensinar do professor. O Movimento Escola Sem Partido está no centro da defesa desse movimento conservador que propõe verdadeiro silenciamento aos educadores com o argumento de que a escola deve somente ensinar com uma pretensa neutralidade e sem ideologias.

De acordo com Fabiano Pereira Severino (2019), o Movimento Escola Sem Partido (MESP) foi criado pelo procurador do estado de São Paulo Miguel Nagib em 2004, por meio de um site para receber denúncias sobre ocorrências de doutrinação nas escolas. Na página do movimento existem diversos materiais entre artigos e textos escritos por pessoas como Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo, Luiz Lopes Diniz Filho e o próprio Miguel Nagib, em defesa da neutralidade ideológica da escola e denunciando a escola pública como local de doutrinação ideológica e propaganda comunista, além de artigos difamando Paulo Freire e suas produções⁹⁶.

O Programa Escola Sem Partido (PESP) foi criado a partir do Movimento Escola Sem Partido, “como um braço político para subsidiar intervenções institucionalizadas junto ao poder legislativo em seus níveis municipal, estadual e federal” (SEVERINO, 2019, p. 21). O programa é descrito como uma proposta de lei que torna obrigatório a fixação de cartazes com

⁹⁶ <https://www.escolasempartido.org/blog/>

deveres do professor em todas as salas de aula do ensino fundamental e médio⁹⁷. Pois, segundo a página eletrônica do programa, o PESP tem o intuito de “inibir a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula” mediante medidas jurídicas e midiáticas (SEVERINO, 2019). As reivindicações do programa giram em torno da discussão de que a escola não deve educar e nem transmitir conteúdos contrários aos dos pais, mas apenas transmitir os conteúdos de forma neutra e sem posicionamentos deixando a educação como responsabilidade da família. De acordo com Yannoulas *et al* (2021), essa questão nos remete aos debates da década de 80 sobre o que é mais importante na educação: o docente ter competência técnica ou compromisso político com a democracia. O retorno desse debate demonstra um dos pontos principais do neoconservadorismo na atualidade: a “restauração conservadora de ideias pedagógicas de um período marcado pelo autoritarismo e pela censura” (YANNOULAS *et al*, 2021, p. 77).

Nos últimos anos, parlamentares conservadores do congresso e de outras casas legislativas pelo Brasil propuseram projetos de lei sobre a temática a fim de cercear o trabalho docente na escola pública. O projeto de lei apresentado por Nagib em 2014, e os outros que vieram a seguir, tanto no nível federal, estadual ou municipal, apresentam proposições diferentes do que é sinalizado sobre a liberdade de ensinar e de aprender contida na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Além de, alegar que a escola “afronta o princípio de neutralidade política e ideológica do Estado; e ameaça o próprio regime democrático, na medida em que instrumentaliza o sistema de ensino com o objetivo de desequilibrar o jogo político em favor de um dos competidores”⁹⁸, demonstrando a preocupação da existência de divergências políticas na escola, pois, “tem sua maior preocupação não com a formação educacional, mas com os embates eleitorais” (SEVERINO, 2019, p. 21). Um dos projetos apresentados foi proposto pela deputada federal Bia Kicis (PSL) em 2019, em que possibilita aos alunos o direito de gravar as aulas como um mecanismo indireto de controle e silenciamento dos professores (YANNOULAS *et al*, 2021).

De acordo com Santos e Pereira (2018) o Programa Escola Sem Partido pode ser descrito de acordo com quatro elementos:

I) são propostos por parlamentares de partidos conservadores; II) atacam a educação e a escola pública; III) detêm apoio do empresariado educacional e dos detentores dos meios de produção; IV) partem do pressuposto de que os professores e as professoras fazem proselitismo político-partidário e cerceiam o direito de aprender dos estudantes (SANTOS; PEREIRA, 2018, p. 265).

⁹⁷ O cartaz possui 6 deveres do professor está disponível na página <http://www.escolasempartido.org>.

⁹⁸ Disponível em programaescolasempartido.org.

Segundo os autores citados acima, é necessário desvelar o que está por trás desse discurso de escola sem doutrinação e sem “propaganda política” a fim de saber, mediante uma leitura de todo o contexto político brasileiro durante e após o golpe contra a presidenta Dilma, quais são as reais intencionalidades desse movimento e sua repercussão na educação. O caráter neoliberal do MESP se baseia não só nas bandeiras moral-religiosas, defendidas pelo fundamentalismo religioso, mas, sobretudo na retirada do pensamento crítico na educação e o enfraquecimento das conquistas progressistas no Brasil nos últimos anos, alegando uma pretensa neutralidade, quando na verdade a educação pretendida pelo Movimento Sem Partido é de ideologia conservadora e neoliberal.

É necessário lembrar que não existe neutralidade na educação, pois, ela tanto pode servir para desmascarar a ideologia dominante quanto para manter e reproduzi-la, o papel do professor então é a coerência, isto é, optar entre a prática da educação para a transformação social ou simplesmente a reprodução da ideologia dominante. Nas palavras de Paulo Freire,

Não posso ser um professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não me importa o quê. Não posso ser professor a favor simplesmente do Homem ou da Humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo (FREIRE, 2002, p. 39-40).

O modelo de escola que faz a alegada opção da neutralidade está na verdade optando por não revelar seu caráter excludente, discriminatório e reprodutor da ideologia pautada na desigualdade. Uma educação não crítica cujos interesses em ocultar a verdade e não promover a consciência está na formação de indivíduos submissos e que consentem com as intencionalidades do capital, mesmo que essa intencionalidade esteja distante de uma educação humanizadora. De acordo com Santos e Pereira,

Aqui há o encontro dos processos de militarização e da “Escola sem partido”; ambos buscam um novo tipo de intelectual, que consente com a estrutura econômico-social desumana e desigual e com a ideologia da coesão social de caráter autoritário e conciliatório. Nesses termos, escola e educação são fenômenos essencialmente políticos (SANTOS; PEREIRA, 2018, p.265- 266).

A escola nos moldes militares, defendidas pelos conservadores e pensada para disciplinar corpos, corrobora com o movimento de escola sem partido, em que a educação serve apenas para atender as demandas do modo de produção capitalista, isto é, estudantes e professores “apaziguados, sem opinião, corpos sem mente, desumanizados, generalizados, expropriados dos determinantes que lhes dão sentido humano” (SANTOS; PEREIRA, 2018, p. 267). Embora essa associação não esteja explícita na aparência, na essência elas cumprem o mesmo papel: de autoritarismo contra a criticidade e autonomia do professor e do aluno. Os

dois projetos não são movimentos isolados do conservadorismo ou criações individuais, antes fazem parte de uma totalidade, que organiza ações e representantes em todas as áreas sociais, inclusive na educação, sejam eles empresários, religiosos, militares ou parlamentares, criando não apenas projetos de leis, mas toda uma manifestação ideológica de convencimento e persuasão para a aceitação de suas ideias, coerção aos docentes pela sociedade e enfraquecimento da escola pública, laica, democrática, de qualidade. Isto é, os dois movimentos servem ao mesmo propósito: o predomínio da ideologia dominante nas relações sociais por meio da educação.

Outra questão que destaco nesse trabalho, do ponto de vista constitucional e que é extremamente importante para a efetiva qualidade da educação pública, é a gestão democrática no ensino público. A Constituição Federal (art. 206, VI) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (art. 3º, VIII) tratam a gestão democrática como um princípio do ensino público no Brasil e dialogam com o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovada pela Lei nº 13.005/2014, cuja meta 19 é:

assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública a comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (PNE, 2014).

O artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação também versa sobre as normas da gestão democrática na educação básica. De acordo com o texto,

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

De acordo com os documentos do programa nacional de escolas cívico-militares, esse modelo de ensino não parece ser um modelo em que a gestão democrática é prioridade. Tanto a legislação que criou o programa de escolas cívico-militares quanto os regimentos internos do Programa Nacional de Escolas Cívico-militares demonstram que a forma de organização do ensino e da gestão está pautado na hierarquia e na divisão de tarefas administrativas e educacionais, não só entre militares e civis, mas entre educadores e não educadores, além de outras questões que vão na contramão de uma gestão voltada para a transformação social. No entanto, a fim de contextualizar o que se pretende dizer por gestão democrática neste texto, usarei a explicação de Vitor Paro quando distingue a administração escolar pautada no autoritarismo da administração escolar democrática. Segundo ele,

[...] uma teoria e prática de Administração Escolar que se preocupe com a superação da atual ordem autoritária na sociedade precisa propor como horizonte a organização da escola em bases democráticas. E para a Administração Escolar ser verdadeiramente democrática é preciso que todos os que estão direta ou indiretamente envolvidos no processo escolar possam participar das decisões que dizem respeito à organização e funcionamento da escola. Em termos práticos, isso implica que a forma de administrar deverá abandonar seu tradicional modelo de concentração da autoridade nas mãos de uma só pessoa, o diretor – que se constitui, assim, no responsável último por tudo o que acontece na unidade escolar –, evoluindo para formas coletivas que propiciem a distribuição da autoridade de maneira adequada a atingir os objetivos identificados com a transformação social (PARO, 2012a, p.209).

Para que a administração escolar seja efetivamente democrática, ela deve ser feita em forma de cooperação, em que todas as pessoas envolvidas no processo escolar trabalhem coletivamente a fim de alcançar “os objetivos verdadeiramente educacionais da escola”. É o que difere a administração escolar da administração de uma empresa privada no modo de produção capitalista. Pois, a administração da empresa privada funciona em forma de dominação ou controle nas relações de trabalho, pois, o objetivo final da empresa é a obtenção de lucros. O comando da empresa comumente é centralizado na mão de um gerente controla o trabalho alheio visando o aumento da produtividade, e por conseguinte o aumento da exploração da força de trabalho, com o intuito de aumentar os lucros para o proprietário dos meios de produção (PARO, 2012a).

O mesmo não pode acontecer em uma escola em que o objetivo a ser alcançado é a educação e a formação do educando. A administração escolar que visa a qualidade da escola pública por meio de uma gestão democrática deve ter o processo de aprendizado como “ponto de partida e ponto de chegada de toda reflexão e ação”. A administração escolar que tem por objetivo a qualidade da escola básica deve considerar as particularidades dos objetivos do trabalho educativo e as especificidades das questões pedagógicas da escola que compreende todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino. Para isso, é importante que a administração escolar não seja designada àqueles que não conhecem ou não tem formação em educação, ou acreditam que a gestão é função somente de uma pessoa ou grupo a fim de ter o poder de controle sobre os demais envolvidos (PARO, 2012b, p. 69). Para que haja uma gestão democrática na escola, as relações de entre as partes integrantes da escola também devem ser democráticas, isto é, as decisões tomadas na instituição não devem ser tomadas somente por um grupo, mas, deve ter a participação de todos: funcionários, professores, alunos, família e comunidade, nas tomadas de decisões que objetivam o mesmo fim.

De acordo com Silvana Aparecida de Souza,

Mas além da participação como usufruto, se se tem um compromisso com a democratização das relações sociais, é preciso pensar a participação no processo de tomada de decisão como “partilha de poder” (LE BOTERF, 1982), o que implica

participar nas instâncias institucionalizadas de gestão da escola Participar no processo de tomada de decisão na escola implica participar na construção, execução e acompanhamento de sua proposta pedagógica. Implica ainda o conhecimento das intenções da escola no processo de formação de seus alunos. [...] A participação da comunidade no processo de tomada de decisão na escola é atividade-meio e atividade-fim ao mesmo tempo, na medida em que propicia a melhoria da qualidade da educação, e, por meio dessa mesma participação, põe-se em ação uma espécie de exercício para a democratização das relações sociais em geral. Também a aproximação da comunidade à escola possibilita a percepção das deficiências dessa instituição social, de suas necessidades e importância enquanto valor social. (SOUZA, 2012, p. 179).

A participação nas tomadas de decisões da escola não deve envolver somente os servidores da instituição, pois, esta seria, de acordo com Souza (2012, p. 180), uma gestão tecnocrática. Para que haja democracia na administração escolar, a comunidade também deve participar do processo de tomada de decisão, não apenas na execução de tarefas ou ajuda econômica para a escola, como normalmente acontece, mas, ativamente, na forma de partilha de poder (SOUZA, 2012).

Nas leis que regulamentam o Programa Nacional de Escolas Cívico-militares não há indicação de que a gestão das escolas cívico-militares será mediante a democratização das relações sociais nas instituições escolares. O Decreto 10.004/19, que institui o programa, aponta que a gestão desse modelo de escola é inspirado nos modelos dos colégios militares das Forças Armadas, onde existe o controle das relações de trabalho mediante a hierarquia militar, a fim de alcançar uma alegada gestão de excelência. Além de que, o modelo de gestão das escolas será com colaboração civil/militar, isto é, os profissionais de educação trabalhadores da escola com formação em docência, professores e equipe pedagógica, serão dirigidos e coordenados por militares sem nenhum tipo de formação pedagógica.

De acordo com o regulamento interno utilizado de forma padronizada para todas as unidades do Programa Nacional de Escolas Cívico-militares, a escola é organizada da seguinte forma: “I – Direção escolar; II – Secretaria escolas; III – Divisão de ensino; IV – Divisão Administrativa; e V – Corpo de monitores” (Art. 9). A direção escolar é composta pelo “I – Diretor; e II – Vice-diretor. § 1º Oficial de Gestão Escolar é o assessor do Diretor nos assuntos referentes às áreas educacionais, didático-pedagógica e administrativa” (Art. 10). Entre as diversas atribuições do diretor que constam no regulamento, as funções que mediam as ações da direção são as de supervisionar, fazer cumprir, exigir e zelar pela ordem e manutenção física, isto é, tarefas de controle e fiscalização, e as funções do oficial de gestão é de assessorar e acompanhar o diretor da escola.

Além do cargo de diretor ser um cargo centralizador, não é um cargo cujo agente é escolhido com a participação da comunidade, pois, segundo o art. 16 do regulamento das

escolas cívico-militares essa escolha é definida por critérios advindos de cada secretaria de educação, ou seja, a nomeação é feita pelo representante de cada secretaria de educação e não existe uma regra para tal (BRASIL, 2020d). A falta de participação da comunidade na escolha de diretores pode deixar dúvidas sobre a quem esse cargo direciona seu compromisso, se seu comprometimento está voltado para a comunidade escolar ou para o governo que o indicou para o cargo. De acordo com Vitor Paro, até mesmo a eleição de diretores tem limitações para a resolução do autoritarismo, pois, segundo ele, o autoritarismo não é resultado somente da forma de escolha de diretores, mas resultado de um conjunto de fatores internos e externos à escola que acabam interferindo nas relações. No entanto, a eleição para diretores é uma forma de acabar com a indicação movida a interesses alheios a escola, como indicações políticas que deixam o diretor mais articulado com o poder do Estado e menos com os interesses da escola (PARO, 1996). Nas palavras de Vitor Paro,

À sua condição de responsável último pela escola e de preposto do Estado no que tange ao cumprimento da lei e da ordem na instituição escolar, soma-se agora seu novo papel de líder da escola, legitimado democraticamente pelo voto de seus comandados, que exige dele maior apego aos interesses do pessoal escolar e dos usuários, em contraposição ao poder do Estado (PARO, 1996, p. 5).

Quando não há participação da comunidade e dos profissionais da educação na escolha do diretor, e este é indicado pelo representante do Estado, seu compromisso não é apenas com o Estado e com o cumprimento de seu dever, mas também é um compromisso político com aquele que o nomeou, com o governo que está no poder e todo o seu interesse, podendo ser até mesmo interesses de cunho discriminatório ou autoritário.

Outro fator importante na efetivação da democracia na escola é a composição do conselho escolar e conselho de classe. A existência do conselho escolar consta no Projeto Político Pedagógico (PPP) do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) da seguinte maneira: “os conselhos escolares são órgãos colegiados compostos por representantes da comunidade escolar, que têm como atribuição deliberar sobre questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito da escola” (BRASIL, 2020h, p.43). Porém, não existe informações sobre a composição ou paridade no conselho escolar nas escolas militarizadas, abrindo margem para o não cumprimento da democracia mediante a participação da comunidade e alunos nas decisões referente a escola.

Sobre o conselho de classe, o PPP definido para todas as escolas do Programa Nacional de Escolas Cívico-militares diz que:

O conselho de classe é um órgão, exclusivamente, técnico-consultivo, que tem como finalidade assessorar a Direção Escolar quanto ao processo educacional e ao desempenho dos docentes e discentes, devendo traçar um perfil claro e preciso da turma, como um todo, e de cada aluno, em particular, sempre em consonância com

os objetivos primordiais da escola e com a legislação vigente (BRASIL, 2020h, p. 43).

A constituição do conselho de classe está prevista no regulamento interno das escolas pertencentes ao PECIM e compreende:

I – Chefe da divisão de ensino – presidente; II – Chefe da seção de supervisão escolar; III – Chefe da seção psicopedagógica; IV – Orientador Educacional; V – Coordenador de ano; VI – Oficial de gestão educacional; VII – professores do ano escolar; VIII – Secretário do conselho de classe (designado para cada sessão); IX – Chefe da divisão administrativa; e X – outros membros, a critério do diretor. § 1º O conselho de classe, a critério do diretor, deverá ser acrescido de um a dois alunos representantes de cada turma do ano para participar, parcial ou integralmente, da 1ª fase definida no Apêndice “B”.

Além de o conselho de classe não ser um órgão deliberativo, ser apenas técnico-consultivo, não existe a obrigatoriedade da presença dos alunos nas reuniões, ficando essa participação a critério do diretor. De acordo com o apêndice do documento que define as condições para a execução do conselho de classe, caso haja a participação de alunos, estes deverão participar somente na primeira fase da reunião que é o início quando é feito a abertura e chamada dos presentes, apresentação dos objetivos da reunião, pronunciamento dos alunos representantes das turmas e oportunidade de resposta dos integrantes do conselho aos alunos. Os alunos não podem participar da segunda fase da reunião quando é tratado sobre os casos individuais, notas e aprovações, e dados sobre o rendimento escolar das turmas e alunos em geral. Segundo Silvana Souza,

Os alunos têm de ter o direito de acompanhar de que forma e por quais critérios estão sendo avaliados, quando não, julgados, afinal, nenhum professor concordaria em ser avaliado por um conselho que atuasse a portas fechadas, de cuja decisão só poderia tomar conhecimento a posteriori e ainda sem a possibilidade de impetrar recurso contra a sua decisão. Veja que a legislação brasileira garante a todo acusado o direito de defesa, mas a escola muitas vezes se revela uma instituição ainda mais autoritária do que as demais componentes do “Estado burocrático de direito”, quando nega ao aluno a possibilidade de participação, acompanhamento e/ou de recurso sobre o processo de referendo de sua reprovação escolar, quando é o caso (SOUZA, 2012, p. 185).

O caráter democrático da gestão escolar se baseia na participação nas tomadas de decisões de todos os envolvidos na relação de ensino aprendizagem na qual também estão envolvidos os alunos. Não existe a possibilidade de se fazer uma gestão pensando no coletivo se no processo de discutir avaliação e atribuir conceitos aos alunos, eles não possam participar ou mesmo assistir.

A participação dos alunos e comunidade nos conselhos escolar e de classe estão presentes no Projeto Político Pedagógico da escola cívico-militar, que também é outra questão importante a ser discutida, uma vez que faz parte do debate sobre gestão democrática do ensino público. Conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei nº 9394/96),

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Este artigo, em consonância com o art. 206, inciso VI da Constituição Federal, que propõe o princípio da gestão democrática a ser seguido pela escola pública, determina que a construção do projeto político pedagógico da escola deve ser feita com a participação de todos os profissionais da educação da instituição, a fim de descentralizar o poder decisório e ampliar o poder de participação para o coletivo. No entanto, o PPP do programa das escolas cívico-militares pode ser encontrado em um documento previamente elaborado e compartilhado com todas as unidades cívico-militares do país para ser aplicado de forma padronizada. De acordo com a apresentação do documento, as escolas cívico-militares têm os mesmos objetivos, portanto, os textos presentes no PPP estão como orientadores para que cada unidade use o texto como base para elaboração de seus documentos, acrescentando os dados e realidade de cada escola. O PPP foi dividido em três partes:

a) Marco Desejado: expressa a opção e os fundamentos teórico-metodológicos para as Ecim, ou seja, aquilo que a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (Secim) entende como sendo seu ideal de aluno, escola, sociedade, prática educativa, recursos diversos (humanos, materiais e simbólicos), entre outros. b) Marco Atual: identifica, explicita e analisa a situação atual da escola, os seus problemas, as necessidades e as potencialidades presentes em sua realidade escolar, comparativamente ao conjunto de ideais apresentados no Marco Desejado. c) Marco Estratégico: apresenta as propostas, as linhas de ação, os enfrentamentos e a organização da escola para avançar do Marco Atual para o ideal proposto pelo Marco Desejado (BRASIL, 2020h, p. 6).

A falta da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico afeta também a autonomia pedagógica, prevista no Art. 15 da Lei nº 9394/96 (LDB), pois, impede os docentes de trilharem objetivos referente ao ensino aprendizagem específicos de sua realidade e planejarem de forma coletiva a implementação de metodologias, avaliações, aprovações e outras medidas direcionadas às especificidades de cada escola e comunidade.

Mesmo que os apontamentos acerca de inconstitucionalidade no Programa das escolas cívico-militares sejam o suficiente para demonstrar que este modelo de ensino é um retrocesso, do ponto de vista dos direitos e avanços na educação para a emancipação, é necessário refletir sobre a intencionalidade desse retrocesso e a quem ele serve. Para tanto, no próximo tópico discutiremos sobre o papel do neoconservadorismo em aliança com o neoliberalismo na educação pública brasileira.

3.2 Neoconservadorismo nas escolas Cívico-militares

A bandeira que o governo federal levantou para justificar a implementação de um novo modelo de escola, militarizado e autoritário, foi a do discurso de que as escolas da atualidade fracassaram na formação moral dos alunos, no ensino e, sobretudo, nas notas das avaliações externas. Isto é, umas das explicações para a implementação do modelo militarizado nas escolas públicas, senão a mais defendida, é a melhoria da qualidade do ensino e gestão de excelência apostando no Programa Nacional das Escolas Cívico-militares como alegação de salvação para a gestão da escola pública. O decreto nº 10.004 diz no Art. 3º que “são princípios do Pecim: V – a gestão de excelência em processos educacionais, didático-pedagógicos e administrativos” (BRASIL, 2019a). Essa defesa leva ao deturpado entendimento de que as escolas não têm total êxito no processo de ensino aprendizagem por culpa dos profissionais da educação que não sabem gerir uma escola; por culpa dos modelos de escola e gestões mais democráticas que não disciplinam os alunos e; por culpa dos processos de ensino mais progressistas que não buscam ranquear nas avaliações externas; entre outros aspectos advindos da luta por uma escola emancipadora totalmente contrária ao modelo militarizado. Diante dessas alegações o governo federal defende a necessidade da intervenção de agentes de segurança pública interferindo nos processos pedagógicos da escola.

É evidente que a escola pública tem vários problemas e que muitas vezes os profissionais da educação encontram dificuldades no cumprimento do seu trabalho, principalmente concernente as condições socioeconômicas dos estudantes, a falta de verbas e profissionais em número adequado para o trabalho na escola. Contudo, a discussão levantada pelos neoliberais nos últimos anos sobre a melhoria do ensino não gira em torno dos problemas reais da escola, profissionais da educação ou problemas sociais, mas, são usados ataques à escola e à democracia para justificar as iniciativas liberais e conservadoras que atendam somente aos interesses de uma classe que não se preocupa com os reais objetivos da educação. De acordo com Michael W. Apple,

Uma nova aliança foi constituída, e vem tendo sua influência nas políticas educacionais e sociais aumentada. Esse bloco de poder associa o mundo dos negócios, a Nova Direita e os intelectuais neoconservadores. Seus interesses concentram-se muito pouco na melhoria das oportunidades de vida das mulheres, das pessoas de cor ou da classe trabalhadora. Em vez disso, está empenhado em prover as condições educacionais tidas como necessárias para não só aumentar a competitividade internacional, o lucro e a disciplina, mas também para resgatar um passado romantizado de lar, família e escola "ideais" (APPLE, 2001, p. 80-81).

A aliança entre os neoliberais e os conservadores, que o autor denomina de “aliança a favor da restauração conservadora” (APPLE, 2001), é, basicamente, um compromisso ideológico de expansão do livre mercado unido ao controle social pelo Estado. Este movimento pode ser encontrado em vários programas e políticas educacionais de reforma pela educação. Pois, embora tenham fundamentos diferentes, os dois grupos convergem no mesmo ponto: a remodelação da escola pública, democrática e de qualidade. É possível observar esses objetivos por meio das propostas dessa aliança para a educação: “currículos obrigatórios no nível nacional e estadual, provas no nível nacional e estadual, um ‘retorno’ a um padrão de qualidade melhor, uma revivificação da ‘tradição ocidental’, patriotismo e variantes conservadoras da educação do caráter” (APPLE, 2003, p. 57). Os grupos neoliberais trabalham no enfraquecimento da escola pública, gratuita e universal partindo da construção de um discurso de que a escola pública não gera resultados do ponto de vista mercadológico e lucrativo, e que gasta muito dinheiro sem dar retorno, disseminando assim a ideia de redução do papel do Estado e a ideia de que a educação privada é melhor que a educação pública⁹⁹. Segundo Apple,

Esta posição incorpora a visão dos alunos como capital humano. Porque o mundo se encontra cada vez mais competitivo, os alunos (perspectivados como futuros trabalhadores) devem adquirir destrezas, requisitos e disposições para competirem com eficácia e com eficiência. Além do mais, qualquer investimento econômico feito nas escolas, que não esteja diretamente relacionado com os objetivos econômicos é suspeito (APPLE, 2002, p. 58).

Na concepção dos neoliberais, a escola pública não só falha na preparação dos alunos para o mercado de trabalho, inserindo no ensino saberes não técnicos, como também desperdiça verbas que poderiam ser usadas na iniciativa privada na formação de indivíduos para o trabalho. A concepção de Estado mínimo defendida pelos neoliberais é, conseqüentemente, a redução de direitos sociais, inclusive a educação. Para eles, “a educação se reduz essencialmente a um insumo econômico” (CARA, 2019, p. 28). O exemplo disso é o ranqueamento da qualidade da educação brasileira mediante avaliações externas padronizadas, cujos padrões são determinados pelo *Programme for International Student Assessment (Pisa)* que é iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

⁹⁹ Para exemplificar trago aqui a proposta dos programas de *voucher* visando repassar boa parte da verba da educação para as escolas particulares e confessionais. Embora essa proposta não seja algo novo, ela ganhou força no atual governo federal pela defesa dos repasses das verbas públicas para as escolas privadas. No discurso, o programa de voucher aumenta as chances de escolha da família entre a escola privada e a escola pública, mas na prática o que acontece é o aumento da desigualdade, o enfraquecimento do direito a educação e a contemplação dos interesses das grandes corporações da educação (ANPED, 2021).

Econômico (OCDE), uma organização econômica internacional¹⁰⁰. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador nacional utilizado para padronizar o ensino no Brasil, também segue as metas de desempenho pautadas no Pisa, mostrando que as metas impostas para a educação brasileira são pautadas por organizações econômicas internacionais (CARA, 2019).

Assim como várias medidas neoliberais para a educação tomadas nos governos de Michel Temer tiveram a nota no Pisa como justificativa, o atual governo federal também utiliza os indicadores do Ideb como argumento para reformas e criação de programas na educação como as escolas cívico-militares, cuja meta é o aumento da nota das escolas militarizadas no Ideb. De acordo com o portal eletrônico do Ministério da Educação, “a meta é aumentar a média no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O índice é superior nos colégios militares – 6,99, ante 4,94 dos civis” (PERA; MENEZES, 2019). O ranqueamento usado para criar a meta diante da comparação dos resultados da escola civil pública com os colégios militares é, primeiramente, incoerente visto que o investimento por aluno dos colégios militares é pelo menos seis vezes maior que das escolas públicas civis. No entanto, a disparidade no investimento parece não fazer diferença para o governo federal, pois, neste projeto de ensino a proposta de qualidade e excelência está pautada no mérito dos alunos advindo do novo modelo de gestão militar. Em seus estudos sobre os resultados de avaliações em larga escala, Luiz Carlos de Freitas (2012) apontou que não se pode apenas relacionar os resultados com a competência do professor ou da escola sem relacionar as desigualdades sociais e acadêmicas dos alunos. Segundo ele, a meritocracia,

[...] está na base da proposta política liberal: igualdade de oportunidades e não de resultados. Para ela, dadas as oportunidades, o que faz a diferença entre as pessoas e o esforço pessoal, o mérito de cada um. Nada é dito sobre a igualdade de condições no ponto de partida. No caso da escola, diferenças sociais são transmutadas em diferenças de desempenho e o que passa a ser discutido e se a escola teve equidade ou não, se conseguiu ou não corrigir as “distorções” de origem, e esta discussão tira de foco a questão da própria desigualdade social, base da construção da desigualdade de resultados (FREITAS, 2012, p. 383).

A responsabilização dos professores e dos alunos pelos bons ou maus resultados nas avaliações em larga escala é o motivo no qual o governo federal se baseia para justificar a

¹⁰⁰ A OCDE também anunciou em seus relatórios que o Brasil não investe o necessário em educação. No entanto, nesse sentido o Brasil não trata a organização como referência. De acordo com Daniel Cara, esses investimentos deveriam acontecer pela implementação do Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi) e pelo Custo Aluno-Qualidade (CAQ) que orientam 10% do PIB em políticas educacionais. Contudo, como o liberalismo vai na contramão do aumento de investimentos na educação, para melhorar os resultados nas avaliações externas, movimentos, institutos e fundações empresariais, como a Fundação Lemann, atuam na educação com estratégias para a melhoria dos resultados. Isto é, ao invés de aumentar o investimento em educação para obter melhores resultados, o governo cobra melhor desempenho de estudantes enquanto empresários de lobby da educação lucram com seus programas financiados por recursos públicos (CARA, 2019).

implementação da gestão militar na escola pública. Segundo a lógica neoliberal desse governo, o repasse da escola pública à gestão militarizada fará com o que os alunos tragam resultados e aumento de desempenho nas avaliações externas, por meio de disciplina rígida e coercitiva, isto é, uma gestão pautada em “políticas de resultados, próprias da lógica de mercado” (CAMINI, 2013 apud MARTINS, 2019, p. 691). É a visão de que os resultados da educação estão pautadas na meritocracia e a responsabilização desses resultados devem pesar sobre o indivíduo.

Os estudos de Luiz Carlos de Freitas e demais autores que pesquisam sobre as avaliações em larga escala e sua relação com o neoliberalismo, apontam que o discurso de responsabilização e meritocracia servem para embasar a defesa da privatização das instituições de ensino públicas (FREITAS, 2012). No entanto, nesse momento, atrelado ao conservadorismo, fundamentalismo religioso e militarização da vida, o discurso de responsabilização e meritocracia se alia, não só a privatização, mas também a militarização das escolas como uma opção viável para a disciplinarização e reestabelecimento da ordem, mesmo que seja por meio de um ensino autoritário.

O conservadorismo, em contraposição ao liberalismo, defende um Estado forte nas questões que envolve o controle dos corpos, da moral e do conhecimento. Entre seus maiores pontos de defesa estão a moralidade, o patriotismo e a defesa do tradicional. De acordo com Apple, “é uma corrente profundamente assente na apreciação romântica do passado [...] onde o “conhecimento real” e a moral se impunham, onde as pessoas “conheciam o seu lugar”, e onde as comunidades estáveis guiadas pela ordem natural nos protegiam da deterioração da sociedade” (APPLE, 1996; HUNTER, 1988 *apud* APPLE, 2002). Essa corrente se alinha muitas vezes, senão todas, com o ultrarreacionarismo:

ideologia política pautada na negação da ciência, no retrocesso social e no questionamento de direitos civis e políticos de supostas minorias sociológicas [...] normalmente vinculada ao fundamentalismo cristão, ainda que negue os princípios teológicos do próprio cristianismo. Busca frear a democracia, afirmando uma agenda classista, racista, machista, homofóbica, misógina e oposta à laicidade do Estado (CARA, 2002, p. 27).

Na educação, o conservadorismo atua não só na defesa de um compromisso com os valores morais e virtudes tradicionais, mas também na proibição de elementos mais progressistas e democráticos no ensino da escola pública. A lamentação dos conservadores pela alegada perda dos valores que a escola representa, ou ainda o esquecimento do currículo tradicional, nada mais é que a manifestação de um grupo que não reconhece a história escrita por outros autores que não sejam de “superioridade cultural” de que defendem. A inserção da laicidade, do ensino da diversidade, do ensino democrático e da desconstrução de um padrão

pautado na intolerância e preconceito, faz os neoconservadores temerem a perda do domínio ideológico e cultural na sociedade.

Porém, além desse movimento de controle sobre o currículo existe também o controle sobre os professores, em que a autonomia docente é regulada tanto para a despolitização do ensino e da prática do professor quanto para a obtenção de maiores resultados pautados na agenda mercadológica, isto é, o cumprimento de métodos e conteúdos legítimos e tradicionais (APPLE, 2002). O exemplo mais explícito dessa regulação de conteúdos e liberdade de ensinar é o Projeto Escola Sem Partido, um movimento reacionário contra os direitos sociais, que incentiva alunos a filmarem em sala de aula os professores que debatem ideias, que promovem a reflexão sobre problemas sociais e filosóficos, instigando a ruptura do conhecimento científico na escola alegando ideologização dos alunos. A neutralidade na educação anunciada pelos conservadores nada mais é que o cumprimento de uma agenda de direita, cuja intencionalidade é a dominação de uma classe por outra mediante a doutrinação pelo discurso dominante e sua reprodução (LINARES & BEZERRA, 2019).

A aliança do conservadorismo e do neoliberalismo nada mais é que a busca pela transformação da escola pública em uma escola que atenda as ideologias antidemocráticas e excludentes do capital. É a reorganização da agenda educacional a fim dar continuidade a um projeto de dominação por meio de uma escola esvaziada de conteúdo e práticas emancipatórias. Nas palavras de Silvia Yannoulas *et al*:

O neoliberalismo e o neoconservadorismo, como ideários que defendem determinado projeto de sociedade, pretendem pautar a política educacional, desde a organização curricular ao próprio trabalho pedagógico, passando pela avaliação de desempenho de alunos e professoras, entre outros aspectos da agenda educativa. A política educacional está passando por um processo de reconfiguração conceitual; novas propostas são defendidas transformando o direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada em uma política subsidiária e, paralelamente, a priorizando como mercadoria (neoliberais) e como território para a disputa ou “guerra cultural” (neoconservadores). Ainda que com fundamentos diferentes, neoliberalismo e neoconservadorismo se transformaram em grandes aliados no momento de debilitar o projeto de uma escola pública democrática e de qualidade que nossas sociedades foram paulatinamente construindo no período democrático que se seguiu às ditaduras civis-militares (YANNOULAS *et al*, 2021, p. 70).

A aliança do neoliberalismo, que defende um Estado que não intervém nas questões sociais, com o conservadorismo, que defende o controle comportamental, moralista e fundamentalista pelo Estado, é a essência do projeto de retrocesso em andamento. Projeto de retrocesso em todas as áreas sociais, mas sobretudo, na educação, mediante a continuidade da hegemonização das ideologias da classe dominante por meio do ensino.

Outro ponto da escola cívico-militar a ser destacado, é a criminalização da pobreza mediante um discurso de “disciplinamento dos corpos pobres, negros e periféricos (YANNOULAS *et al.*, 2021, p. 72)”. Uma das alegações da implementação das escolas militarizadas é a inibição da violência no interior da escola pelos militares, e um dos primeiros requisitos para a escolha das escolas a serem militarizadas é estarem localizadas em locais mais pobres e com maior vulnerabilidade. O pensamento de que a militarização é a melhor ou única alternativa para as escolas de regiões com maior vulnerabilidade, é associar a causa da violência com os estudantes das escolas pobres e ignorar que a escola reflete os problemas existentes na sociedade em que está inserida. Segundo Mendonça (2019),

Não se pode instituir a escola como local de reparação da desordem e da violência que reina na sociedade. É preciso considerar que a polícia que é chamada para impedir a violência na escola é a mesma que não consegue entregar resultados à sociedade em relação às políticas públicas de segurança para as quais ela efetivamente foi criada e existe. A PM faria imenso bem à educação se conseguisse manter a segurança no entorno da escola. Não parece fazer bem ao processo educativo a presença de policiais fardados e armados junto a crianças e adolescentes em situação escolar; não parecem adequadas as rígidas normas de disciplina calcadas apenas na obediência heterônoma, que pouco ou nenhum resultado pedagógico alcança a não ser o adestramento a comportamentos padronizados, (MENDONÇA, 2019, p. 607)

A alocação de militares na escola sob o pretexto da contenção da violência corrobora com o sentimento de insegurança coletiva e direciona o perigo da sociedade para os mais fracos, que nesse caso são os adolescentes, como se fossem uma ameaça a ser controlada de forma repressiva. Dijaci David de Oliveira (2016) aponta em seu texto que o medo de adolescentes é um exemplo de mito que compõe a cultura do medo, segundo ele:

Em todo discurso do medo é fundamental que se tenha um “inimigo”. Durante muito tempo se teve o “morro” carioca como um emblema de domínio do tráfico de drogas e do perigo. Contudo, como o modelo servia apenas para alguns Estados, aos poucos foi se estruturando um discurso anti-jovem no âmbito nacional. Hoje, em qualquer lugar do Brasil o jovem é visto como um perigo. Mesmo quando as estatísticas demonstram claramente que o adulto representa a maior parcela dos crimes, a adolescentes aparecem com a principal ameaça na mídia (OLIVEIRA, 2016, p. 47-48).

Nessa cultura do medo e da insegurança é que se pautam as propostas de controle e autoritarismo contra os jovens marginalizados como a escola cívico-militar. A escola militarizada faz parte de um projeto de controle e moralização social, quando na verdade, a resolução dos problemas concernente a política de segurança se faz com justiça social (OLIVEIRA, 2016). No entanto, as políticas neoliberais não têm por objetivo a política social, antes baseiam suas concepções na meritocracia e na defesa do enfraquecimento das políticas sociais do Estado, naturalizando e perpetuando a desigualdade social. Dessa forma, evidencia-se o pensamento da aliança conservadora na atuação do Estado nas duas esferas: defesa de um

Estado fraco que não intervém nas questões sociais, e imposição de um Estado forte nas questões de moralização e controle dos indivíduos.

Diante disso é necessário dizer que a escola cívico-militar, cujo programa foi estudado nesse trabalho, não é a causa única do enfraquecimento da escola pública, pois, a concessão da gestão deste modelo está nas mãos dos militares, mas poderia estar nas mãos das iniciativas privadas ou de outras instituições que se favoreçam financeiramente, como tem sido há décadas. A escola cívico-militar é só uma das estratégias para a manutenção das condições de reprodução da sociedade no modo de produção capitalista. Portanto, o intuito não é trazer uma solução para o ensino no Brasil tratando apenas de uma parte da agenda neoliberal em prática, mas trazer à luz mais uma das partes que sustentam esse modo de produção pautado na desigualdade e exploração por meio de reflexões sobre a “manifestação das relações sociais e produtivas” (KUENZER, 1998, s.p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão ao longo deste trabalho transcorreu com o objetivo de apresentar o novo modelo de ensino apresentado pelo governo federal em 2019, o Programa Nacional de Escolas Cívico-militares, que consiste na seleção de escolas públicas do Ensino Fundamental e Médio para serem administradas, em regime de cooperação, por militares das Forças Armadas e policiais e bombeiros militares. Embora o governo federal tenha comparado a escola cívico-militar com os Colégios Militares do Exército a fim de ampliar o apoio da população em prol de seu projeto de militarização, é evidente, depois das comparações feitas nesse trabalho que os dois modelos de ensino, militar e militarizado, são muito diferentes entre si. A escola cívico-militar não terá alterações nos investimentos por aluno ou professor, nem muitas mudanças estruturais ou curriculares, sendo a militarização de normas comportamentais a única semelhança com os colégios militares. O discurso sobre aumento da qualidade comparando com os resultados dos colégios militares pode ter atraído parte da população que visa bons resultados, porém, é um discurso falacioso, pois, compara modelos de ensino totalmente diferentes.

O estudo sobre esse modelo de escola trouxe inquietações e nos levou a refletir sobre o papel da escola militarizada na sociedade atual, sua legalidade mediante a LDB e entendimentos de pesquisadores sobre o tema. Essas reflexões originaram então os demais objetivos do trabalho que foi desde historicizar e conhecer a diferença entre os modelos de ensino militarizados até elucidar as questões políticas e ideológicas do Programa Nacional de Escolas Cívico-militares, que vão além de questões puramente metodológicas e pedagógicas de um novo modelo de ensino.

Embora já houvesse no Brasil outros modelos de escola administrados por militares, como a Escola Militar do Exército e as escolas da rede pública administradas pela Polícia Militar, houve a necessidade de pesquisar sobre o programa do governo federal por conta do momento atual de militarização e conservadorismo da sociedade e da promessa de um modelo de escola de ideologia pretensamente apolítica, em favor da alegada eficiência da escola, medida por meio de avaliações em larga escala, eficiência essa que seria propiciada por meio de rígida disciplina militar. Para tanto, foi necessário fazer uma contextualização histórica da política brasileira a fim de compreender os caminhos que trouxeram a sociedade e a política brasileira a defender e a cumprir a agenda neoliberal e ultraconservadora com tanto afinco.

A escrita da pesquisa se deu preferencialmente tendo por fonte textos legais e científicos, mas também foram usadas fontes jornalísticas, textos de páginas eletrônicas do governo federal e reportagens sobre os acontecimentos recentes.

Logo no início do trabalho foi estabelecido um recorte temporal dos anos pós ditadura até o governo de Lula e Dilma, e de 2013 até o momento presente, a fim de refletir sobre os resquícios do autoritarismo na nossa sociedade e o retorno da extrema direita ao poder no Brasil. É possível observar, mediante os acontecimentos históricos e políticos deste período, o modo como se constituiu a retomada do poder pela extrema direita, pois, não foi um acontecimento aleatório e alheio as condições materiais, mas foi um processo de construção ideológica na sociedade por meio da mídia, das instituições do Estado, e da alegada reputação ilibada dos militares, que resultou, não só na eleição de Jair Bolsonaro, um presidente voltado a cumprir todas as demandas da agenda neoliberal conservadora, mas também no fortalecimento de inúmeros seguidores e defensores desses ideais.

A abertura democrática marcada pela impunidade dos militares autores de crimes na Ditadura Militar foi uma forma de defender um Estado autoritário, ultrarreacionário e defensor do neoliberalismo. Ao invés da punição, os crimes foram intencionalmente esquecidos por conta de uma cultura de esquecimento no nosso país que resultou no retorno da confiança da sociedade nos militares na política e aceitação da alegação de que os militares são necessariamente honestos, contra a corrupção e a favor da moralidade, ao mesmo tempo em que houve uma banalização e desacreditação da política e dos políticos em geral, sobretudo os do campo da esquerda. É possível observar o resultado do referido esquecimento nas manifestações de 2013 a 2016, onde inúmeras pessoas saíram às ruas pedindo intervenção militar e prestando apoio a figuras autoritárias do governo.

Essas manifestações, especificamente as de 2013, que eram inicialmente protestos contra o reajuste da tarifa de ônibus em São Paulo, se tornaram manifestações a favor do conservadorismo e autoritarismo após um processo de disseminação da ideologia de direita pelos meios de comunicação. Outra característica dos protestos foi o apoio ao golpe contra a presidenta Dilma revelando um padrão de golpes contra os governos da América Latina com um discurso de combate à corrupção e salvação nacional, mas que na verdade foi só mais um dos golpes utilizados para destituir a presidenta eleita e colocar em seu lugar alguém que atendesse aos interesses neoliberais da classe dominante.

Após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff evidenciou-se muito mais o intuito de todo o movimento contra o governo petista. O Vice-presidente Michel Temer tomou o poder e não demorou em instaurar as políticas neoliberais para satisfazer a classe dominante e

empobrecer ainda mais a classe trabalhadora. Boa parte das políticas progressistas e direitos conquistados pela sociedade nos últimos governos foram destruídos pelo governo de Michel Temer, abrindo espaço para o governo que viria a seguir, que teria o papel de aprofundar os privilégios de uma classe que já está no poder.

Nas eleições em 2018, parte das pessoas que apoiaram Jair Bolsonaro acreditaram que ele seria o candidato que mudaria o Brasil por conta de seu discurso contra a corrupção, a favor da moralidade e preservação das famílias. Some-se a isso o fato de que grande parte das pessoas que o apoiaram, identificaram em seu discurso tudo aquilo que a mídia há tempos vinha disseminando em tempo integral: ódio ao Partido dos Trabalhadores e demais partidos de esquerda e às respectivas pautas de políticas sociais, desprezo pelos programas sociais de distribuição de renda, preconceito contra grupos minorizados e ódio de classe. A personificação de Jair Bolsonaro como líder desse novo movimento conservador foi possível ao longo dos anos mediante o fortalecimento da extrema direita e da promoção de uma ideologia liberal conservadora na sociedade.

A atuação de Jair Bolsonaro desde o início de seu mandato na presidência foi totalmente voltada a favorecer a ala militar, colocando-os em grande número em cargos de comando do governo, reajustando seus vencimentos, dentre outras vantagens, ao mesmo tempo em que deu continuidade às políticas de desmonte nas políticas sociais iniciadas por Michel Temer, promovendo cortes de direitos dos servidores civis. Além do cumprimento da agenda neoliberal, o presidente criou o Programa de Escolas Cívico-militares que, mediante a análise dos documentos que regulamentam o programa, a pesquisa permitiu perceber que faz parte de um projeto neoconservador tanto na educação quanto nas demais áreas sociais.

A escola cívico-militar é a consequência, mas também é a resposta para a atualização conservadora que se vem construindo ao longo dos anos, pois, é a concretização da intenção de criar uma escola que controle os corpos, que faça obedecer e que padronize comportamentos por meio do autoritarismo, hierarquia e subordinação, isto é, métodos disciplinares no padrão militar. Além de que, as escolas cívico-militares demonstram inconstitucionalidade em vários aspectos. Os documentos que regulamentam todas as escolas pertencentes ao programa de escolas cívico-militares, como o PPP e o regimento interno, demonstram inconstitucionalidade, pois, estão em descumprimento com os princípios da Constituição Federal de 1988 e das leis que regem a educação no Brasil, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, quando deixam de promover a liberdade individual e respeito à diversidade, a gestão democrática na escola e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, liberdade de aprender e ensinar, na forma da lei como consta no Art.

206 da Constituição Federal de 1988 e no Art. 3º da LDB. A falta de participação nas tomadas de decisões por todas as pessoas que fazem parte do processo educativo e a falta de participação da comunidade e dos alunos nas reuniões deliberativas é a o suficiente para considerar esse modelo de ensino antidemocrático, além de que a intervenção militar nas escolas é um retrocesso no que tange a autonomia das escolas e a gestão democrática como consta no Art. 3º da LDB. A contratação de militares sem formação também viola o Art. 61 da LDB, que delimita a atuação na educação básica por profissionais com formação na área da educação. No entanto, outros fatores também tornam a escola explicitamente autoritária, como a obrigatoriedade do respeito inquestionável à hierarquia, a hierarquização equiparada à hierarquia militar entre os trabalhadores da escola, tendo um militar sem formação pedagógica como gestor, o controle de comportamento, vestimenta e movimentação dos alunos na escola por meio de militares monitores e a imposição da disciplina e exacerbação da busca do aumento da produtividade nas avaliações externas. Diversos desses fatores ferem o modelo de ensino estabelecido nas leis que regem a educação básica no Brasil, pois, são incoerentes com o caráter democrático que deveria ser o processo educativo de acordo com a Constituição Federal de 1988 e na LDB de 1996.

A defesa para a criação das escolas cívico-militares tem sido a alegação da melhoria da qualidade do ensino mediante metodologia aplicada nas Escolas Militares do Exército. No entanto, além de os dois modelos de escola (cívico-militar e do Exército), serem totalmente distintos, principalmente no financiamento do custo por aluno, a qualidade da escola pública deveria ser discutida por outro ângulo. De acordo com Dourado e Oliveira (2009),

o reconhecimento de que a qualidade da escola para todos, entendida como qualidade social, implica garantir a promoção e atualização histórico-cultural, em termos de formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e de resgate social (DOURADO; OLIVEIRA, 2009, p. 211 *apud* LACÉ *et al*, 2019, p. 657).

A qualidade da escola cívico-militar defendida pelo governo federal não diz respeito a uma escola universal, inclusiva, democrática, com recursos adequados e valorização docente, isto é, uma escola que visa a emancipação humana. O objetivo declarado da militarização das escolas é o aumento da nota nas avaliações em larga escala por meio de um ensino cujo princípio fundamental é a obediência e a subordinação. Este modelo de ensino é, portanto, o cumprimento dos interesses ultraliberais reduzindo a educação a um insumo econômico, é a determinação da qualidade da educação mediante organizações internacionais que se pautam em economia de mercado para estabelecerem metas aos estudantes, porém, sem nenhum

investimento para a real melhoria das condições da escola pública (CARA, 2019), modelo de avaliação este, infelizmente, fortemente fomentado pelos governos federais petistas.

A pesquisa feita neste trabalho não se pautou somente em caracterizar o objeto de estudo, mas relacioná-lo com a luta ideológica na política brasileira dos últimos anos, pois, mediante os estudos sobre o retorno da extrema direita no poder e seu interesse em instituir um ensino controlador e antidemocrático por meio das escolas cívico-militares, é evidente que a militarização dessas escolas não só faz parte do planejamento de militarização do governo Bolsonaro, mas está posto como uma instituição que atende as necessidades do capital. Uma escola que ensine a obedecer, esvaziada de conteúdos emancipatórios é uma escola que, além de atender às necessidades de um país no qual as condições de trabalho estão cada vez mais precarizadas, é também um meio de propagar a ideologia conservadora e reacionária à sociedade, mediante um ensino autoritário e controlador.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. F.; FERREIRA, N. S. R. **O processo de militarização de uma escola estadual pública em Goiás.** Educ. Soc., Campinas, v. 41, 2020.

ALVES, M. F.; TOSCHI, M. S.; FERREIRA, N. S. R. **Os colégios militares em Goiás: processo de expansão e diferenciação da rede estadual.** In. Retratos da Escola, Brasília, v.12, n.23, p.271-287, jul./out. 2018.

ALVES, M. F.; TOSCHI, M. S. **A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil.** In. RBPAAE - v. 35, n. 3, p. 633 - 647, set./dez. 2019.

ANPED. **Voucher na Educação Infantil e a precarização da política de acesso/ GT07.** 2021. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/voucher-na-educacao-infantil-e-precarizacao-da-politica-de-acesso-gt-07>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

ANTUNES, A. **Ocupar, lutar, resistir.** Revista POLI, Rio de Janeiro, n. 44, mar./abr. 2016. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/revista_poli_-_44.pdf. Acesso em: 25 de agosto de 2020.

APPLE, M. W. **A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional?** In. MOREIRA, A. F.; TADEU, T. (org.) Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 2001.

APPLE, M. W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade.** São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

APPLE, M. W. **“Endireitar” a Educação: as escolas e a nova aliança conservadora.** Currículo sem Fronteiras, v.2, n.1, pp.55-78, 2002.

BARBOSA, K. M. F. **Estudo comparativo da eficiência dos Colégios Militares e das Escolas de Aplicação: Uma análise de benchmark no contexto de implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/41266/1/2021_KarlaMarisaFernandesBarbosa.pdf. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

BELLE, H. B. M. **Escola de Civismo e Cidadania: Ethos do Colégio Beta da Polícia Militar de Goiás**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Goiânia, 2011

BENITEZ, S.; SOUZA, S. A. **Efeitos colaterais da meritocracia na educação: a rede municipal de educação de Foz do Iguaçu e o IDEB**. RBPAAE - v. 31, n. 2, p. 355 - 369 mai./ago. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/61732>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

BERLATTO, F.; CODATO, A.; BOLOGNESI, B. **Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das forças repressivas de Estado à Câmara dos Deputados**. Revista Brasileira de Ciência Política nº 21, p. 77-120, Brasília – DF, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n21/2178-4884-rbcpol-21-00077.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

BIANCHI, A. **Golpe de Estado: o conceito e sua história**. In. Brasil em transe, Bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda: Razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BOLSONARO, J. M. **O caminho da prosperidade: Proposta de Plano de Governo**. Brasília – DF, 2018. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 05 de setembro de 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Reforma da aposentadoria prevê reajuste acima de 40% para alguns militares**. Brasília – DF, 2019i. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/602197-reforma-da-aposentadoria-preve-reajuste-acima-de-40-para-alguns-militares/>. Acesso em: 04 de agosto de 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Jair Bolsonaro: biografia**. Brasília – DF, 2020c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>. Acesso em: 26 de agosto de 2020.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Setembro de 2019a. Disponível em:

http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/decreto_n10004_de_5_de_setembro_de_2019_dou_pecim.pdf. Acesso em: 19 de maio de 2020.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019**. Novembro de 2019f. Disponível em: http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/portaria_2015_20112019.pdf. Acesso em 19 de maio de 2020.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Diário Oficial da União**. Nº 138, julho de 2019b. Disponível em: http://www.cmc.eb.mil.br/images/concurso_adm/2019-2020/Edital_2019.pdf. Acesso em: 20 de março de 2020.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Portaria nº 084, de 25 de janeiro de 2019**. Boletim do Exército, nº 6, de 8 de fevereiro de 2019j.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Regimento Interno dos Colégios Militares**. 2011. Disponível em: <http://www.cmrj.eb.mil.br/images/legislcao/rcim/01.pdf>. Acesso em: 18 de março de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Colégio Militar do Rio de Janeiro**. Conheça o Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ). Rio de Janeiro, junho de 2018. Disponível em: <http://www.cmrj.eb.mil.br/conheca>. Acesso em: 18 de março de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Colégio Militar do Rio de Janeiro**. Proposta Pedagógica. Rio de Janeiro, julho de 2017. Disponível em: <http://www.cmrj.eb.mil.br/proposta-pedagogica>. Acesso em: 18 de março de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial**. Histórico. Exército Brasileiro, 2016. Disponível em: <http://www.depa.eb.mil.br/historico>. Acesso em: 20 de março de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria nº 042, de 6 de fevereiro de 2008**. Regulamento dos Colégios Militares (R-69). Exército Brasileiro, abril de 2006. Disponível em: http://www.depa.eb.mil.br/images/legislacao/R-69_atualizado.pdf. Acesso em: 20 de março de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 002-MD, de 10 de janeiro de 2017**. Boletim do Exército nº3, de 20 de janeiro de 2017. Disponível em: http://www.11icfex.eb.mil.br/images/orientar_e_controlar/Licitacoes_e_contratos/PORT_02-MD10JAN17.pdf. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Sistema Colégio Militar do Brasil**. Exército Brasileiro, 2020. Disponível em: <http://www.depa.eb.mil.br/sistema-colegio-militar-do-brasil>. Acesso em: 19 de março de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: Sobre o PAR**. 2020a. Disponível em: <https://www.fn-de.gov.br/index.php/programas/par/sobre-o-plano-ou-programa/preguntas-frequentes-2>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Subsecretaria de escolas cívico-militares. **Diretrizes das Escolas Cívico-militares**. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Subsecretaria de escolas cívico-militares. **Normas de condutas e atitudes**. 2020e.

BRASIL. Ministério da Educação. Subsecretaria de escolas cívico-militares. **Normas de uso de uniformes e de apresentação pessoal dos alunos**. 2020f.

BRASIL. Ministério da Educação. Subsecretaria de escolas cívico-militares. **Projeto Valores**. 2020g.

BRASIL. Ministério da Educação. **O que é o Programa das Escolas Cívico-militares**. 2019e. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/18-o-programa>. Acesso em: 21 de março de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Subsecretaria de escolas cívico-militares. **Regulamento das Escolas Cívico-militares**. 2020d.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019**. - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Distrito Federal. Janeiro de 2019c. Disponível em: http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/decreto_9665_estrutura_regimental_mec.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 9.940, de 24 de julho de 2019**. Brasília, 2019d. Disponível em: http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/decreto_9940.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.** Brasília, 2019h. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em 21 de julho de 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.** Brasília, 2019g. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13954.htm. Acesso em: 21 de julho de 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.** Brasília, 2020b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp173.htm. Acesso em: 05 de agosto de 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória nº 2215-10, de 10 de agosto de 2001.** Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2215-10.htm. Acesso em: 1 de julho de 2020.

BRASIL247. **Mesmo na pandemia, TCU mantém reajuste a militares que soma R\$ 1,3 bilhão em 2020.** São Paulo, julho de 2020. Disponível em: <https://www.brasil247.com/regionais/brasil/mesmo-na-pandemia-tcu-mantem-reajuste-a-militares-que-soma-r-1-3-bilhao-em-2020-0zqzggm3>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

CARA, D. **Contra a barbárie, o direito à educação.** In. Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

CARTACAPITAL. **Em meio à recessão econômica, Bolsonaro permite aumento adicional a militares.** São Paulo: junho de 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-meio-a-recessao-economica-bolsonaro-permite-aumento-adicional-a-militares/>. Acesso em: 1 de julho de 2020.

CASTRO, N. M. B. **“Pedagógico” e “disciplinar”:** o militarismo como prática de governo na educação pública do estado de Goiás. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22204/1/2016_NicholasMoreiraBorgesdeCastro.pdf. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

CAVALCANTI, L. **Militares da ativa ocupam 2.930 cargos nos Três Poderes.** Poder 360: Brasília-DF, 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/militares-da-ativa-ocupam-2-930-cargos-nos-tres-poderes/>. Acesso em: 13 de agosto de 2020.

CAVALCANTI, L. **8.450 militares da reserva trabalham em ministérios, comandos e tribunais.** Poder 360: Brasília-DF, 2020a. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/8-450-militares-da-reserva-trabalham-em-ministerios-comandos-e-tribunais/>. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

CAVALCANTI, L. VICTOR, N. **Bolsonaro mais que dobrou contingente de militares no governo, aponta TCU.** Poder 360: Brasília-DF, 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-mais-que-dobrou-contingente-de-militares-no-governo-aponta-tcu/>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

CHAUÍ, M. **A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo.** In. Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Organização Ivana Jinkings, Kim Dória, Murilo Cleto - 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

CHAUÍ, M. **Marilena Chauí – As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo.** 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/marilena-chaui-as-manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo/>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2020.

CODATO, A. N. **Uma história política da transição brasileira:** da ditadura militar à democracia. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 25, p. 83-106, nov. 2005

CODATO, A.; BOLOGNESI, B.; ROEDER, K. M. **A nova direita brasileira:** uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

CONGRESSOEMFOCO. **Sete vezes em que Bolsonaro causou polêmica ao defender a ditadura.** Brasília, 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/sete-vezes-em-que-bolsonaro-ganhou-atencao-ao-defender-a-ditadura/>. Acesso em: 30 de agosto de 2020.

CORSETTI, B. **Neoconservadorismo e Políticas Educacionais no Brasil.** Educação Unisinos, 23(4): 774-784, outubro-dezembro, 2019.

CORTINHAS, J. S.; VITELLI, M. G. **Limitações das reformas para o controle civil sobre as forças armadas nos governos do PT (2003-2016)**. Rev. Bras. Est. Def. v. 7, nº 2, jul./dez. 2020, p. 187-216.

COSTA, C. **Número de ex-policiais eleitos deputados aumenta 25%**. BBC News: São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141006_eleicoes2014_policiais_cc. Acesso em: 21 de outubro de 2020.

COSTA E CUNHA, B. R. **O Colégio Militar do Rio de Janeiro: o modelo para a expansão do ensino secundário militar (1889-1919)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300572385_ARQUIVO_Trabalho.pdf. Acesso em: 27 de abril de 2020.

CRUZ, L. A. C. M. **Militarização das escolas públicas em Goiás: disciplina ou medo?** Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/3746/2/LEANDRA%20AUGUSTA%20CA RVALHO%20MOURA%20CRUZ.pdf>. Acesso em: 08 de janeiro de 2022.

DEL RIO, A.; RODRIGUES, A.; MONTEIRO, L. C. R.; LEITE, C. K. S. **Eleições no Brasil: A Violência ao Poder**. Revista Política Hoje – UFPE: Recife, 2018.

DIAS, M. F. G. **As ocupações secundaristas em Goiás: o avanço da violência institucional e o limite da tática de reivindicação**. Revista Avesso, Vol. 2 Num. 1, 2021.

DOLZAN, M. **Bolsonaro inaugura colégio para filhos de PMs e critica ideologia de gênero**. Notícias, Terra, 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-inaugura-colegio-para-filhos-de-pms-e-critica-ideologia-de-genero,70002649163>. Acesso em: 24 de maio de 2020.

ESQUERDADIARIO. **10 frases de Bolsonaro defendendo a nefasta ditadura militar brasileira**. Março, 2019. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/10-frases-de-Bolsonaro-defendendo-a-nefasta-ditadura-militar-brasileira>. Acesso em: 27 de outubro de 2020.

ESTADO DO PARANÁ. **Paraná terá 215 colégios cívico-militares, maior programa do Brasil**. Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura. Paraná, 2020. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=109364&tit=Parana-tera-215-colegios-civico-militares-maior-programa-do-Brasil>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

FAGANELLO, M. A. **Bancada da bala**: uma onda na maré conservadora. In: CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (orgs.). *Direita volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 145-162, 2015.

FERNANDES, F. **Que tipo de república?** São Paulo: Brasiliense, 1986

FERNANDEZ, C. **Militarização de escolas avança no Paraná**. UFSC à Esquerda. Santa Catarina, 2020. Disponível em: <https://ufscaesquerda.com/noticia-militarizacao-de-escolas-avanca-no-parana/>. Acesso em: 31 de outubro de 2020.

FERREIRA, N. S. R. **“Gestão militar” da escola pública em Goiás**: um estudo de caso da implementação de um Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás em Aparecida de Goiânia. Dissertação (Mestrado em Educação). Goiânia: UFG, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIXO, A.; PINHEIRO-MACHADO, R. **Dias de um (quase) esquecido**: um país em transe, a democracia em colapso. In *Brasil em transe, Bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

GELAPE, L., MORENO, A. C., CAESAR, G. **Número de policiais e militares no Legislativo é quatro vezes maior do que o de 2014**. G1: Brasília - DF, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/numero-de-policiais-e-militares-no-legislativo-e-quatro-vezes-maior-do-que-o-de-2014.ghtml>. Acesso em: 03 de setembro de 2020.

GÓIS, F. **Indústria de armas financiou 21 parlamentares**. Congresso em Foco: Brasília - DF, 2014. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/industria-reduz-em-r-1-mi-doacoes-a-bancada-da-bala/>. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

GOMES, P. H., MAZUI, G. **Bolsonaro diz que decreto para reduzir fila no INSS deve ser publicado nesta semana**. G1: Brasília, janeiro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/23/bolsonaro-diz-que-decreto-com-regras-para-militares-reforcarem-o-inss-deve-ser-publicado-nesta-semana.ghtml>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

KAFRUNI, S. **Servidores das Forças Armadas terão aumento com reajuste salarial em 2020**. Correio Braziliense: Brasília - DF, setembro de 2019. Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/09/01/interna_politica,780152/militares-terao-aumento-com-reajuste-salarial-em-2020.shtml. Acesso em: 28 de julho de 2020

KUENZER, A. Z. **Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola**. In. Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século/ Gaudêncio Frigotto (org.) Vozes: Petrópolis - RJ, 1998.

LANGE, C. Reseña: **La Doctrina del Shock. El auge del capitalismo del desastre**. Revista Invi N° 70, Volumen N° 25: 225-227. Chile, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262541676_La_Doctrina_del_Shock_El_auge_del_capitalismo_del_desastre/fulltext/03a2d2b30cf20bec3b6f1491/La-Doctrina-del-Shock-El-auge-del-capitalismo-del-desastre.pdf. Acesso em: 27 de outubro de 2020.

LIMA, L. **Paraná terá quatro novas Escolas Cívico-Militares**. Portal MEC, 2020. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/noticias-lista/74-parana-tera-quatro-novas-escolas-civico-militares>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

LIMA, V. A. **A direita e os meios de comunicação**. In Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

LIMA, B.; CARDIM, M. E. **Ministério da Saúde chega a 25 militares nomeados**. Jornal Estado de Minas: Belo Horizonte - MG, 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/06/05/interna_politica,1154152/ministerio-da-saude-chega-a-25-militares-nomeados.shtml. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

LINARES, A.; BEZERRA, J. E. B. **Obscurantismo contra a liberdade de ensinar**. In. Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LÖWY, M. **Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil**. Serviço Social e Sociedade, n. 124, p. 652-664, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282015000400652&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 de novembro de 2021

LÖWY, M. **Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil**. In. Por que gritamos golpe? : para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Organização Ivana Jinkings, Kim Dória, Murilo Cleto - 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

MARICATO, E. **É a questão urbana, estúpido!** In Cidade rebeldes: Passe livre e manifestações que tomaram as ruas no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013

MARQUES, L. **Saiba como será o Funcionamento das Escolas Cívico-Militares.** Portal MEC, 2019. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/noticias-lista/45-saiba-como-sera-o-funcionamento-das-escolas-civico-militares>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

MATHIAS, S. K. **50 anos depois... e os militares, ainda são os mesmos?** *Historiæ*, Rio Grande - RS: p. 116-139, 2014.

MENDONÇA, E. F. **Dossiê: Militarização das Escolas Públicas no Brasil:** Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça. *RBPAE* - v. 35, n. 3, p. 594 - 611, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/96052/55497>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

MENEZES, D.; SÓCRATES, T. Ministério da Educação. **Saiba quais são as 54 escolas que receberão o modelo cívico-militar do MEC.** 2019. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/noticias-lista/72-saiba-quais-sao-as-54-escolas-que-receberao-o-modelo-civico-militar-do-mec>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

MIRANDA, J. V. S. **Composição e atuação da "Bancada da Bala" na Câmara de Deputados.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política: Belo Horizonte, 2019.

MOREIRA, A.; ALVES, G.S. **#EleNão: Movimento de mulheres no território digital e as eleições de 2018.** v. 1 n. 5 (2019): Anais do V Seminário Comunicação e Territorialidades: comunicação, democracia e direitos humanos. UFES: Espírito Santo, 2019.

NETTO, J. P. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 2014.

OLIVEIRA, D. D. **As escolas militares:** o controle, a cultura do medo e da violência. In. Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas / Ian Caetano de Oliveira, Victor Hugo Viegas de Freitas Silva, organizadores. Aparecida de Goiânia: Escultura produções editoriais, 2016.

OLIVEIRA, I. B. **Políticas curriculares no contexto do golpe de 2016:** debates atuais, embates e resistências. In. A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018

OLIVEIRA, I. C.; SILVA, V. H. V. F. **Os dilemas de estudar no regime militar:** relatos de uma estudante em uma escola militarizada. In. Estado de Exceção escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas. Aparecida de Goiânia: Escultura produções editoriais, 2016.

PARO, V. H. **Administração Escolar:** introdução crítica. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2012a.

PARO, V. H. **A educação, a política e a administração:** reflexões sobre a prática do diretor de escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010

PARO, V. H. **A qualidade da escola pública:** a importância da Gestão Escolar. In. A qualidade da escola pública no Brasil/ organizadora, Fabiana da Silva Viana. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012b .

PARO, V. H. **Eleição de diretores de escolas públicas:** avanços e limites da prática. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 77, n. 186, maio/agosto, 1996.

PAULANI, L. M. **Uma ponte para o abismo.** In. Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Organização Ivana Jinkings, Kim Dória, Murilo Cleto - 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

PERA, G. Ministério da Educação. **Governo Federal lança programa pra a implantação de escolas cívico-militares.** 2019. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/noticias-lista/56-governo-federal-lanca-programa-para-implantacao-de-escolas-civico-militares>. Acesso em: 30 de maio de 2020.

PERA, G. MENEZES, D. Ministério da Educação. **MEC firma compromisso para tornar Brasil referência na América Latina até 2030.** 2019. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/noticias-lista/50-mec-firma-compromisso-para-tornar-brasil-referencia-na-america-latina-ate-2030>. Acesso em 23 de junho de 2021.

PINHEIRO, V.; GUIMARÃES, G. **A educação na sociedade da mercadoria:** militarização e terceirização das escolas públicas no estado de Goiás. Perspec. Dial.: Rev. Educ. e Soc., Naviraí, v. 5, n. 9, p. 253-268, jan.- jun. 2018 ISSN: 2358-1840 Home page: <http://www.seer.ufms.br/index.php/persdia/index>. Acesso em: 24 de maio de 2020.

QUADROS, M. P. R.; MADEIRA, R. M. **Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil.** OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 24, nº 3, set.-dez., p. 486-522, 2018. Disponível em: http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/14432/2/Fim_da_direita_envergonhada_At

uacao_das_bancadas_evangelica_e_da_bala_e_os_caminhos_da_representacao_do.pdf.
Acesso em: 12 de outubro de 2020.

RIBEIRO, A. C.; RUBINI, P. S. **Do Oiapoque ao Chuí - As escolas civis militarizadas: a experiência no extremo norte do Brasil e o neoconservadorismo da sociedade brasileira.** RBPAE - v. 35, n. 3, p. 745 - 765, set./dez. 2019.

ROCHA, R. **Bolsonaro favorece militares da reserva em edital de concurso público para o INSS.** CUT, 2020. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/bolsonaro-favorece-militares-da-reserva-em-edital-de-concurso-publico-para-o-ins-f66a>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

RODRIGUES, A. K. **Escola militarizada denuncia censura em trabalho de Consciência Negra.** Metrôpoles. Distrito Federal, 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/escola-militarizada-denuncia-censura-em-trabalho-de-consciencia-negra>. Acesso em: 21 de janeiro de 2022.

SANTOS, C. A.; ALVES, M. F.; MOCARZEL, M.; MOEHLECKE, S. **Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário.** RBPAE - v. 35, n. 3, p. 580 - 591, mai./ago. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/99295/55539>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

SANTOS, E. R. **A bancada da bala na câmara: quem são e o que propõem esses deputados.** Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Sociologia, Brasília, 2018.

SANTOS, R. **MP pede ao TCU que suspenda reajuste de 73% em adicional a militares.** Conjur. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jun-30/mp-tcu-suspenda-reajuste-73-adicional-militares#author>. Acesso em: 06 de agosto de 2020.

SANTOS, R. J. C. **A Militarização da Escola Pública em Goiás.** Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Goiânia, 2016.

SECCO, L. **As Jornadas de Junho.** In Cidades rebeldes, Passe livre e manifestações que tomaram as ruas no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SEIXAS, I. A. **A atuação histórica do exército na política nacional e a obra “Geopolítica do Brasil”, do General Golbery do Couto e Silva: importância histórica e objetivos de um**

projeto político de poder. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2019.

SEIXAS, I. **Democracia, Resistência e Justiça de Transição**. Curitiba: Nova Práxis Editorial, 2018.

SENRA, R. **Brasil diz à ONU que não houve golpe em 64 e que os governos militares afastaram ameaça comunista e terrorista**. BBC News: Washington, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47818978>. Acesso em: 03 de setembro de 2020.

SEVERINO, F. P. **O Movimento e Escola Sem Partido: origens e implicações**. Monografia (Especialização). Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos, Foz do Iguaçu, 2019.

SILVA, M. R.; DICKMANN I.; BERNARTT, M. L. **Radiografia do Golpe, neoliberalismo e destruição do Estado, “apagamento “dos direitos sociais, “Educação Temer(ária)” e Escola sem Partido**. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 19, n. 40, p. 7-21, jan./abr., 2017.

SILVEIRA, S. A. **Direita nas redes sociais online**. In *Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/fpa/20170906042027/pdf_1132.pdf. Acesso em: 23 de setembro de 2020.

SOUZA, S. A. **Democracia e qualidade: as consequências da ditadura militar ao sistema educacional, na frágil transição democrática brasileira**. *Ser Social*, Brasília, v. 17, n. 36, p. 49-67, jan.-jun./2015.

SOUZA, S. A. **Gestão democrática da escola e participação**. *Revista Educação e Políticas em Debate* - v. 1, n. 1, - jan./jul. 2012.

SOUZA, S. A. **Gestão escolar compartilhada: democracia ou descompromisso?** São Paulo: Xamã, 2001.

TATAGIBA, L. **Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff**. Lusotopie – Brill, 2018.

TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. **Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)**. *Opinião Pública: Campinas*, vol. 25, nº 1, jan.-abr., 2019.

TATAGIBA, L.; TRINDADE, T.; TEIXEIRA, A. C. C. **Protestos à direita no Brasil (2007-2015)**. In *Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/fpa/20170906042027/pdf_1132.pdf. Acesso em: 21 de setembro de 2020.

TREZZI, H. **Bolsonaro terá tantos militares no ministério quanto Costa e Silva em 1967**. *Jornal Gaúcha Zero Hora*: Porto Alegre – RS, 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/12/bolsonaro-tera-tantos-militares-no-ministerio-quanto-costa-e-silva-em-1967-cjpep066l02n901rx9l1y8x35.html>. Acesso em: 16 de agosto de 2020.

TREZZI, H. **Eduardo Pazuello: quem é o general que militarizou a cúpula do Ministério da Saúde**. *Jornal Gaúcha Zero Hora*: Porto Alegre – RS, 2020a. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/05/eduardo-pazuello-quem-e-o-general-que-militarizou-a-cupula-do-ministerio-da-saude-ckafenbwp006l015nkhnj2rnc.html>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Secretaria-geral de controle externo. **Memorando nº 57/2020-Segecex**. Brasília – DF, julho de 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/levantamento-tcu.pdf>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

WALMRATH, L. L.; MORAES, W. **O Chavismo implantou o socialismo na Venezuela? um estudo de caso sobre como conceituar economias contemporâneas**. *Cadernos do Tempo Presente*, São Cristóvão-SE, v. 10, n. 02, p. 72-93, jul./dez. 2019.

YANNOULAS, S.; AFONSO, S.; PINELLI, L. **Propuestas político-pedagógicas neoconservadoras: falacias de la “ideología de género” y del movimiento “escuela sin partido”**. *Debate Público: Reflexión de Trabajo Social*, ano 11, n. 21, jul. 2021. Disponível em: http://trabajosocial sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/13/2021/08/11_Yannoulas.pdf. Acesso em: 6 de novembro de 2021.